

Jul - Ago
2015



Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

4º bimestre | 2015



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Roberto Gomides de Barros Filho

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Giovana dos Santos Itaborai

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Context.....	12
I. Panorama Econômico.....	18
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	18
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	25
III. Resultados Fiscais.....	34
III.I Resultado Orçamentário.....	34
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	35
III.III Resultado Primário.....	36
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ.....	38
IV. Receita Estadual.....	40
IV.I Receitas Correntes.....	41
IV.I.1 Receita Tributária.....	42
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	50
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	54
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	57
IV.I.3.2 Transferências da União.....	58
IV.II Receitas de Capital.....	64
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	67
V.I Despesa Total.....	67
V.II Créditos Adicionais.....	67



V.III Despesas por Fonte de Recursos.....	68
V.IV Despesas por Grupo.....	69
V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	75
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	93
VI.1 Cota Financeira.....	93
VI.2 Pagamento de PD's.....	94
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	94
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	95
VI.4.1 Características de Consumo.....	96
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	98
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	99
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	107
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	108

Apresentação

Este é o quadragésimo sexto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quarto referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 21/09/2015.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou, até o 4º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 51.509,35 milhões, ficando acima da meta estipulada para o período em 3,8%.

As receitas correntes apresentaram variação de 8,8% acima do esperado (+ R\$ 3.949,56 milhões) quando comparadas à meta acumulada até o quarto bimestre de 2015, totalizando R\$ 49.024,34 milhões. Tal resultado só foi possível graças ao grande esforço arrecadatório do Estado, que por meio de Termos de Ajuste de Conduta firmados com contribuintes, reforçaram o caixa do Estado na Receita Tributária e, em maior parte, em Outras Receitas Correntes, permitindo crescimento geral das receitas correntes em relação ao ano anterior, o que não seria possível pelo comportamento normal da arrecadação dado o atual cenário econômico. Dado o Termo mencionado, as Outras Receitas Correntes tiveram forte destaque no montante das Receitas Correntes realizadas, verificando-se resultado significativamente superior à meta estipulada para o período, totalizando R\$ 7.421,66 milhões (+R\$ 5.827,58 milhões). Tal resultado equivale a 465,6% da meta estabelecida. As receitas tributárias, totalizaram 99,0%, atingindo o valor de R\$ 29.304,98 milhões até agosto de 2015. Observa-se que apesar da receita do ICMS, principal tributo do estado, ter arrecadado o valor total de R\$ 20.983,35 milhões, uma variação positiva de 0,6% em comparação com o realizado no mesmo período do ano anterior é apresentada.

A execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 36,5%, alcançando R\$ 3.810,70 milhões. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a maior parte da variação negativa ocorreu na receita de Participação Especial, que decaiu 44,9% (- R\$ 1.851,74 milhões). A queda do preço do *brent* foi significativa para o comportamento da receita de petróleo. Embora tenha havido aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, alcançou 62,62 milhões de m³ (+ 9,6%) e crescimento da taxa de câmbio (+ 24,7%), o *brent* apresentou variação negativa de 44,0% no período, afetando sobremaneira a arrecadação.

Com relação às receitas de capital, a receita realizada ficou abaixo da meta esperada para o período, alcançando 54,6% da meta estimada para o período ou em valores absolutos: R\$ 2.485,02 milhões. Esse comportamento ocorreu, principalmente, em função da alteração do cronograma de desembolsos das receitas de operações de crédito, que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu.

Quanto ao resultado orçamentário, até o 4º bimestre de 2015 fechou com déficit de R\$ 6.614,63 milhões, com uma variação negativa de 197,1 % em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas corrente e de capital sobre as respectivas receitas. As despesas de capital superaram as mesmas receitas em R\$ 4.558,56 milhões. Já as despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes e ocasionaram um déficit corrente de R\$ 1.200,11 milhões. Se analisarmos desconsiderando a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado foi deficitário em R\$ 6.032,54 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor negativo de R\$ 582,08 milhões.

Por outro lado, as contas públicas fluminenses apresentaram déficit primário de R\$ 3.940,08 milhões no 4º bimestre por conta da prevalência das despesas primárias ou não financeiras frente às receitas primárias ou não financeiras no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 82,8 bilhões, um crescimento de R\$ 5,71 bilhões (+7,4%) frente ao aprovado para o exercício 2014.

No 4º bimestre de 2015, a dotação autorizada chegou a R\$ 86,5 bilhões, demonstrando uma expansão orçamentária de R\$ 3,6 bilhões (+4,4%) sobre o inicial (LOA). Contudo, R\$ 7,7 bilhões permaneceram contingenciados (8,9% do orçamento autorizado).

Esta expansão orçamentária foi motivada pela abertura de créditos adicionais, dos quais o maior acréscimo foi registrado na função Transporte (R\$ 1,35 bilhão), dos quais R\$ 914 milhões foram por meio de recursos do Tesouro e R\$ 433 milhões de Demais Fontes: R\$ 999 milhões foram alocados na ação de melhoria do sistema metroviário, R\$ 327 milhões para o sistema ferroviário e R\$ 77 milhões no Programa Bilhete Único. Outra função em destaque no período foi Segurança Pública: acréscimo de R\$ 1,06 bilhões.

Em relação à execução, até junho foram liquidados R\$ 35,74 bilhões no Poder Executivo e R\$ 4,02 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 39,76 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 9,9% menor que o apurado no mesmo período de 2014. Desse montante, R\$ 24,29 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 15,46 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos, respectivamente, variações de -20,0% e +12,2% em relação ao exercício anterior.

As Despesas Correntes do ERJ (R\$ 33,83 bilhões) apontaram queda quando comparadas aos valores de 2014: -9,9% (-R\$ 3,7 bilhões).

As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 18,18 bilhões liquidados, apresentando uma redução de 22,3% (-R\$ 5,23 bilhões).

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 3,59 bilhões, redução de 18,1% (-R\$ 790,33 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário, melhoria no sistema de transporte ferroviário e no apoio ao desenvolvimento dos municípios.

No âmbito dos índices constitucionais, o índice da Educação apresentou pequena evolução em relação ao verificado em 2014 (+0,24%). Apenas este índice apresentou uma liquidação compatível com a receita arrecadada no período, superando o mínimo a ser aplicado e alcançando os 26,2%. No índice da Saúde, foi constatada elevação na receita base de 3,5% e na despesa liquidada 14,7% frente valores de 2014. A FAPERJ apresentou aumento em sua receita base (+3,5%) e aumento em suas despesas (+2,7%). No FECAM houve diminuição tanto na receita base (-37,4%) como na despesa liquidada (-52,5%). Por fim, o FEHIS apresentou elevação da receita (3,4%) e queda na despesa liquidada (-35,4%) comparativamente a 2014.

EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed, until the 4th bimester of 2015, with total revenues of R\$ 51,509.35 million, above the target set for the period at 3.8%.

Current revenue changed by 8.8% higher than expected (+ R\$ 3.949,56 million) compared to the accumulated goal until the fourth bimester of 2015, totaling R \$ 49,024.34 million. This result was possible thanks to the large revenue collection effort of the state, which by means of Terms of Conduct Adjustment signed with taxpayers, have strengthened the state reserves at the Tax Revenue, and in Other Current Revenue, enabling overall revenue growth chains over the previous year, which would not be possible through the normal behavior of the collection given the current economic climate. Given the mentioned term of adjustment, the Other Current Revenues were strong emphasis on the amount of Current Revenues performed noting a significantly better result than the goal stipulated for the period, totaling R\$ 7,421.660 million (+ R\$ 5,827.58 million). This result is equivalent to 465.6% of the target. Tax revenues amounted to 99.0%, reaching R\$ 29,304.98 million by August 2015. It is observed that despite of the ICMS revenue, the state's main tribute, have collected the total amount of R\$ 20,983.35 million, an increase of 0.6% compared to in the same period last year is presented.

The execution of oil revenues fell by 36.5% to R\$ 3,810.70 million. Analyzing oil revenues, it is observed that most of the negative variation occurred in the special participation revenue, which fell 44.9% (- R\$ 1.851,74 million). The *Brent* price decrease was significant for the oil revenues behavior. Although there has been increasing production in the period, according to ANP data, reached 62.62 million cubic meters (+ 9.6%) and growth of the exchange rate (+ 24.7%), the *brent* showed a negative variation of 44.0% in the period, greatly affecting the collection.

Regarding the capital revenue, the result was below the expected target for the period, reaching 54.6% of the estimated target for the period or in absolute values: R\$ 2,485.02 million. This behavior was mainly due to the change in the payment schedule of revenues from credit operations, provided that the receipt of the revenue to different time than actually occurred.

The balanced budget, until the 4th bimester of 2015, closed with R\$ 6,614.63 million deficit, with a negative variation of 197.1% over the same period in 2014. This result was due to the superiority of current and capital expenditures on their correspondents current and capital revenues. Capital expenditures exceeded capital revenues in R\$ 4,558.56 million and current expenditure exceeded current revenue originating a deficit of R\$ 1,200.11 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the result was a deficit of R\$ 6,032.54 million. During this period, the balanced budget presented by RIOPREVIDÊNCIA was negative: - R\$ 582.08 million.

On the other hand, Rio's public accounts showed a primary deficit of R\$ 3,940.08 million in the 4th bimester due to the prevalence of primary expenditure or non-financial expenditure against the primary or non-financial revenues in the period.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 82.8 billion, a marked increase (+7.4%), the growth was R\$ 5.71 billion, compared to approved for the year 2014.

In the 4rd quarter 2015, the authorized expenditure reached R\$ 86.5 billion, showing a budgetary expansion of R\$ 3.6 billion (+ 4.4%) was incorporated in the budget (LOA). However, R\$ 7.7 billion remained contingent (8.9% of the final allocation).

This budgetary expansion was driven by the opening of additional credits, of which the largest increase took place in Public Transportation (R\$ 1.35 billion): R\$ 914 million with Treasury Resource and R\$ 433 million Other Sources. Almost R\$ 999 million were allocated in the improve of the subway system action. Another highlight in the period was the Public Safety: increase of R\$ 1.06 billion.

The execution flow registered, until now, R\$ 35.74 billion of expenditures liquidated by the Executive Branch and R\$ 4.02 billion by Other Powers, totaling R\$ 39.76 billion. The intrabudgetary expenses and independent public companies (CEDAE and Official Press) were excluded of this analysis. This amount is 9.9% lower than calculated in the same period of year 2014. R\$ 24.29 billion was supported by resources from State Treasury and R\$ 15.46 billion from Other Sources of Funds, respectively, -20.0 % and +12.2%.

The current expenditure executed (R\$ 33.83 billion) showed a decrease when compared to the values of the same period of 2014: -9.9% (-R\$ 3.7 billion).

The expenditure group Other Current Expenditures showed liquidated expenses of R\$ 18.18 billion, a decrease rate of 22.3% (-R\$ 5.23 billion).

The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 3.59 billion, an decrease of 18.1% (-R\$ 790.33 million) in the same period of 2014. Those resources were applied on the New Subway Lines, on improving the Rail System and on supporting the Development of Municipalities (local governments).

Under the constitutional indices, the index of Education showed a small improvement when compared with the same period of last year (+0.24%). Only this index showed a settlement compatible with the revenue collected in the period, exceeding the minimum to be applied and reaching 26.2%. In Public Health, the Constitutional index indicated an increase on the base income as well in the expenditure side: 3.5% and 14.7%, respectively. The FAPERJ index presented increases on the revenue (+3.5%) and on the expenditure 2.7%. The FECAM also presented a decrease in revenue base (-37.4%) as in the public spending (-52.5%). At least, the FEHIS index showed an increase in revenue base (3.4%) but a decrease in expenses paid (-35.4%).

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹

Global growth was below expectations in the first half of 2015, a consequence of the slowdown in emerging markets and a weaker recovery in advanced economies. According to the IMF², the projection for global GDP growth in 2015 is 3.1%, slightly lower than in 2014. It is noteworthy that the economic outlook in key countries and regions remain uneven: it is expected moderate growth in advanced economies, while it is expected to decline in emerging markets and developing economies. In particular, the decline in commodity prices, the currencies devaluation in emerging markets and the increased volatility in financial markets, increased economic instability.

The Federal Reserve (Fed, the US central bank) has postponed to the end of the year – or perhaps to 2016 – the first increase in basic interest rates in nearly a decade. Concerns (and information) with respect to the slowdown of the Chinese economy and to low oil prices are impacting the worldwide energy costs put strong deflationary pressure in the US economy, especially with the CPI (Consumer Price Index) close to negative territory – deflation. Such situation generated an alert about the implications of rising interest rates in a deflationary scenario, postponing the decision of the FOMC regarding the increase in interest rates. In September, the CPI accumulated 0.0%. On the other hand, there was an improvement in the labor market, which made the wages of Americans to rise, and the variation of its real average earnings reaching 2.2%. Upon this, the FOMC showed in his last Minutes that most of its members are betting on rising interest rates later this year.

In the Eurozone, the President of the European Central Bank surprised the markets at the end of October by signaling that the institution is prepared to cut interest rates, intensifying the quantitative easing, in order to avoid the risk of a new economic recession in the region. With the announcement that the Council of the European Central Bank has discussed expanding the bond-buying program at € 1.1 trillion and cut the rate on reserves held at the central bank, the value of the euro fell sharply on foreign exchanges. Currently the discount rate is negative (-0.2%), i.e. banks actually have to pay to the ECB to hold its reserves – a measure to keep the money flowing around the economy. The possible intensification of the QE can be made in December, when there will be the last meeting of the year of the ECB's board of directors.

In China, economic growth reduced to 6.9% in the third quarter, after reaching 7% in the first two quarters of 2015. The rate of 6.9% was the lowest since the first quarter of 2009, when it reached 6.2% due to the recession in the global economy. With this result, the Chinese Premier said in late October that the economic growth target for the country “is not set in stone”. This statement is intended to soften the revised target by the government in March. The slowdown in China is happening faster than expected, especially after a big drop in trade felt worldwide. In addition, the overheated real estate market in China caused a contraction in the construction industry, while industrial production fell due to the reduction in exports.

In Brazil, economic conditions continue to worsen. In August, the Central Bank Economic Activity Index (IBC-Br), whose function is to show the pulse of the economy, presented the third consecutive decrease over the previous month (-0.76%). The other comparisons to August 2015 raise concerns: in relation to August 2014, the decrease was significant (-4.47%); accumulated in the year, the result is close to the projection of market analysts (-2.99%)³; and in

¹ This analysis uses data available to October 29, 2015.

² IMF World Economic Outlook (WEO), October 2015.

³ Focus Bulletin, October 23, 2015.

the 12-months, decrease of 2.16%. It is projected⁴ that the slowdown will be larger by the end of 2015, with GDP shrinking by 0.8% in the third quarter and 0.6% in the fourth quarter, ending the year with a decrease of 3.0%

Emphasis on General Industry, which decreased 1.2% in August over July, the worst performance for the month since 2011. This result is due to the performance of the Manufacturing Industry, whose retraction in the period was also 1.2%. Considering the annualized rate in August, the fall reached 5.7%, again with strong influence of Manufacturing Industry (-7.4%). YTD through August, the General Industry result is aggravating, given the decline of 6.9%. In this period, despite the recovery of the Extractive Industry (+7.7%), the fall of General Industry shows the large influence of a poor result of the Manufacturing Industry (-8.8%), especially 'Vehicles, trailers and bodies' (-21.0%).

Retail sales (restricted), in turn, presents a decrease of 0.9% in August over the previous month, the worst result for the month since 2000. Relative to August 2014, the decline was 6.9%; and in January-August 2015, the decrease was 3.0%, highlighting 'Furniture and Appliances' (-12.4%). Considering the extended retail sales, the differences become more marked (due to shrinkage in 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories'). Compared to August 2014, the expanded index decreased 9.6%; and in January-August, declined 6.9%. The contraction in retail sales is mainly due to inflation at around the 9.85% in the year⁵, and also to unemployment, expensive and increasingly scarce credit and uncertainties.

Inflation measured by IPCA increased +0.62% in July and +0.22% in August, the lowest figure for the month of August since 2010 (+0.04%). Highlighting the sectors: Transport (-0.27%), driven largely by the drop in prices of airline tickets; and Food and Beverage (-0.01%), due to a decrease in potato, tomato and onion prices. In 12 months (in August), the overall index increased by 9.53% (+6.51% in the same period of 2014). YTD through August, up 7.06% (+4.02% in August 2014), with emphasis on Housing (+14.5%).

As for the labor market, according to PME/IBGE, the unemployment rate reached 7.6% in August (5.0% in the same period in 2014), the highest for the month since 2009 (8.1%). The number of registered workers (net), according to CAGED/MTE, fell again in August (86,543 net layoffs), the fifth consecutive month of net disconnections. In August 2014, in contrast, there were net 111,425 admissions. In January-August 2015, 573 thousand jobs was closed (751 thousand new jobs in the same period of 2014). Highlights remain 'Manufacturing industry' and 'Commerce', with 276 thousand and 224 thousand net disconnections, respectively.

Considering the external sector, the Balance of Trade recorded in August the sixth consecutive surplus this year (US \$ 2.69 billion), the best for the month since 2012 (US \$ 3.20 billion). YTD through August, there was a surplus of US \$ 7.30 billion (US \$ 201 million in the same period in 2014). As occurred in previous months, in August there was a decline both in exports and in imports, and the surplus was generated by the sharpest decline in imports. In January-August, exports shrank 16.7%, while imports shrank 21.3%. Highlighting 'Oil and Petroleum Products', which registered a deficit (- US\$ 3.21 billion) much lower than in the same period of 2014 (US \$ -10.88 billion) due to the sharp drop in the price of oil.

The collection of federal revenues both administered by the RFB and by other agencies amounted to R \$ 805.8 billion in January-August 2015. This result represented the nominal increase of 4.41% and real decrease of 3.68 % (IPCA), compared to the previous year. In July 2015, the monthly federal revenues totaled R \$ 104.9 billion. In August, there was nominal decrease of 0.68% and real decrease of 9.32%, compared to the same period of 2014, reaching R \$ 93.7 billion.

⁴ IBRE-FGV.

⁵ Focus Bulletin, October 23, 2015.

The main factor contributing to this result, especially in August, was the occurrence of extraordinary income in August 2014, amounting to R \$ 7,130 million, due to the Special Installment introduced by Law No. 12,996/2014. The amount collected in August 2015 in accordance with that law was R \$ 2,248 million. However, it is not negligible the poor performance of the main macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

Analyzing tax items, the major decreases occurred in 2015 over the previous year were: IPI-Beverage (-26.52%); CSLL-Other Companies (-6.43%); Income Tax-Financial Entities (-6.38%). On the positive side, the main increases are: IRRF-Incomes from Overseas Residents (+30.31%); IRRF-Capital Income (+28.97%); IOF (+19.14%); and IPI-Linked to Imports (+15.76%).

Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The Rio de Janeiro Industry in August virtually maintained its performance of September. According to the monthly industrial survey, the General Industry grew 0.2% in August, compared to the previous month (seasonally adjusted). However, compared to the same period last year, it decreased by 4.0%. In the country, the index fell in both comparisons, with industrial production retracting 1.2% over July, and retracting 9.0% compared to August 2014. From January to August, the Rio de Janeiro industry recorded a negative result of 5.1%, a scenario that is also observed in Brazil (-6.9%). In the last 12 months, Rio's industrial sector is down 4.7%; in Brazil, a decrease is 5.7%.

In terms of the main aggregates, in August, Oil & Gas and Mining and Manufacturing Industry in Rio de Janeiro grew 3.5% and decreased 7.1%, respectively, over the same period last year. Nationally, the industries also showed the same movement, growth of 2.9% and decrease of 10.6%, respectively, over the same period of 2014.

Among the thirteen activities in which the manufacturing industry is broken down in the ERJ, eleven showed a slowdown in industrial production in August 2015, compared to August 2014: the main negative impacts came from 'Vehicles, trailers and bodies' (-30.0%), 'Coke, oil products and biofuels' (-5.6%) and 'Metallurgy' (-9.3%), influenced mainly by the lower production of trucks, bus bodies and chassis with engines for buses or trucks; fuel oil, kerosene aviation and automotive gasoline; and carbon steel hot-rolled coils, carbon steel thick coils, galvanized steel coils or sheets, carbon steel bars and carbon steel wire rod, respectively.

Other important negative contributions came from activities Maintenance and repair of machinery and equipment (-13.9%), Food production (-13.3%), Non-metallic mineral products (-17.6%) and Other chemicals (-6.0%) explained largely by the decrease in maintenance and repair of ships and other vessels for any use, non-electric prime mover and floating structures in the first activity; ice cream, popsicles and ices products, crystal sugar, biscuits, breads, refined table salt, refined sugar and wheat flour in the second; cement "Portland", float glass and ground or polished glass, bottles, carboys and glass bottles for packaging and concrete mass prepared for construction in the third; preparations of catalytic petroleum cracking, paints and varnishes for printing, lactic acid and its salts and esters, herbicides and photographic plates and film in the flat in the last one. On the other hand, the most important positive contribution to the manufacturing industry came from Pharmaceutical chemicals and pharmaceuticals (+30.6%), especially driven by medicines.

In the year the industrial production of Rio de Janeiro retreated 5.1%. This result is the combination of a 9.6% decline in the Manufacturing Industry with 6.6% growth in Oil & Gas and Mining. The decline in the Manufacturing Industry was due to the decrease in eleven of the thirteen activities surveyed. The main negative impacts came from the production of Coke, oil products and biofuels (-8.4%) and Vehicles, trailers and bodies (-29.8%), influenced mainly by lower manufacturing fuel oil, diesel oil, automotive gasoline, liquefied petroleum gas (LPG) and aviation kerosene; and trucks, chassis with engines for buses or trucks and bus bodies, respectively.

It is also worth mentioning the decreases of Metallurgy (-6.4%), Rubber and plastics products (-14.9%), Food production (-12.1%), Products metal (-15.1%) and Beverages (-8.9%), explained mainly by the lower production of carbon steel thick coils, carbon steel wire rod, galvanized steel coils or sheets and carbon steel cold coil in the first activity; of new rubber tires for buses and trucks, bottles, carboys, flasks and similar articles of plastics and plastic films for packaging in the second; ice cream, popsicles and ices products, wheat flour, bread and crystal and refined sugar, in the third; anchors, iron and steel grapnels and parts, tubular scaffolding for frames and for bracing, iron and steel structures plates (or other forms), steel containers for transportation or storage of compressed or liquefied gases, locks or bolts, aluminum cans for packaging diverse products and shell-work for industrial boiler in the fourth; and beer, draft beer and soft drinks in the last.

Commerce. Retail sales (restricted) in Rio de Janeiro retreated 4.8% in July-August 2015, well above the decrease observed in May-June (-3.3%) as in March-April (-0.1%). Consequently, in the first eight months of 2015 it fell by 1.7% (+3.1% in the same period of 2014). Analyzing by activity, three of them showed positive growth in January-August: 'Equipment and office supplies, computer and communication' (+29.7%), 'Other articles of personal and domestic use' (+9.8%) and 'Articles pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+3.6%). In the other activities, there were retractions in sales, highlighting 'Furniture and household appliances' (-16.6%), 'Textiles, apparel and footwear' (-7.4%) and 'Books, newspapers, magazines and stationery articles' (-7.3%). Note that even with significant increases in some sectors, these were not sufficient to prevent the fall of the restricted retail sales in the state.

Expanded retail sales in Rio de Janeiro, in turn, decreased by 7.0% in July-August 2015. Again, the fall in the fourth bimester surpasses the decrease registered in the third (5.7%) and the second (2.7%). With these successive decreases, the result of the expanded index in the year remained negative (-4.5%). Among the sectors that compose the index, stand out 'Vehicles, motorcycles, parts and accessories' and 'Furniture and household appliances', with the biggest falls in accumulated sales volume. It's no surprise, given that the increasingly expensive credit and the fall in real income affect mainly the sectors of durable goods.

Tabela 1

Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	January-August		months)	
	RJ	Brazil	RJ	Brazil
Fuels and lubricants	-3.2	-3.9	-1.6	-1.9
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	-2.4	-2.3	-1.1	-1.7
Textiles, clothing and footwear	-7.4	-6.6	-4.7	-4.3
Furniture and appliances	-16.6	-12.4	-12.1	-8.2
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	3.6	4.2	5.2	5.6
Books, newspapers, magazines and stationery	-7.3	-9.2	-7.8	-9.3
Equipment and office supplies, computer and communication	29.7	5.9	14.6	4.7
Other articles of personal and domestic use	9.8	2.6	12.2	4.4
Retail Trade	-1.7	-3.0	0.0	-1.5
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	-11.1	-15.4	-6.0	-12.9
Building material	-3.7	-5.6	-1.2	-3.8
Expanded Retail Trade	-4.5	-6.9	-1.7	-5.2

Source: PMC/IBGE.

Labor Market

The economically active population (PEA, in Portuguese) of the metropolitan region of Rio de Janeiro (RMRJ) decreased 0.19% in January-August 2015, YoY. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 1.2% in the same period. It can be observed that this result is a consequence of the reduction of the occupation as a whole: the number of registered workers decreased by 1.9% in the period; and the informal sector (36% in June) maintained the downward bias, with self-employment practically stable (+0.34%) and unregistered workers decreasing 3.6%. Still outnumber jobs in 'Military or civil servants' (+2.8%), the only meaningful occupation with considerable growth. The combination of movement, considering that both the labor force and the occupancy decreased in the period, culminated in an increased of the unemployment rate (in Rio de Janeiro, the rate was 5.10 in August 2015).

Assessing the economic activities in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring in the 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+2.3%), corresponding to 21% occupancy in August. On the other hand, the other activities that presented retraction in the occupation were: 'Construction' (-8.0%), corresponding to 7%, 'Trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.9%), corresponding to 17%, and 'Household services' (-1.9%), corresponding to 6%. As for the average real income of workers in RMRJ (September 2015 prices) in January-August 2015, it decreased 2.8% over the previous year, reversing the trend observed last year. This result is a consequence of rising inflation in the period.

Inflation

In 2015, the Broad National Consumer Price Index (IPCA) in the state of Rio de Janeiro changed by +0.46% and -0.02% in July and August, respectively. Regarding Brazil, the indexes in the same period were +0.62% and +0.22%, respectively. It should be noted that the inflation in Rio de Janeiro reached 6.7% in January-August 2015, higher than the variation observed in 2014 (+4.6%). Regarding Brazil, the YTD index was 7.1%, a rate higher than in the same period last year 4.0%. The inflation target for 2015 remains 4.5%, despite the expectation in the country to be 9.85%⁶ and the IPCA in 12 months (August /2015) to be 9.7%. To contain inflation, the Monetary Policy Committee – COPOM decided to maintain the Selic, currently at 14.25%.

Table 2
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Sectors	January-August		August (12 months)	
	RJ	BR	RJ	BR
General Index	6.7	7.1	9.7	9.5
Foods and Beverages	6.4	7.3	10.0	10.6
Housing	13.7	14.5	18.9	17.6
Household Articles	1.7	4.0	2.5	4.5
Clothing	0.5	1.3	3.4	3.8
Transport	5.3	5.0	8.8	8.0
Health and Personal Care	7.1	6.6	8.9	8.3
Personal Expenses	5.6	7.4	7.9	9.4
Education	8.5	8.4	9.0	9.0
Communication	-1.1	0.2	-0.6	0.4

Source: IPCA/IBGE.

⁶ Focus Bulletin, October 23, 2015.



In Rio de Janeiro, the groups with the highest increases in the year were Housing (13.7%), Education (8.5%) and Food and Beverage (6.1%). The increase in Housing is due to an increase in energy prices. Education reflects increases at the beginning of the school year, especially in fares of regular courses values. Finally, Food and Beverage was impacted mainly by the increase in 'Tubers, roots and vegetables' (+29.1%) and 'Salt and Condiments' (+12.4%). Among the groups with the smallest variations in the period are Clothing and Household Articles, which showed a slight increase, and Communication presented deflation.

External Sector

The exports through the RJ reached US \$ 11.6 billion in January-August 2015, a decrease of 26.8% compared to the same period 2014. This result is due to the reduction of operations with Basic products (-26.1%), representing 57% of total sales in the period. Also stand out operations with Industrialized Products, which decreased 27.4%, representing 39% of the total. On the import side, goods receipt also fell considerably (-21.8%) to US \$ 11.5 billion. Reductions were observed in operations with Industrialized Products (-13.2%), representing 84% of total sales, and Basic Products (-48.5%), representing 16% of the total. The balance for the period was a surplus of US \$ 63,000.

I. Panorama Econômico

I.1 O Contexto Internacional e Doméstico⁷.

O crescimento global foi aquém do esperado no primeiro semestre de 2015, consequência da retração nos mercados emergentes e da recuperação mais fraca nas economias avançadas. Segundo o FMI⁸, a projeção de crescimento do PIB global para 2015 é de 3,1%, ligeiramente inferior ao de 2014. Destaca-se que as perspectivas nos principais países e regiões permanecem desiguais: é esperado crescimento moderado nas economias avançadas, enquanto nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento deverá diminuir. Em especial, o declínio dos preços das commodities, a desvalorização das moedas de mercados emergentes e o aumento da volatilidade no mercado financeiro, aumentou a instabilidade econômica.

O Federal Reserve (FED, banco central norte-americano) adiou para o final do ano – ou talvez para 2016 – o primeiro aumento dos juros básicos em quase uma década. Temores (e confirmações) em relação à desaceleração da economia chinesa e ao baixo preço do petróleo impactando nos custos de energia do mundo todo, colocam forte pressão deflacionária na economia americana, em especial com o CPI (Índice de Preços ao Consumidor) próximo ao terreno negativo – deflacionário. Tal situação ligou um alerta quanto às implicações do aumento dos juros num cenário deflacionista, adiando a decisão do FOMC quanto ao aumento do juro. Em setembro, o CPI acumulou 0,0%. Por outro lado, houve melhora no mercado de trabalho, o que fez os salários dos americanos subirem, com a variação de sua remuneração média real chegando a 2,2%. Mediante a isto, o FOMC apresentou em sua última ata que grande parte de seus diretores-membros apostam na alta dos juros ainda este ano.

Na Zona do Euro, o presidente do Banco Central Europeu surpreendeu os mercados ao sinalizar no final de outubro que a instituição está preparada para cortar as taxas de juros, intensificando o *quantitative easing*, com a finalidade de afastar o risco de uma nova recessão econômica na zona euro. Com o anúncio que o Conselho do BCE tem discutido expandir o programa de compra de títulos em € 1,1 trilhão e cortar a taxa sobre as reservas mantidas no banco central, o valor da moeda única caiu drasticamente em bolsas estrangeiras. Atualmente a taxa de desconto é negativa (-0,2%), ou seja, os bancos efetivamente têm que pagar ao BCE para manter suas reservas – uma medida destinada a manter o dinheiro fluindo em torno da economia. A possível intensificação do QE pode ser feita em dezembro, quando haverá a última reunião no ano do conselho de administração do BCE.

Na China, o crescimento econômico reduziu para 6,9% no terceiro trimestre, após a atingir 7% nos dois primeiros trimestres de 2015. A taxa de 6,9% foi a menor desde o primeiro trimestre de 2009, quando alcançou 6,2% devido à recessão na economia global. Com este resultado, o Premier chinês afirmou no final de outubro que a meta de crescimento econômico para o país “não está gravada na pedra”. Esta declaração tem por finalidade flexibilizar a meta revista pelo governo em março. A desaceleração da China está acontecendo de forma mais rápida que a prevista, em especial depois de uma grande queda no comércio sentida em todo o mundo. Além disso, o mercado imobiliário superaquecido chinês provocou uma contração na indústria da construção, enquanto a produção industrial despencou com redução das exportações.

No Brasil, as condições da economia continuam piorando. Em agosto, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), cuja função é mostrar o pulso da economia, apresentou a terceira queda consecutiva em relação ao mês anterior (-0,76%). As demais comparações a agosto 2015 também são preocupantes: em relação a agosto de

⁷ Esta análise utiliza dados disponíveis até 29/10/2015.

⁸ IMF World Economic Outlook (WEO), Outubro 2015.

2014, a queda foi expressiva (-4,47%); no acumulado no ano, o resultado está próximo à projeção de analistas de mercado⁹ (-2,99%); e no acumulado em 12 meses, decréscimo de 2,16%. Projeta-se¹⁰ que até o final de 2015 a desaceleração seja maior, com retração do PIB em 0,8% no terceiro trimestre e 0,6% no quarto, fechando o ano com queda de 3,0%.

Destaca-se a Indústria Geral, que em agosto retraiu 1,2% em relação a julho, o pior desempenho para o mês desde 2011. Este resultado é devido ao desempenho da Indústria de Transformação, cuja retração no período foi também de 1,2%. Considerando o índice anualizado em agosto, a queda atingiu 5,7%, novamente com forte influência de Indústria de Transformação (-7,4%). No acumulado neste ano até agosto, o resultado da Indústria Geral é agravante, tendo em vista a queda de 6,9%. Neste período, não obstante a recuperação de Indústria Extrativa (+7,7%), a queda da Indústria Geral mostra o grande peso de um fraco resultado na Indústria de Transformação (-8,8%), com destaque para 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-21,0%).

O comércio varejista (restrito), por sua vez, apresenta queda de 0,9% em agosto na comparação com o mês anterior, a pior para o mês desde 2000. Em relação ao mês de agosto de 2014, a retração foi de 6,9%; e no período janeiro-agosto 2015, a retração foi de 3,0%, com destaque para 'Móveis e Eletrodomésticos' (-12,4%). Considerando o comércio varejista ampliado, as diferenças acentuam-se (com a retração em 'Veículos, motocicletas, partes e peças'). Na comparação com agosto de 2014, o índice ampliado diminuiu 9,6%; e no período janeiro-agosto, diminuiu 6,9%. A retração do comércio é devida principalmente à inflação, rondando os 9,85% no ano¹¹, e também ao desemprego, ao crédito caro e cada vez mais escasso e às incertezas.

A inflação medida pelo IPCA variou +0,62% em julho e +0,22% em agosto, o menor resultado para o mês de agosto desde 2010 (+0,04%). Destaque para os setores de 'Transportes' (-0,27%), influenciado em grande parte pela queda nos preços das passagens aéreas, e de 'Alimentação e bebidas' (-0,01%), devida à redução nos preços da batata-inglesa, tomate e cebola. No acumulado em 12 meses (em agosto), o índice geral aumentou 9,53% (+6,51% no mesmo período de 2014). No acumulado no ano até agosto, alta de 7,06% (+4,02% em agosto de 2014), com destaque para 'Habitação' (+14,5%).

Quanto ao mercado de trabalho, de acordo com a PME/IBGE, a taxa de desocupação chegou a 7,6% em agosto (5,0% no mesmo período em 2014), a maior para o mês desde 2009 (8,1%). O número de postos de trabalho (líquidos) com carteira assinada, CAGED/MTE, registrou novamente queda em agosto (86.543 demissões líquidas), o quinto mês seguido de desligamentos líquidos. Em agosto de 2014, em contraste, houve 111.425 admissões líquidas. Em Janeiro-Agosto 2015, foram fechados 573 mil postos de trabalho (751 mil novos postos no mesmo período de 2014). Os destaques continuam sendo 'Indústria de transformação' e 'Comércio', com 276 mil e 224 mil desligamentos líquidos, respectivamente.

Considerando o setor externo, a balança comercial registrou em agosto o sexto superávit consecutivo do ano (US\$ 2,69 bi), o melhor para o mês desde 2012 (US\$ 3,20 bi). No saldo acumulado até agosto, resultado positivo de US\$ 7,30 bi (US\$ 201 milhões no mesmo período em 2014). Assim como ocorreu nos meses anteriores, em agosto houve queda tanto nas exportações quanto nas importações, sendo o saldo positivo gerado pela queda mais acentuada nas importações. No período Janeiro-Agosto, as exportações retraíram 16,7%, ao passo que as importações retraíram 21,3%. Destaque para 'Petróleo e derivados', que registrou déficit (US\$ -3,21 bi) bastante inferior ao registrado no mesmo período de 2014 (US\$ -10,88 bi) em função da queda vertiginosa no preço do barril de petróleo.

⁹ Boletim Focus de 23/10/2015.

¹⁰ IBRE-FGV.

¹¹ Boletim Focus de 23/10/2015.

A arrecadação das receitas federais, tanto administradas pela RFB quanto por outros órgãos, atingiu o valor de R\$ 805,8 bilhões em janeiro-agosto 2015. Esse resultado representou aumento nominal de 4,41% e queda real de 3,68% (IPCA) em relação ao ano anterior. Em julho de 2015, a arrecadação federal mensal somou R\$ 104,9 bilhões. Em agosto, houve queda nominal de 0,68% e queda real de 9,32% ante o mesmo mês de 2014, chegando ao valor de R\$ 93,7 bilhões.

O principal fator que contribuiu para esse resultado, em especial no mês de agosto, foi a ocorrência de receita extraordinária em agosto de 2014, no valor de R\$ 7.130 milhões, decorrente do Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 12.996/2014. O valor recolhido em agosto de 2015, em conformidade com essa mesma lei, foi de R\$ 2.248 milhões. Contudo, não é desprezível o baixo desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Analisando as rubricas tributárias, os principais decréscimos verificados em 2015, em relação ao ano anterior, foram: IPI-Bebidas (-26,52%); CSLL-Demais Empresas (-6,43%); e IRPJ-Entidades Financeiras (-6,38%). Pelo lado positivo, destacam-se os seguintes aumentos: IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+30,31%); IRRF-Rendimentos de Capital (+28,97%); IOF (+19,14%); e IPI-Vinculado à Importação (+15,76%).

Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A Indústria fluminense em agosto praticamente manteve seu desempenho de setembro. Segundo a pesquisa industrial mensal, a indústria geral cresceu 0,2% em agosto, em relação ao mês anterior (série dessazonizada). Contudo, comparando ao mesmo período do ano anterior, houve queda de 4,0%. No país, o índice apresentou queda em ambas as comparações, com a produção industrial retraindo 1,2% em relação a julho, e retraindo 9,0% em relação a agosto de 2014. No acumulado de janeiro a agosto, a indústria fluminense registrou resultado negativo de 5,1%, cenário que se no Brasil (-6,9%). No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial fluminense acumula queda de 4,7%; em nível Brasil, retração de 5,7%.

Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e de transformação fluminense em agosto apresentaram crescimento de 3,5% e queda de 7,1%, respectivamente, em relação a agosto 2014. No âmbito nacional, as indústrias de extração e transformação também apresentaram o mesmo movimento, crescimento de 2,9% e queda de 10,6%, respectivamente, no mesmo período.

Em agosto 2015, onze das treze atividades em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ apresentaram desaceleração na produção industrial em relação a agosto 2014: os principais impactos negativos ficaram com os setores 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-30,0%), 'Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis' (-5,6%) e 'Metalurgia' (-9,3%), pressionados, principalmente, pela menor produção de caminhões, carrocerias para ônibus e chassis com motor para ônibus ou para caminhões; óleos combustíveis, querosenes de aviação e gasolina automotiva; e bobinas a quente de aços ao carbono, bobinas grossas de aços ao carbono, bobinas ou chapas de aços zincadas, barras de aços ao carbono e fio-máquina de aços ao carbono, respectivamente.

Outras pressões negativas importantes vieram das atividades 'Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos' (-13,9%), 'Produtos alimentícios' (-13,3%), 'Produtos de minerais não-metálicos' (-17,6%) e 'Outros produtos químicos' (-6,0%) explicados, em grande medida, pela retração em serviços de manutenção e reparação de navios ou outras embarcações para qualquer uso, de máquinas motrizes não-elétricas e de estruturas flutuantes, na primeira atividade; sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, açúcar cristal, biscoitos, pães, sal de cozinha refinado, açúcar refinado e farinha de trigo, na segunda; cimentos "Portland", vidro flutuado e vidro desbastado ou polido, garrafas, garrafões e frascos de vidro para embalagem e massa de concreto preparada para construção, na terceira; e

preparações catalíticas para craqueamento de petróleo, tintas e vernizes para impressão, ácido láctico e seus sais e ésteres, herbicidas e chapas e filmes planos para fotografia, na última. Por outro lado, a contribuição positiva mais importante sobre a indústria de transformação veio de 'Produtos farmoquímicos e farmacêuticos' (30,6%), impulsionados especialmente por medicamentos.

No ano, a produção industrial do Rio de Janeiro recuou 5,1%. Este resultado é a combinação do recuo de 9,6% na indústria de transformação com o crescimento 6,6% da indústria extrativa. A queda na indústria de transformação se deu pela queda em onze das treze atividades pesquisadas. Os principais impactos negativos vieram da produção de 'Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis' (-8,4%) e 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-29,8%), pressionados, sobretudo, pela menor fabricação de óleos combustíveis, óleo diesel, gasolina automotiva, gás liquefeito de petróleo (GLP) e querosenes de aviação; e de caminhões, chassis com motor para ônibus ou para caminhões e carrocerias para ônibus, respectivamente.

Vale mencionar também os recuos vindos de 'Metalurgia' (-6,4%), 'Produtos de borracha e de material plástico' (-14,9%), 'Produtos alimentícios' (-12,1%), 'Produtos de metal' (-15,1%) e 'Bebidas' (-8,9%), explicados, principalmente, pela menor produção de bobinas grossas de aço ao carbono, fio-máquina de aço ao carbono, bobinas ou chapas de aço zincadas e bobinas a frio de aço ao carbono, na primeira atividade; de pneus novos de borracha para ônibus e caminhões, garrafas, garrafões, frascos e artigos semelhantes de plástico e filmes de material plástico para embalagem, na segunda; de sorvetes, picolés e produtos gelados comestíveis, farinha de trigo, pães e açúcar cristal e refinado, na terceira; de âncoras, fateixas e suas partes e peças de ferro e aço, andaimes tubulares para armações e para escoramento, estruturas de ferro e aço em chapas ou em outras formas, recipientes de ferro e aço para transporte ou armazenagem de gases comprimidos ou liquefeitos, fechaduras ou ferrolhos, latas de alumínio para embalagem de produtos diversos e obras de caldeiraria pesada, na quarta; e de cervejas, chope e refrigerantes, na última.

Comércio. O comércio varejista (restrito) no Rio de Janeiro retraiu 4,8% no quarto trimestre, queda bem superior à verificada no terceiro bimestre (-3,3%) e no segundo bimestre (-0,1%). Consequentemente, nos primeiros oito meses de 2015 houve queda de 1,7% (+3,1% no mesmo período de 2014). Analisando por atividade, três apresentaram variação positiva no período janeiro-agosto: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+29,7%), 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+9,8%) e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+3,6%). Nas demais as vendas retraíram, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-16,6%), 'Tecidos, vestuário e calçados' (-7,4%) e 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-7,3%). Nota-se que, mesmo com crescimentos expressivos de alguns setores, estes não foram suficientes para evitar a queda do índice restrito no estado.

O comércio varejista ampliado no Rio de Janeiro, por sua vez, decresceu 7,0% período julho-agosto. Novamente, a queda no quarto bimestre supera a queda registrada no terceiro (-5,7%) e no segundo (2,7%). Com essas quedas sucessivas, o resultado do índice ampliado no ano manteve-se negativo (-4,5%). Entre os setores que compõem o índice, destacam-se os setores 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Móveis e eletrodomésticos', com as maiores quedas no volume acumulado de vendas. Não é nenhuma surpresa, dado que o encarecimento do crédito e a queda do rendimento real da população afetam, principalmente, os setores de bens de consumo duráveis.

Tabela 1
Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	Janeiro-Agosto		Agosto (12 meses)	
	RJ	Brasil	RJ	Brasil
Combustíveis e lubrificantes	-3,2	-3,9	-1,6	-1,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,4	-2,3	-1,1	-1,7
Tecidos, vestuário e calçados	-7,4	-6,6	-4,7	-4,3
Móveis e eletrodomésticos	-16,6	-12,4	-12,1	-8,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,6	4,2	5,2	5,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-7,3	-9,2	-7,8	-9,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	29,7	5,9	14,6	4,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	9,8	2,6	12,2	4,4
Comércio varejista	-1,7	-3,0	0,0	-1,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	-11,1	-15,4	-6,0	-12,9
Material de construção	-3,7	-5,6	-1,2	-3,8
Comércio varejista ampliado	-4,5	-6,9	-1,7	-5,2

Fonte: PMC/IBGE.

Mercado de Trabalho

A população economicamente ativa (PEA) da região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) decresceu 0,19% no período janeiro-agosto 2015, na comparação anual. Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 1,2% no mesmo período. Pode-se observar que este resultado é consequência da redução da ocupação como um todo: os postos de trabalho 'Com carteira assinada' apresentaram queda de 1,9% no período; o setor informal (36% do total em junho) manteve o viés de baixa, com emprego por 'Contra própria' praticamente estável (+0,34%) e emprego 'Sem carteira assinada' diminuindo 3,6%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+2,8%), única ocupação significativa com crescimento considerável. A combinação dos movimentos, considerando que ambas a PEA e a ocupação decresceram no ano, culminou no aumento da taxa de desocupação (no Rio de Janeiro, a taxa foi 5,10 em agosto de 2015).

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações na atividade 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+2,3%), correspondendo a 21% da ocupação em agosto. Por outro lado, nas demais atividades houve recuo da ocupação, com destaque para: 'Construção' (-8,0%), correspondendo a 7%, 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,9%), correspondendo a 17%, e 'Serviços domésticos' (-1,9%), correspondendo a 6%. Quanto ao rendimento médio real dos trabalhadores na RMRJ (a preços de setembro de 2015), no período janeiro-agosto 2015 houve queda 2,8% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado. Esse resultado é consequência do aumento da inflação no período.



Inflação

Em 2015, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no Estado do Rio de Janeiro, registrou variação de 0,46% e -0,02%, nos meses de julho e agosto, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 0,62% e 0,22% no mesmo período. Ressalte-se que a inflação no Rio de Janeiro alcançou 6,7% nos primeiros oito meses de 2015, variação superior à observada em 2014 (+4,6%). No que tange ao Brasil, o acumulado no ano foi 7,1% também, índice maior que o apresentado no mesmo período do ano anterior (+4,0%). A meta para inflação estabelecida para 2015 continua sendo 4,5%, apesar da expectativa no país ser 9,85%¹² e o IPCA acumulado em 12 meses (até agosto 2015) ser 9,7%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM decidiu manter a taxa SELIC, atualmente em 14,25%.

Tabela 2
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Setores	Janeiro-Agosto		Agosto (12 meses)	
	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	6,7	7,1	9,7	9,5
Alimentação e bebidas	6,4	7,3	10,0	10,6
Habitação	13,7	14,5	18,9	17,6
Artigos de Residência	1,7	4,0	2,5	4,5
Vestuário	0,5	1,3	3,4	3,8
Transportes	5,3	5,0	8,8	8,0
Saúde e Cuidados Pessoais	7,1	6,6	8,9	8,3
Despesas Pessoais	5,6	7,4	7,9	9,4
Educação	8,5	8,4	9,0	9,0
Comunicação	-1,1	0,2	-0,6	0,4

Fonte: IPCA/IBGE.

No Rio de Janeiro, os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Habitação (13,7%), Educação (8,5%) e Alimentação e bebidas (6,4%). O aumento no grupo Habitação é consequência do aumento da energia. O grupo Educação reflete os reajustes praticados no início do ano letivo, especialmente nos valores das mensalidades dos cursos regulares. Por fim, o grupo Alimentação e bebidas foi principalmente impactado pela alta em 'Tubérculos, Raízes e Legumes' (+29,1%) e 'Sal e Condimentos' (+12,4%). Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário e Artigos de Residência apresentaram ligeira alta e Comunicação apresentou deflação.

Setor Externo

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 11,6 bilhões no período janeiro-agosto 2015, redução de 26,8% em relação a igual período de 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Básicos (-26,1%) que representam 57% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Industrializados, as quais retraíram 27,4%, operações que representam 39% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias reduziu consideravelmente (-21,8%), alcançando US\$ 11,5 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-13,2%), que representam 84% do valor total comercializado no

¹² Boletim Focus de 23/10/2015.



período, e com produtos Básicos (-48,5%), que representam 16% do valor total. O saldo no período foi de superávit de US\$ 63 mil.

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 842 de 10 Fevereiro de 2015.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 11.649,53 milhões / 91,1% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 51.509,35 milhões / 103,8% da meta realizada.

Tabela 3

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2015.

Metas de Receita						
(R\$ milhões)						
DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.561,17	10.920,32	94,5%	45.074,78	49.024,34	108,8%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	1.227,42	729,21	59,4%	4.552,05	2.485,02	54,6%
TOTAL	12.788,59	11.649,53	91,1%	49.626,83	51.509,35	103,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes¹³ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹⁴ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, até o 4º bimestre de 2015 superou a meta em 3,8% e atingiu o montante de R\$ 51.509,35 milhões.

¹³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

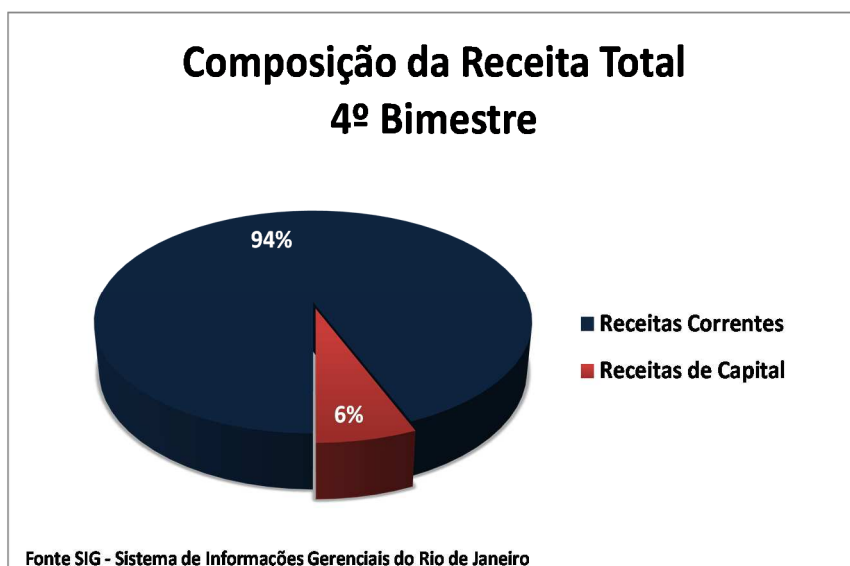
¹⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

A receita total realizada, no 4º bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 11.649,53 milhões, valor que ficou aquém da meta estipulada para o período em 8,9% ou; - R\$ 1.139,06 milhões.

O descumprimento da meta, no bimestre, decorreu da frustração das receitas correntes e de capital. No bimestre, as receitas correntes totalizaram R\$ 10.920,32 milhões, 94,5% do previsto, R\$ 640,86 milhões abaixo da meta. Tal valor corresponde a, aproximadamente, 93,7% da receita arrecadada. O resultado foi influenciado, fortemente, pelas Receitas Tributárias, principal receita do Estado, que realizaram R\$ 7.109,06, 95,4% do previsto. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.I.

As receitas de capital, da mesma forma, apresentaram desempenho aquém da meta estabelecida para o bimestre. Totalizaram R\$ 729,21 milhões, 59,4% do previsto, R\$ 498,21 milhões abaixo da meta estabelecida. O desempenho abaixo da meta ocorreu, basicamente, devido à receita de operações de crédito. Esta atingiu o montante de R\$ 626,03 milhões, 57,85 da meta estabelecida. Mais informações sobre as receitas de capital na seção IV.II.

Gráfico 1



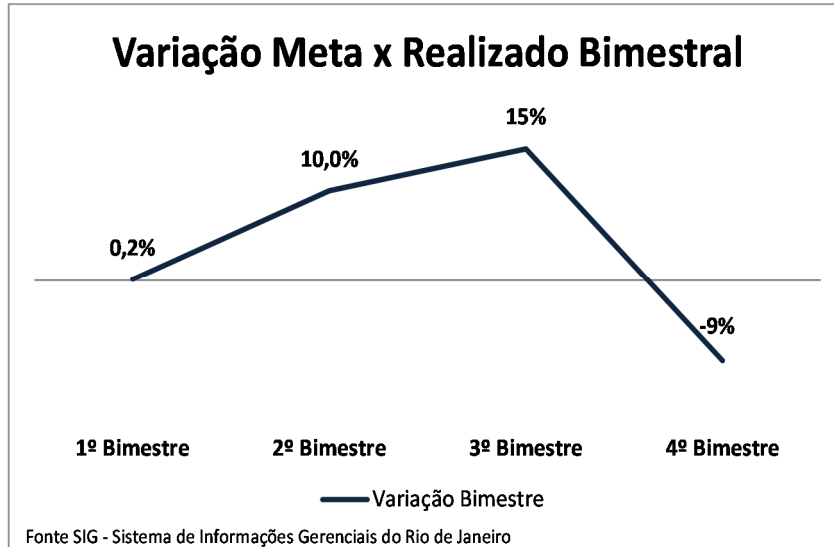
No acumulado, até agosto, a receita total realizada alcançou 103,8% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 51.509,35 milhões. A superação da meta da receita no ano de 2015 se deve, principalmente, às receitas correntes, as quais ultrapassaram a meta prevista no ano em 8,8% ou, em valores absolutos, R\$ 3.949,56 milhões. Desmembrando as receitas correntes, obtêm destaque as outras receitas correntes, que ultrapassaram a meta em R\$ 5.827,58



milhões, alcançando 465,6% da meta determinada. Esse resultado foi alcançado devido aos recursos transferidos, pela Lei Complementar 163/2015, dos depósitos judiciais para o RIOPREVIDÊNCIA.

Pode-se observar que, no acumulado, as receitas correntes representam 95,2% do total da receita realizada em 2015.

Gráfico 2



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 10.920,32 milhões / 94,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 49.024,34 milhões / 108,8% da meta realizada.

Tabela 4

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	11.561,17	10.920,32	94,5%	45.074,78	49.024,34	108,8%
TRIBUTÁRIA	7.452,71	7.109,06	95,4%	29.606,26	29.304,98	99,0%
CONTRIBUIÇÕES	258,77	300,95	116,3%	1.034,87	1.236,35	119,5%
PATRIMONIAL	1.628,23	1.363,02	83,7%	5.404,06	4.491,99	83,1%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	6,7%	0,32	0,04	11,3%
INDUSTRIAL	0,07	35,76	51.080,3%	99,28	82,39	83,0%
SERVIÇOS	95,02	63,46	66,8%	386,12	243,68	63,1%
TRANSF. CORRENTES	998,28	898,16	90,0%	4.127,16	3.921,62	95,0%
OUTRAS	394,01	798,07	202,5%	1.594,08	7.421,66	465,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	733,99	351,84	47,9%	2.822,62	2.321,64	82,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁵:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

A receita corrente alcançou, no 4º bimestre de 2015, o valor de R\$ 10.920,32 milhões.

¹⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

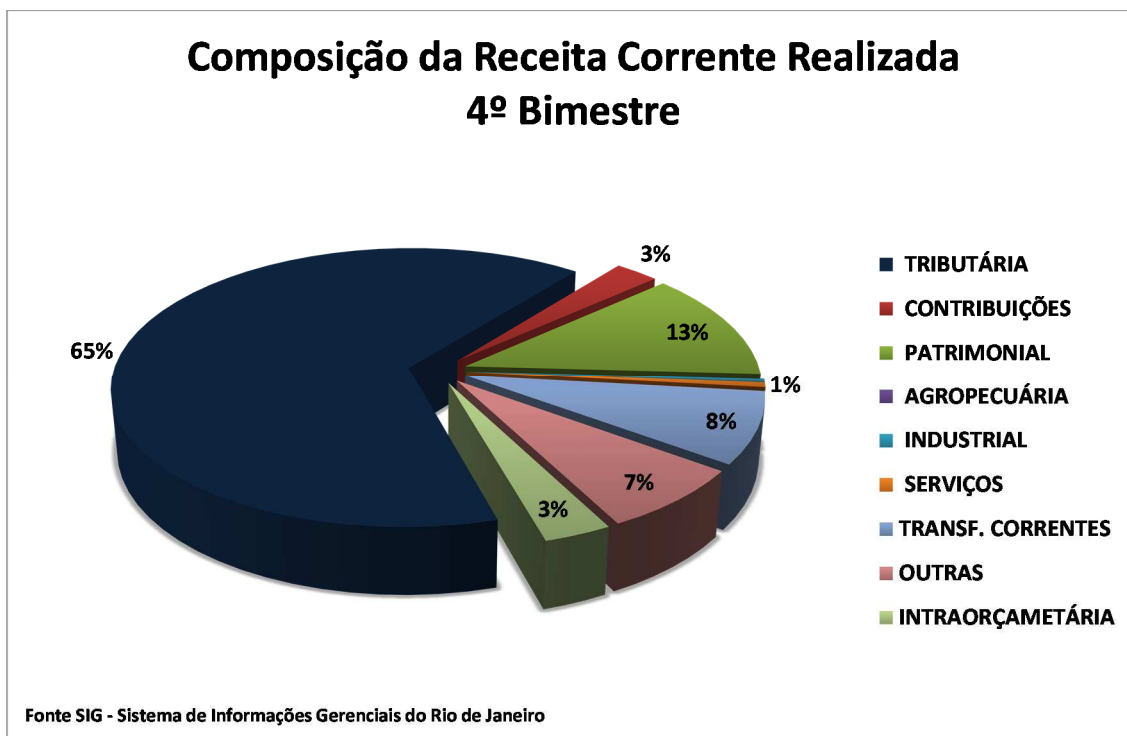
h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

As receitas correntes, no quarto bimestre de 2015, totalizaram R\$ 10.920,32 milhões, o que representa 94,5% da meta estipulada para o período. As outras receitas correntes tiveram destaque no montante das receitas correntes realizadas. Ao detalhar as receitas correntes, verifica-se que as outras receitas correntes obtiveram um resultado superior à meta estipulada para o período: R\$ 798,07 milhões. Tal resultado equivale a 202,5% da meta estabelecida, (+R\$ 404,06 milhões). Uma das receitas responsáveis pela superação da meta é a Receita advinda da Lei Complementar N° 163, que, no 4º bimestre, realizou R\$ 260 milhões. Mais informações acerca das receitas das outras receitas correntes, na seção IV.I.3 deste boletim.

Já as receitas tributárias, principal receita do Estado, totalizaram 95,4%, atingindo o valor de R\$ 7.109,06 milhões. Seccionando a receita tributária, observa-se que apesar da receita do ICMS, principal tributo do estado, ter arrecadado o valor total de R\$ 5.378,43 milhões, com uma variação positiva de 7,8% em comparação com o mesmo período do ano anterior, o esforço arrecadatório não foi o suficiente para atingir a meta estabelecida da receita tributária.

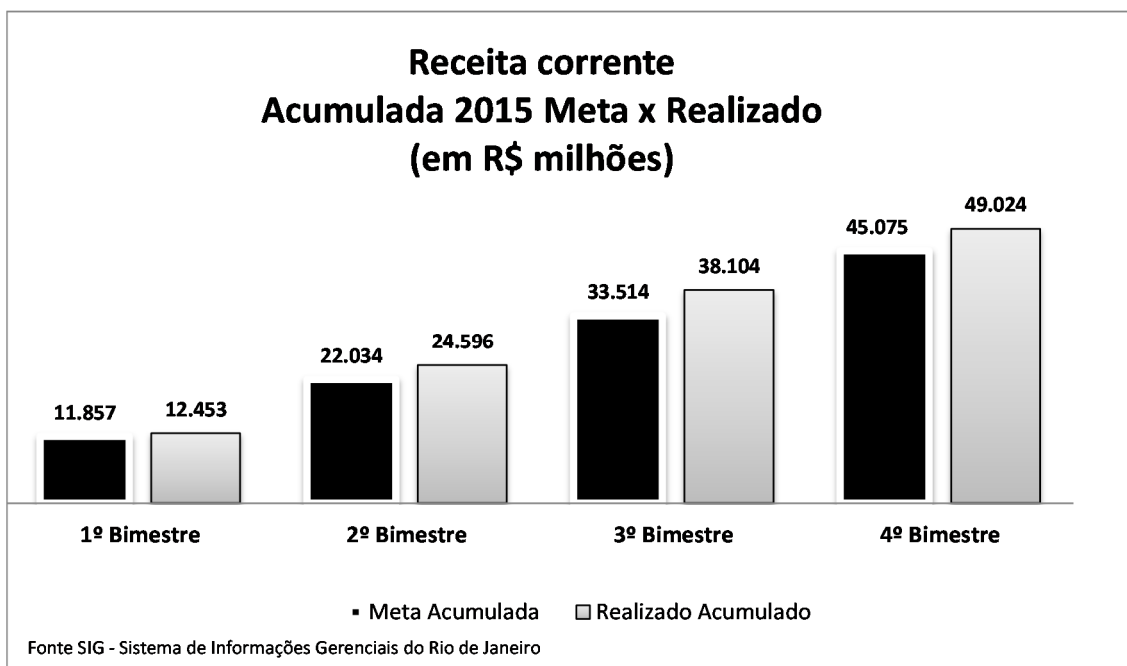
Considerando o período acumulado de 2015, as receitas tributárias representaram 59,8% das receitas correntes.

Gráfico 3



Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 49.024,34 milhões. Tal resultado atingiu 108,8% da meta estipulada.

Gráfico 4



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 729,21 milhões / 59,4% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 2.485,02 milhões / 54,6% da meta realizada.

Tabela 5

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	1.227,42	729,21	59,4%	4.552,05	2.485,02	54,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.083,43	626,03	57,8%	3.907,15	2.055,73	52,6%
ALIENAÇÃO DE BENS	2,53	8,05	318,8%	10,05	10,98	109,3%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	41,90	63,38	151,3%	166,83	240,49	144,2%
TRANSF. CAPITAL	99,56	31,67	31,8%	467,93	177,54	37,9%
OUTRAS	0,00	0,00	-100,0%	0,10	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,08	100,0%	0,00	0,27	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁶:

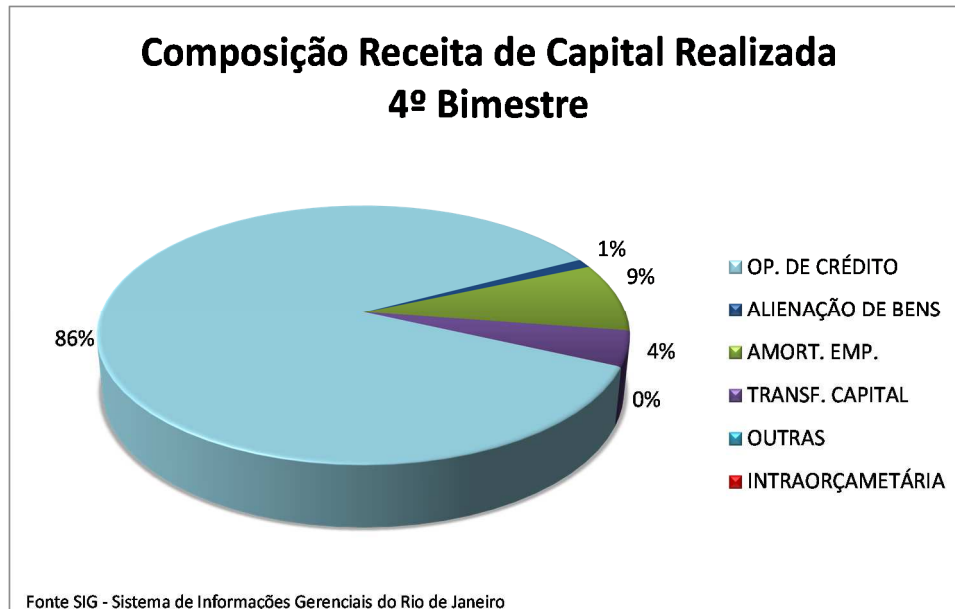
- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem

¹⁶ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 5



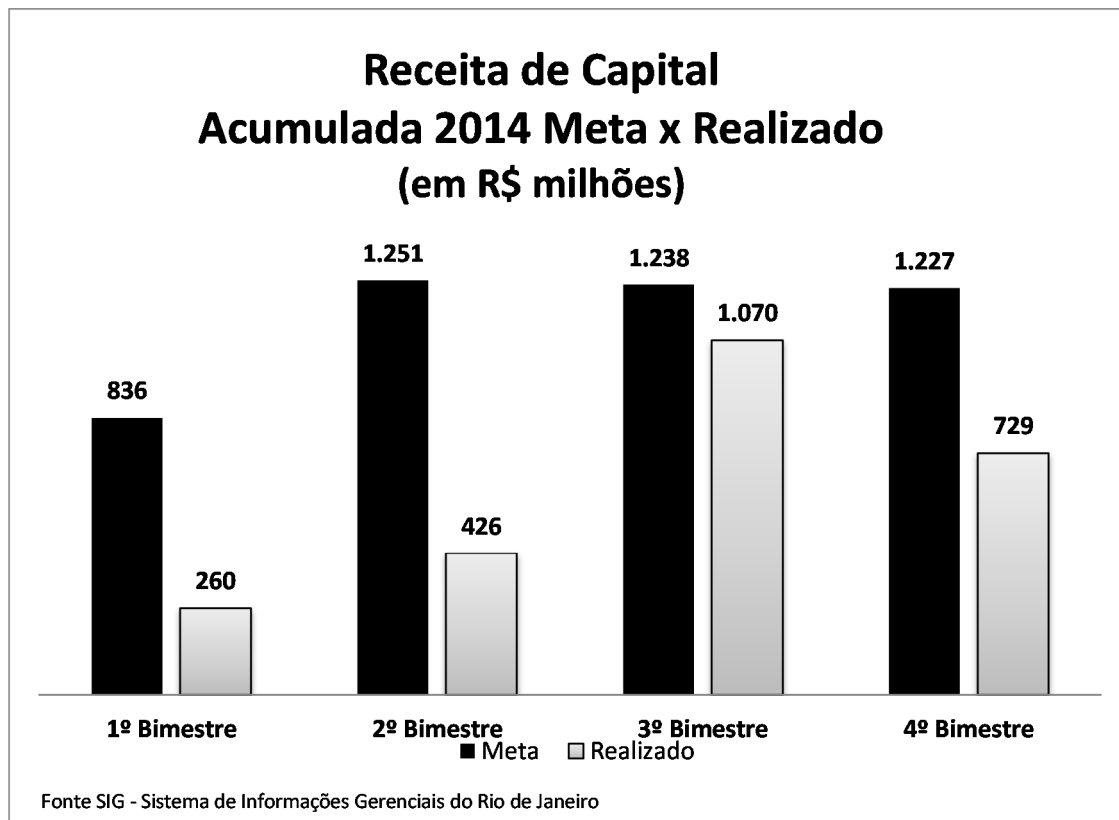
No quarto bimestre de 2015, as receitas de capital realizaram 59,4% da meta estimada para o período ou em valores absolutos: R\$ 729,21 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função da alteração do cronograma de desembolsos das receitas de operações de crédito, que previa o recebimento dessas receitas para momento diverso do que de fato ocorreu.

As receitas de operação de crédito, no quarto bimestre, atingiram o montante de R\$ 626,03 milhões. Tal valor correspondeu a 57,8% da meta.

O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 2.485,02 milhões, 54,6% do previsto para o período. Mais uma vez, o desempenho das operações de crédito foi preponderante para este resultado. Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 729,21 milhões no 4º bimestre 2015, o que representa 59,4% da meta proposta.

Gráfico 6



III. Resultados Fiscais¹⁷

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: - R\$ 1.596,31 milhões / -389,2%

Acumulado: - R\$ 6.614,63 milhões / -197,1%

Tabela 6
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	10.223,32	8.810,56	-13,8%	43.145,99	40.160,55	-6,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.544,47	7.729,51	-19,0%	37.738,02	35.353,90	-6,3%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.466,07</i>			<i>-6.669,74</i>		
I.2 RECEITA DE CAPITAL	1.613,71	729,13	-54,8%	8.984,07	2.484,75	-72,3%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	531,21	351,92	-33,8%	3.093,65	2.321,91	-24,9%
II. DESPESA TOTAL (B)	10.549,65	10.406,87	-1,4%	45.372,38	46.775,18	3,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	9.081,32	8.436,15	-7,1%	40.437,69	36.554,01	-9,6%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.466,07</i>			<i>-6.669,74</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.358,16	1.725,21	-26,8%	8.378,56	7.043,31	-15,9%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	576,24	245,51	-57,4%	3.225,88	3.177,86	-1,5%
RES. ORÇAM. (A-B)	-326,33	-1.596,31	-389,2%	-2.226,39	-6.614,63	-197,1%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2015 emitido em 18/09/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e as despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 4º bimestre de 2015, foi negativo em R\$ 1.596,31 milhões, com uma variação negativa de 389,2 % em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas corrente e de capital sobre as respectivas receitas. As despesas de capital superaram as receitas em R\$ 996,08 milhões. Já as despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes e ocasionaram um déficit corrente de R\$ 706,64 milhões.

Tanto no acumulado, como no 4º bimestre, o resultado deficitário foi decorrente da superioridade das despesas correntes e de capital frente às respectivas receitas. As receitas correntes, até agosto,

O resultado orçamentário, no 4º bimestre de 2015, foi deficitário em R\$ 1.596,31 milhões.

¹⁷ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

totalizaram R\$ 35.353,90 milhões enquanto as despesas correntes somaram R\$ 36.554,01 milhões. Já, as despesas de capital realizaram R\$ 7.043,31 milhões, enquanto as receitas de capital R\$ 2.484,75 milhões. Assim, o resultado orçamentário acumulado no ano atingiu o valor de - R\$ 6.614,63 milhões, com uma variação negativa de - 197,1% frente ao acumulado de 2014.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 339,51 milhões / -135,0%

Acumulado: - R\$ 6.032,54 milhões / -126,3%

Tabela 7

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014 - 2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL (A)	8.806,43	7.484,06	-15,0%	33.536,23	30.287,59	-9,7%
I.1 RECETA CORRENTE	8.246,95	6.678,26	-19,0%	33.867,31	27.458,89	-18,9%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.466,07</i>			<i>-6.669,74</i>		
I.2 RECETA DE CAPITAL	1.564,88	688,55	-56,0%	5.433,68	2.352,01	-56,7%
I.3 RECETA INTRAORÇAMENTÁRIA	460,68	117,26	-74,5%	904,99	476,69	-47,3%
II. DESPESA TOTAL (B)	7.835,04	7.823,57	-0,1%	36.201,39	36.320,13	0,3%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.670,77	5.854,15	-12,2%	31.572,92	26.238,22	-16,9%
<i>Ajuste de Conta Redutora*</i>	<i>-1.466,07</i>			<i>-6.669,74</i>		
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.353,38	1.725,16	-26,7%	8.373,55	7.043,24	-15,9%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	276,96	244,26	-11,8%	2.924,67	3.038,67	3,9%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)	971,39	-339,51	-135,0%	-2.665,16	-6.032,54	-126,3%
RECETA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	1.416,64	1.326,25	-6,4%	9.609,76	9.872,96	2,7%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	2.714,36	2.583,05	-4,8%	9.170,99	10.455,05	14,0%
RES. ORÇAM. DO RIOPREVIDÊNCIA (C-D)	-1.297,72	-1.256,80	3,2%	438,77	-582,08	-232,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)+(C-D)	-326,33	-1.596,31	-389,2%	-2.226,39	-6.614,63	-197,1%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2015 emitido em 18/09/2015

Sistemas de Informações Gerenciais (SIG): 21/09/2015

* Ajuste de Transferência aos Municípios

Analisando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o quarto bimestre foi deficitário em R\$ 339,51 milhões. Nesse período, o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA apresentou o valor negativo de R\$ 1.256,80 milhões (3,2% frente ao ano anterior).

No acumulado, desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o resultado orçamentário também foi deficitário em - R\$ 6.032,54 milhões, com uma variação negativa de - 126,3% frente ao acumulado de 2014. Incorporando o resultado do RIOPREVIDÊNCIA - déficit de R\$ 582,08 milhões - ao resultado orçamentário geral do Estado, observa-se que o resultado

O resultado orçamentário no 4º bimestre excluindo o RIOPREVIDÊNCIA obteve um déficit de R\$ 339,51 milhões.

orçamentário até agosto de 2015 passa a alcançar um déficit maior, no montante de R\$ 6.614,63 milhões.

III.III Resultado Primário

Bimestre: - R\$ 1.480,14 milhões / - 73,2%
Acumulado: - R\$ 3.940,08 milhões / 44,3%

Tabela 8

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS TOTAL	10.223,32	8.810,56	-13,8%	43.145,99	40.160,55	-6,9%
RECEITAS FINANCEIRAS	1.642,85	858,39	-47,7%	9.290,95	2.865,26	-69,2%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	531,21	351,92	-33,8%	3.093,65	2.321,91	-24,9%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	8.049,26	7.600,25	-5,6%	30.761,39	34.973,38	13,7%
DESPESAS TOTAL	10.549,65	10.406,87	-1,4%	45.372,38	46.775,18	3,1%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.069,58	1.080,98	1,1%	4.306,90	4.683,86	8,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	576,24	245,51	-57,4%	3.225,88	3.177,86	-1,5%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.903,82	9.080,38	2,0%	37.839,61	38.913,46	2,8%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-854,57	-1.480,14	-73,2%	-7.078,21	-3.940,08	44,3%

Sistemas de Informações Gerenciais (SIG): 21/09/2015

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, no 4º bimestre, observa-se que a despesa primária excedeu a receita primária em R\$ 1.480,14 milhões, ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o mesmo período de 2014, observa-se uma variação de - 73,2%. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. As despesas primárias atingiram R\$ 9.080,38 milhões, enquanto as receitas primárias terminaram o bimestre com o valor de R\$ 7.600,25 milhões.

No acumulado, observa-se que as receitas primárias totais obtiveram uma variação positiva frente a 2014 (R\$ 34.973,38 milhões; 13,7%). Já as despesas primárias cresceram em menor proporção (R\$ 38.913,46 milhões; 2,8%), ocasionando um resultado primário deficitário de - R\$ 3.940,08 milhões.

No quarto bimestre de 2015, o resultado primário apresentou o valor de - R\$ 1.480,14 milhões.

Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: R\$ 81,24 milhões / - 73,0%
Acumulado: - R\$ 1.450,61 milhões / 28,1%

Tabela 9

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECETAS TOTAL	8.806,43	7.484,06	-15,0%	33.536,23	30.287,59	-9,7%
RECETAS FINANCEIRAS	1.555,82	787,23	-49,4%	5.679,56	2.663,91	-53,1%
RECETAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	460,68	117,26	-74,5%	904,99	476,69	-47,3%
RECETA PRIMÁRIA TOTAL (A)	6.789,93	6.579,58	-3,1%	26.951,69	27.146,99	0,7%
DESPESAS TOTAL	7.835,04	7.823,57	-0,1%	36.201,39	36.320,13	0,3%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.069,58	1.080,98	1,1%	4.306,90	4.683,86	8,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	276,96	244,26	-11,8%	2.924,67	3.038,67	3,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	6.488,49	6.498,33	0,2%	28.969,82	28.597,60	-1,3%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	301,44	81,24	-73,0%	-2.018,14	-1.450,61	28,1%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	-1.156,00	-1.561,38	-35,1%	-5.060,08	-2.489,47	50,8%

Fonte: RREO - 1º Bimestre de 2015 emitido em 23/03/2015
 Sistemas de Informações Gerenciais (SIG): 21/09/2015

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de R\$ 81,24 milhões, com uma variação de -73,0% frente ao mesmo período de 2014. Já No acumulado, o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA é de - R\$ 1.450,61 milhões, com uma variação de 28,1% frente a 2014. Ressalta-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que, quando incluído na apuração, o resultado primário, no bimestre, se torna negativo, e, no acumulado, acentua ainda mais o resultado primário deficitário.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 43,27 bilhões / 96,6%¹⁸

A dotação autorizada no Orçamento, até agosto, foi suplementada em R\$ 3,66 bilhões¹⁹ (aumento de 4,4%) em razão de mudanças orçamentárias tais como incorporação de superávit financeiro de convênios e a contratação de operações de crédito. Do orçamento atual (R\$ 86,5 bilhões), quase R\$ 7,74 bilhões encontram-se contingenciados, ou seja, quase 9,0%, conforme dados expostos na Tabela 10.

Vale ressaltar que o comportamento da arrecadação ao longo do ano ditará o ritmo de execução, possibilitando a liberação das despesas represadas ou a necessidade de realizar novos contingenciamentos no orçamento.

Até o 4º bimestre, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 841 de 2015), foi de R\$ 44,79 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 43,27 bilhões) ficou abaixo do estimado em 3,4% (variação negativa de R\$ 1,52 bilhão). Do montante gasto, uma parcela equivale ao pagamento de Restos a Pagar (R\$ 3,29 bilhões). Este valor correspondeu a 7,6% do montante total executado até o momento. A Tabela 11 traz o descritivo para o período.

Tabela 10

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - AGOSTO			
	INICIAL	82.801.361.911	-
DOTAÇÃO	ATUAL	86.458.604.977	104,4%
	DISPONÍVEL	78.720.988.371	91,1%
CONTINGENCIADO		7.737.616.606	8,9%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		3.657.243.066	4,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Tabela 11– Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A AGOSTO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	13.651	13.920	978	14.897	109,1%
OUTRAS DESP. CORRENTES	22.382	18.105	1.708	19.813	88,5%
INVEST /INVERSÕES	4.029	3.286	610	3.896	96,7%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	4.728	4.665	0	4.665	98,7%
TOTAL	44.789	39.977	3.296	43.272	96,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

¹⁸ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁹ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

Na análise por grupo de despesa, somente o grupo Pessoal e Encargos Sociais mostrou realização acima da meta: até agosto foram executados R\$ 14,90 bilhões, variação positiva de 9,1% (R\$ 1,25 bilhão).

As despesas pagas com os Serviços da Dívida (Juros e Amortização da Dívida) demonstraram um ritmo de execução muito próxima a estimada. No total foram R\$ 4,67 bilhões de recursos alocados para assegurar os compromissos assumidos pelo ERJ, valor este 1,3% inferior (-R\$ 63,05 milhões) ao estimado no Cronograma.

Por outro lado, motivado principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a nova realidade econômica do país, o grupo Outras Despesas Correntes apresentou uma execução bem inferior à meta. Os dados contábeis do período apontam para uma realização R\$ 2,57 bilhões abaixo do estimado (-11,5% frente valor estimado). O grupo registrou R\$ 19,81 bilhões de despesas pagas até o momento, dos quais, R\$ 1,71 bilhão foi aplicado em RP (despesas do exercício anterior). Dos R\$ 18,11 bilhões de despesas realizadas no ano, R\$ 10,08 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 1,88 bilhão em Saúde e R\$ 1,52 bilhão em Encargos Especiais.

As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras também registraram realização a menor. Em termos percentuais, o grupo alcançou 96,7% da meta (-R\$ 132,41 milhões). Incluído o pagamento de Restos a Pagar (R\$ 610 milhões), aproximadamente R\$ 3,90 bilhões de despesas foram executadas até o bimestre, dos quais, R\$ 2,05 bilhões (85,6%) foram financiados com recursos de Operações de Crédito.

Por fim, cabe lembrar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

IV. Receita Estadual²⁰

Bimestre: R\$ 11.649,53 milhões / - 8,6%²¹
Acumulado: R\$ 51.509,35 milhões / - 5,4%²²

Tabela 12
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
REC. CORRENTE	10.607,65	10.568,48	-0,4%	42.368,97	46.702,70	10,2%
REC. CAPITAL	1.613,71	729,13	-54,8%	8.984,07	2.484,75	-72,3%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	531,21	351,92	-33,8%	3.093,65	2.321,91	-24,9%
Total	12.752,58	11.649,53	-8,6%	54.446,69	51.509,35	-5,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

No quarto bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 11.649,53 milhões – decréscimo de R\$ 1.103,05 milhões (- 8,6%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 – influenciado, na maior parte, pela redução das arrecadações da Receita de Capital.

A Receita Corrente, neste bimestre, decresceu 0,4% (- R\$ 39,18 milhões) influenciada, principalmente, pelo resultado negativo da Receita Patrimonial e Receita de Contribuições. Já os resultados positivos da Receita Tributária, Receita Industrial, Receita de Serviços e de Outras Receitas Correntes atenuaram a queda do resultado das Receitas Estaduais. O desempenho da Receita Estaduais será pormenorizado na Seção IV.I.

A Receita de Capital, que apresentou queda de 54,8% (- R\$ 884,58 milhões), fruto, principalmente, da redução da Receita de Operações de Crédito. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No acumulado, percebe-se um decréscimo de R\$ 2.937,34 milhões (- 5,4%) na Receita Estadual, totalizando R\$ 51.509,35 milhões. O decréscimo foi influenciado pela queda na arrecadação de Receitas de Capital, sendo a redução das Receitas de Alienações de Bens e das Operações de Crédito o principal fator a influenciar o resultado acumulado em 2015. A Receita Corrente mostra acréscimo de R\$ 4.333,73 milhões (+ 10,2%), com destaque para Receitas Tributárias

No 4º bimestre de 2015, as Receitas Estaduais decresceram 8,6%, influenciadas, principalmente, pela Receita de Capital que apresentou redução de 54,8%.

No acumulado de 2015, a Receita Estadual decresceu 5,4% influenciada pelo decréscimo de arrecadação da Receita de Capital. A Receita Corrente apresentou crescimento, contudo, tal desempenho, não foi suficiente para fazer frente ao resultado da Receita de Capital.

²⁰ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

²¹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

²² As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

e Outras Receitas Correntes que apresentaram maior acréscimo, comparado ao mesmo período acumulado de 2014.

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 10.568,48 milhões / - 0,4%
Acumulado : R\$ 46.702,70 milhões / + 10,2%

Tabela 13
RECETA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
TRIBUTÁRIA	6.549,94	7.109,06	8,5%	28.336,49	29.304,98	3,4%
CONTRIBUIÇÕES	356,19	300,95	-15,5%	1.188,27	1.236,35	4,0%
PATRIMONIAL	1.986,55	1.363,02	-31,4%	6.659,73	4.491,99	-32,5%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	-33,4%	0,04	0,04	-2,8%
INDUSTRIAL	24,37	35,76	46,7%	76,78	82,39	7,3%
DE SERVIÇOS	58,52	63,46	8,4%	238,06	243,68	2,4%
TRANSF. CORRENTES	904,12	898,16	-0,7%	3.986,75	3.921,62	-1,6%
OUTRAS CORRENTES	727,95	798,07	9,6%	1.882,85	7.421,66	294,2%
TOTAL	10.607,65	10.568,48	-0,4%	42.368,97	46.702,70	10,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

No 4º bimestre de 2015, merecem atenção, pelo resultado positivo dentre as Receitas Correntes, a Receita Tributária, (+ R\$ 559,12 milhões; +8,5%) e Outras Receitas Correntes (+ R\$ 70,12 milhões; + 9,6%), em relação ao mesmo período de 2014.

Por outro lado, a Receita Patrimonial apresentou decréscimo de R\$ 623,53 milhões (- 31,4%), em relação ao mesmo período de 2014, figurando como o principal fator a prejudicar o comportamento geral da Receita Corrente (- R\$ -39,18 milhões; - 0,4%).

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 4.333,73 milhões (+ 10,2%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 46.702,70 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo das Receitas Tributárias (+ R\$ 968,49 milhões; + 3,4%) e de Outras Receitas Correntes, que apresentou acréscimo de R\$ 5.538,81 milhões (+ 294,2%). As Receitas Patrimoniais (- R\$ 2.167,74 milhões; - 32,5%) ofereceram resistência ao crescimento das Receitas Correntes.

No quarto bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou acréscimo, sustentado principalmente por Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes, contas essas também responsáveis pelo crescimento no acumulado.

IV.I.1 Receita Tributária
Bimestre: R\$ 7.109,06 milhões / + 8,5%
Acumulado: R\$ 29.304,98 milhões / + 3,4%
Tabela 14
RECETA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.549,94	7.109,06	8,5%	28.336,49	29.304,98	3,4%
ICMS	4.990,51	5.378,43	7,8%	20.862,32	20.983,35	0,6%
Adicional do ICMS	457,07	482,06	5,5%	1.918,99	1.984,12	3,4%
IRRF	407,73	544,99	33,7%	1.798,45	2.024,42	12,6%
IPVA	154,97	163,17	5,3%	1.833,95	2.127,85	16,0%
ITD	119,21	195,66	64,1%	393,00	487,79	24,1%
Taxas	420,46	344,75	-18,0%	1.529,78	1.697,46	11,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

A Receita Tributária arrecadada no quarto bimestre de 2015 elevou-se 8,5% (+ R\$ 559,12 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 7.109,06 milhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação do IRRF, que apresentou aumento de R\$ 137,26 milhões (+ 33,7%), e, com maior intensidade, pela arrecadação do ICMS, que afetou o resultado bimestral com adição de R\$ 387,92 milhões (+ 7,8%). De modo inverso, as Taxas apresentaram decréscimo na arrecadação, comparativamente ao 4º bimestre de 2014, com redução de R\$ 75,71 milhões (- 18,0%).

No acumulado, a Receita Tributária mostrou desempenho positivo de 3,4%, totalizando R\$ 29.304,98 milhões. A variação percentual representa aumento de R\$ 968,49 milhões na arrecadação. No período, os destaques foram: o Imposto de Renda Retido na Fonte, com crescimento de R\$ 225,96 milhões (+ 12,6%); o IPVA, o qual adicionou R\$ 293,89 milhões (+ 16,0%); o ICMS com elevação de R\$ 121,03 milhões; e as Taxas que apesar da queda do bimestre, acumulam crescimento de R\$ 167,67 milhões.

A arrecadação de ICMS apresentou resultado relevante no bimestre, com acréscimo de receita de R\$ 387,92 milhões (+ 7,8 %).

A arrecadação do IRRF registrou aumentos expressivos tanto no bimestre quanto no acumulado, alcançando R\$ 137,26 milhões e R\$ 225,96 milhões, respectivamente.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 5.378,43 milhões / + 7,8%
Acumulado: R\$ 20.983,35 milhões / + 0,6%

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva no quarto bimestre de 2015, com aumento de 7,8% (+ R\$ 387,92 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior²³.

No acumulado, a arrecadação apresenta variação positiva de 0,6% (+ R\$ 121,03 milhões), tendo seu montante ascendido para R\$ 20.983,35 milhões.

Conforme esclarecimento da edição do 3º bimestre de 2015, quanto ao ICMS, houve alteração na metodologia de análise. Esta, antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, isto é, classificação do Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se por detalhar os grupos que apresentam maior participação na arrecadação do imposto, que juntos concentram cerca de 80% das receitas acumuladas.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

ICMS Substituição Tributária²⁴ (Participação Acumulada → 26,5%)

Bimestre: + 4,5%
Acumulado: + 5,6%

A arrecadação na receita de Substituição Tributária, no 4º bimestre, sofreu relevante impacto da vigência, a partir de julho/15, do Decreto nº 45.258/15, o qual elevou significativamente as Margens de Valor Agregado (aumento da base de cálculo) na substituição tributária progressiva²⁵, principalmente no setor de venda porta-a-porta.

No acumulado, esta classe obteve crescimento devido ao impacto de diversas ações. Os destaques para o crescimento foram o aumento da arrecadação nas atividades de refino e distribuição de combustíveis (principalmente com o credenciamento das

²³ Arrecadação extraída do Sistema de Informações Gerenciais do Estado do Rio de Janeiro – SIG RJ.

²⁴ O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

²⁵ Na substituição tributária progressiva, a responsabilidade é atribuída ao contribuinte em relação ao imposto incidente sobre uma ou mais operações ou prestações sejam estas posteriores ao pagamento do imposto.

distribuidoras de etanol, conforme Decreto nº 44.883/14), além de ações fiscais realizadas, as quais resultaram em lançamentos e recolhimento de impostos não pagos anteriormente.

ICMS Normal²⁶ (Participação Acumulada → 20,6%)

Bimestre: - 2,6%

Acumulado: - 5,6%

A queda no ICMS normal, no bimestre, foi amplamente afetada pela atual conjuntura econômica sobre o setor varejista além da transferência de produtos para o regime de substituição tributária.

No acumulado, a redução foi resultado da receita atípica de grande impacto realizada em junho do ano anterior, relativa à venda de elementos combustíveis a um grande contribuinte, a qual inflou a base comparativa desse grupo de receitas no terceiro bimestre de 2014, resultando em queda no mesmo bimestre de 2015. Soma-se a tal fato, de forma relevante, o reflexo do arrefecimento das atividades do setor automobilístico (veículos e materiais viários) causado pela baixa concessão de crédito por parte das instituições financeiras.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 15,2%)

Bimestre: + 36,1%

Acumulado: + 48,1%

A ascensão do ICMS na Energia Elétrica, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi relevantemente afetada pelas medidas adotadas pelo governo federal para o realinhamento tarifário das companhias, aplicadas desde novembro de 2014, que fez aumentar o preço e por consequência a arrecadação derivada de tal atividade.

ICMS Importação (Participação Acumulada → 14,8%)

Bimestre: - 31,5 %

Acumulado: - 25,8%

A queda do ICMS derivado de importação, no 4º bimestre, deve-se ao considerável impacto da diminuição da atividade de importação do

²⁶ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetorias especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

GNL (gás natural liquefeito) dado o atual cenário econômico e a mudanças no ambiente regulatório.

No acumulado, a queda resulta, principalmente, da redução da importação na atividade de petróleo, dominante quando considerado todo o primeiro semestre de 2015, além da queda na importação do de GNL mencionada anteriormente.

→ **ICMS Comunicações (Participação acumulada → 12,6%)**

Bimestre: + 6,4%
Acumulado: + 2,1%

Apesar da variação positiva fruto da expansão do setor como um todo, o crescimento do ICMS nas Comunicações, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi significativamente afetado pela convergência de tecnologias e pela migração da utilização das chamadas tradicionais (voz) para aplicações via aplicativos, bem como pela acirrada concorrência do setor. Fatores estes que vêm ocorrendo nos últimos anos, e afetam vultuosamente a arrecadação deste ICMS e não permitindo um crescimento relevante no recolhimento do imposto.

→ **ICMS Auto de Infrações (Participação Acumulada → 0,4%)**

Bimestre: + 1.956,0%
Acumulado: + 321,8%

O significativo aumento dos Autos de Infração, a despeito de registrar uma leve participação na arrecadação anual, deve-se principalmente à entrada de negociação extrajudicial de créditos junto à grande contribuinte devedor do imposto, mediante uso de Termo de Ajuste de Conduta Tributária – TACT²⁷.

ICMS Petróleo e Derivados (Participação Acumulada → 1,4%)

²⁷ O Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT), previsto na Lei nº 7.020 de 11 de junho de 2015, visa o recebimento de créditos tributários de contribuintes do ICMS que não cumpriram adequadamente a legislação por conta de divergência interpretativa ou erro operacional na apuração das obrigações tributárias atinentes a este imposto, objeto de litígio judicial ou administrativo.

Bimestre: + 1.348,7%
Acumulado: + 421,0%

Ainda que o ICMS Petróleo e Derivados represente pequena participação na arrecadação anual do ICMS, sua variação merece ser destacada. O aumento deve-se principalmente à entrada de negociação extrajudicial de créditos junto à grande contribuinte devedor do imposto, mediante uso de Termo de Ajuste de Conduta Tributária – TACT.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²⁸):

Bimestre: R\$ 163,17 milhões / + 5,3%
Acumulado: R\$ 2.127,85 bilhões / + 16,0%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No quarto bimestre de 2015, o IPVA apresentou acréscimo de R\$ 8,20 milhões (+ 5,3%). Esse resultado foi reflexo do envio de aproximadamente 120 mil cartas de aviso de débitos a contribuintes, enviados em junho e julho deste ano, referente à cobrança de atrasados deste imposto, referentes aos exercícios de 2011 a 2014.

No acumulado, houve aumento de R\$ 293,89 milhões (+ 16,0%), alcançando R\$ 2.127,85 milhões. Fatos relevantes a este aumento foram: redução de desconto para pagamento à vista (alterado de 10,0% para 8,0%) por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e § 2º; recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento (Lei Estadual nº 6.931/14) a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril de 2015) ou em cota única (fevereiro de 2015); descontinuidade do desconto de 50,0% concedido para as concessionárias, que vigorou em 2014; e, adicionalmente, o impacto da operação nomeada Pávio Curto teve por objetivo alcançar contribuintes inadimplentes quanto ao IPVA.

Alterações na legislação impactaram positivamente a receita de IPVA em 2015.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10,0% para 8,0%.

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos dentro primeiro semestre de 2015.

O Decreto nº 44.568/14, que concedia desconto de 50,0% no IPVA das concessionárias, perdeu a vigência no exercício de 2015.

²⁸ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 195,66 milhões / + 64,1%****Acumulado: R\$ 487,79 milhões / + 24,1%**

Em comparação com o mesmo período de 2014, a arrecadação do ITD apresentou acréscimo no 4º bimestre do ano corrente, apresentando variação de 64,1% na arrecadação (+ R\$ 76,45 milhões). O resultado bimestral de R\$ 195,66 milhões, assim como todo o ano de 2015, foi afetado pela reestruturação nos processos internos na inspetoria deste imposto, adequados quando detectada alguma forma de melhoria. A reformulação começou a ser aplicada a partir do mês de março, a qual tornou mais eficiente o atendimento ao contribuinte e proporcionou aumento de arrecadação.

Assim, no acumulado, o ITD apresentou crescimento de 24,1% (+ R\$ 94,79 milhões), com o valor de total de R\$ 487,79 milhões até agosto de 2015. Destaca-se no ano, a mudança na sistemática de lançamento do imposto quanto aos fatos geradores da Herança Extrajudicial, tendo, dessa forma, reduzido os prazos de tramitação e do tempo para lavratura das Guias de Controle de ITD na Doação e Herança Judicial.

É proveitoso citar a relevância de tais alterações que permitem que o imposto continue a apresentar variação positiva, ainda que o comportamento esperado, na atual situação econômica, pudesse levar à prática de se postergar a abertura dos inventários.

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 544,99 milhões / + 33,7%****Acumulado: R\$ 2.024,42 milhões / + 12,6%**

O Imposto de Renda apresentou aumento 33,7% (+ R\$ 137,26 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao quarto bimestre de 2014. Tal fato decorreu de ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.



Na análise acumulada, o aumento de 12,6% (+ R\$ 225,96 milhões) retrata a apropriada tendência de crescimento do imposto.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 344,75 milhões / - 18,0%
Acumulado: R\$ 1.697,46 milhões / + 11,0%
Tabela 15
RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Taxas	420,46	344,75	-18,0%	1.529,78	1.697,46	11,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	40,01	41,19	2,9%	331,74	377,86	13,9%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	32,10	34,11	6,3%	301,77	346,80	14,9%
Outras	7,91	7,08	-10,5%	29,96	31,06	3,6%
Taxas pela Prestação de Serviços	380,45	303,56	-20,2%	1.198,05	1.319,60	10,1%
Emolumentos e Custas Judiciais	80,68	84,51	4,7%	286,00	307,31	7,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	72,76	71,91	-1,2%	266,16	266,87	0,3%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	227,01	147,15	-35,2%	645,89	745,42	15,4%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	113,25	123,95	9,4%	491,41	557,42	13,4%
Outras	113,75	23,19	-79,6%	154,48	188,00	21,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou decréscimo de 18,0% (- R\$ 75,71 milhões) em relação ao quarto bimestre de 2014, totalizando R\$ 344,75 milhões. Essa redução foi resultado, principalmente, da queda apresentada pelas Taxas pela Prestação de Serviços, especificamente na rubrica Outras Taxas de Prestação de Serviços, a qual registrou diminuição de R\$ 79,86 milhões. O referido decréscimo foi relevantemente influenciado pela queda na arrecadação da Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio do FUNESBOM.

No acumulado, de outra maneira, as Taxas cresceram 11,0% (+ R\$ 167,67 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 1.697,46 milhões. Esse acréscimo foi influenciado pelas Taxas de Prestação de Serviços, com destaque para a rubrica Taxa de Serviços de Trânsito (+ R\$ 66,01 milhões; + 13,4%).

IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties
Bimestre: R\$ 1.363,02 milhões / - 31,4%
Acumulado: R\$ 4.491,99 milhões / - 32,5%
Tabela 16
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

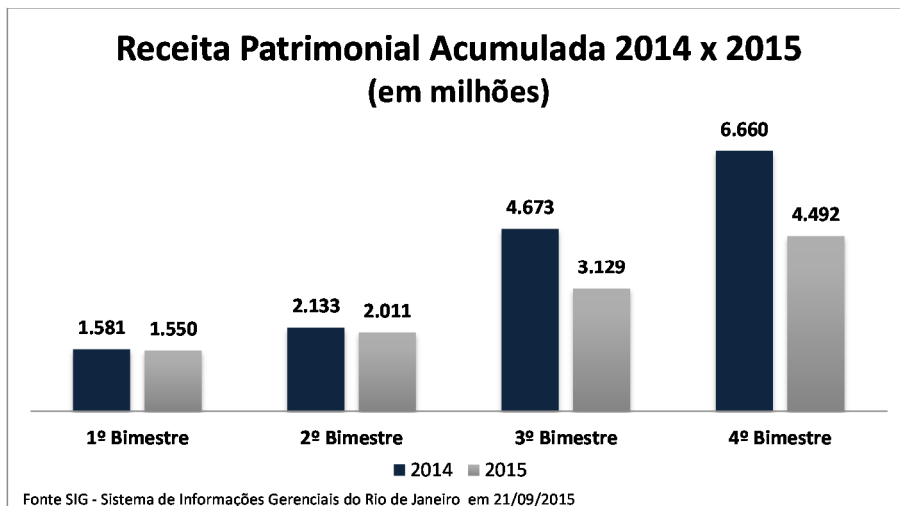
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	1.986,55	1.363,02	-31,4%	6.659,73	4.491,99	-32,5%
Petróleo	1.785,55	1.170,41	-34,5%	6.000,60	3.810,70	-36,5%
Royalties	512,42	419,92	-18,1%	1.875,54	1.537,73	-18,0%
Part. Especial	1.272,39	749,86	-41,1%	4.122,43	2.270,69	-44,9%
FEP	0,74	0,63	-15,3%	2,62	2,29	-12,8%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	177,17	160,93	-9,2%	580,61	558,06	-3,9%
Demais Rec. Patrimoniais	23,82	31,68	33,0%	78,52	123,23	56,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

As Receitas Patrimoniais, no 4º bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 1.363,02 milhões, o que representa uma variação negativa de 31,4% (- R\$ 623,53 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 34,5% abaixo do valor de 2014. As aplicações financeiras seguiram a mesma tendência e apresentaram queda de 9,2% (- R\$ 16,24 milhões) frente ao mesmo bimestre do ano anterior.

No acumulado, as Receitas Patrimoniais decresceram em 32,5% (- R\$ 2.167,74 milhões). A receita de petróleo apresentou variação negativa de 36,5% o que impacta significativamente o total das receitas patrimoniais, dada sua representação – aproximadamente 85% do total daquelas receitas até o quarto bimestre de 2015. As aplicações financeiras também apresentaram resultado negativo (- 3,9%, - R\$ 22,55 milhões) influenciando, em menor intensidade, as Receitas Patrimoniais. Essas receitas serão detalhadas a seguir em item próprio.

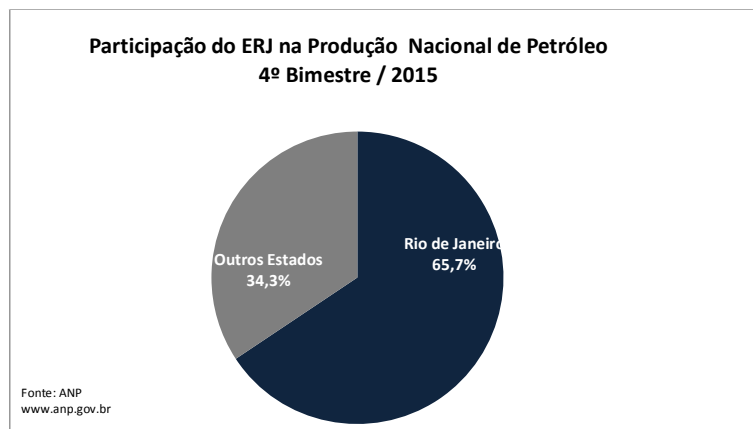
Gráfico 7



- **Petróleo:** as receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.170,42 milhões no quarto bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 34,5% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a maior parte da variação negativa ocorreu na receita de Participação Especial, que decaiu 41,1% (- R\$ 522,53 milhões). Grande parte dessa queda deu-se pela não distribuição de parte do valor devido pela Petrobrás aos Estados e Municípios em virtude de medida liminar concedida a esta empresa, resguardando seu direito de efetuar o depósito judicial de parte dos valores exigidos, conforme detalhando no Relatório Trimestral de Participação Especial da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2º Trimestre de 2015)²⁹.

A produção de petróleo, no quarto bimestre de 2015, correspondeu a 65,7% da produção total brasileira.

Gráfico 8



A queda do preço do *brent* também foi significativa para o comportamento da receita de petróleo. Embora tenha havido aumento da produção no período que, segundo dados da ANP, alcançou 15,46 milhões de m³ (+ 6,1%) e crescimento da *taxa de câmbio* (+ 38,7%), o *brent* apresentou variação negativa de 43,3% no período, afetando sobremaneira a arrecadação (conforme Tabela 17). Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 65,7% da produção total brasileira no 4º bimestre de 2015.

²⁹ Fonte: Relatório Trimestral de Participação Especial – 2º Trimestre de 2015. ANP: <http://www.anp.gov.br/?dw=77159>.

Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 4º bimestre de 2015 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 3º bimestre de 2015.

Tabela 17
Participação Governamental do Petróleo

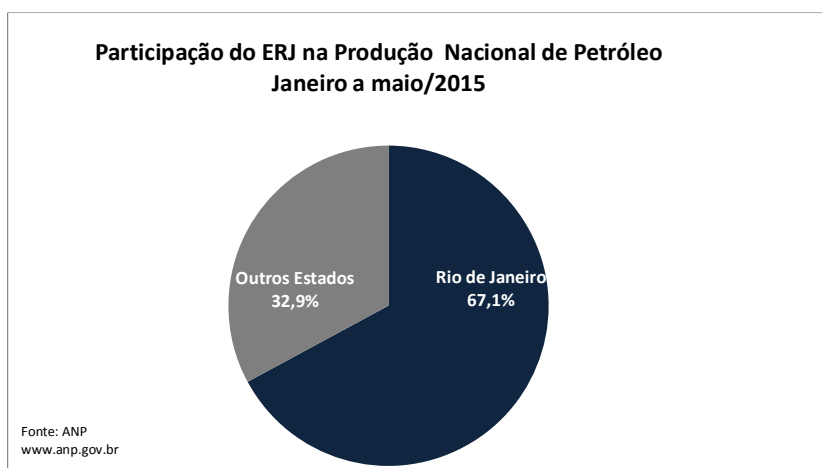
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - JUN)		VAR %
	2014	2015		2013	2014	
Produção (milhões de m³)	14,57	15,46	6,1%	57,14	62,62	9,6%
Brent (US\$)	110,67	62,78	-43,3%	109,02	61,08	-44,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,23	3,09	38,7%	2,30	2,87	24,7%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 4º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 3º bimestre de 2015.

Ao analisar o acumulado, percebe-se que as receitas de petróleo apresentaram queda de 36,5% (- R\$ 2.189,90 milhões). Mais uma vez a queda concentra-se na receita de Participações Especiais que decresceram 44,9% (- R\$ 1.851,74 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, afetado, em parte, pelo movimento trimestral, conforme descrito anteriormente. Embora, a produção acumulada de petróleo tenha aumentado (Tabela 17), o *brent* apresentou variação negativa de 44,0% contribuindo para a queda na arrecadação de petróleo, ainda que com a *taxa de câmbio* acrescida de 24,7% no período.

Gráfico 9



- **Aplicações Financeiras:** no quarto bimestre, as receitas advindas das aplicações financeiras decresceram 9,2% (- R\$ 16,24 milhões) e realizaram R\$ 160,93 milhões. As receitas que sofreram acréscimos mais significativos foram as de Remuneração de Depósitos Bancários- Conta Única – Tesouro, Remuneração dos Investimentos do RPPS em Renda Fixa - Lei nº 6.338/2012 e os Fundos de Aplicação em Cotas de Renda Fixa. Entretanto, superou o acréscimo no resultado bimestral, o desempenho conjunto das receitas de Remuneração de Outros Depósitos Bancários de Recursos Vinculados (Tesouro do Estado do RJ), Remuneração dos Investimentos do RPPS em Renda Fixa e Remuneração de Depósitos Bancários - Conta Centralizadora.

No acumulado, as aplicações financeiras alcançaram R\$ 558,06 milhões - variação negativa de 3,9% em relação ao mesmo período de 2014 (- R\$ 22,55 milhões) – em grande parte, pelo comportamento positivo e negativo nas contas citadas na análise bimestral.

IV.I.3 Demais Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 1.198,24 milhões / + 2,7%
Acumulado: R\$ 8.984,12 / + 165,3%
Tabela 18
DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.167,04	1.198,24	2,7%	3.386,00	8.984,12	165,3%
Receita de Contribuições	356,19	300,95	-15,5%	1.188,27	1.236,35	4,0%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	-33,4%	0,04	0,04	-2,8%
Receita Industrial	24,37	35,76	46,7%	76,78	82,39	7,3%
Receita de Serviços	58,52	63,46	8,4%	238,06	243,68	2,4%
Multas e Juros de Mora	106,50	190,08	78,5%	378,46	531,83	40,5%
Indenizações e Restituições	41,61	37,56	-9,7%	231,45	236,89	2,4%
Dívida Ativa	34,10	139,07	307,9%	185,40	209,72	13,1%
Receitas Diversas	545,74	431,37	-21,0%	1.087,55	6.443,22	492,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

As Demais Receitas Correntes apresentaram acréscimo de 2,7%, (+ R\$ 31,20 milhões) no 4º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 1.198,24 milhões. O desempenho do grupo foi influenciado, em quase sua totalidade, pela alta nas arrecadações de Receitas da Dívida Ativa (+ R\$ 104,97 milhões; + 307,9%) e da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 83,58 milhões; + 78,5%). Já as Receitas Diversas (- R\$ 114,37 milhões; - 21,0%) e a Receita de Contribuições (- R\$ 55,24 milhões; - 15,5%) apresentaram decréscimos, influenciando negativamente o resultado no 4º bimestre.

No acumulado, houve acréscimo de 165,3% (+ R\$ 5.598,12 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 8.984,12 milhões. Esse acréscimo foi influenciado pela arrecadação da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 153,37 milhões; + 40,5%), pela Receita de Contribuições (+ R\$ 48,08 milhões; + 4,0%) e, em maior parte, pelas Receitas Diversas (+ R\$ 5.355,67 milhões; + 492,5%).

– **Receitas de Contribuições:** Houve decréscimo de R\$ 55,24 milhões (- 15,5%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 300,95 milhões no período. As receitas que mais contribuíram para o resultado bimestral foram a Contribuição de Servidor Ativo Militar e a Contribuição do Servidor Ativo Civil - Lei nº 6.338/2012 que, juntas, adicionaram aproximadamente R\$ 49,73 milhões à arrecadação do 4º bimestre de 2015 em comparação ao exercício anterior. Já as Receitas de Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais, Receita de Contribuição de Servidor Inativo Civil e Outras Contribuições Previdenciárias, em conjunto, influenciaram negativamente o resultado bimestral em aproximadamente R\$ 102,23 milhões.

No acumulado, em oposição, houve acréscimo de 4,0% (+ R\$ 48,08 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 1.236,35 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pelas receitas da Contribuição de Servidor Ativo Civil e Militar, a Contribuição de Servidor Inativo Militar e da Contribuição do Servidor Ativo Civil - Lei nº 6.338/2012³⁰, que representaram elevação de aproximadamente R\$ R\$ 143,38 milhões. Já a Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares influenciaram negativamente o resultado acumulado, apresentando queda de aproximadamente R\$ 103,61 milhões.

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** houve acréscimo de 78,5% (+ R\$ 83,58 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período anterior, o que gerou uma receita total de R\$ 190,08 milhões arrecadados no 4º bimestre de 2015. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo das receitas de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS e Multas e Juros de Mora do ICMS e IPVA além das Multas Previstas na Legislação de Trânsito.

A receita de Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 307,9%; + R\$ 104,97 milhões) em relação ao mesmo bimestre de 2014, alcançando

³⁰ Lei nº 6.338/2012 - Dispõe sobre o plano de custeio do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro - RPPS/RJ, altera a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências

R\$ 139,07 milhões, em grande parte pelo acréscimo da receita da Receita da Dívida Ativa do ICMS, sozinha, que arrecadou aproximadamente R\$ 104,12 milhões.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram acréscimo (+ 40,5%; + R\$ 153,37 milhões) em relação a 2014, impactado pelas mesmas receitas que figuraram no resultado bimestral, sendo responsáveis, aproximadamente, por R\$ 98,5% do grupo dessas receitas.

A receita acumulada da Dívida Ativa apresentou acréscimo de 13,1% (+ R\$ 24,33 milhões), totalizando R\$ 209,72 milhões. Foi influenciada, principalmente, pela arrecadação de Receita da Dívida Ativa do ICMS cujo montante chegou a R\$ 31,20 milhões arrecadados.

Há que se destacar a influência, no bimestre e no acumulado, das receitas derivadas da aderência dos contribuintes do ICMS ao Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT)³¹ a título de Multas, Juros e Dívida Ativa do ICMS com efeitos a partir de julho de 2015.

- **Receitas Diversas:** houve decréscimo de 21,0% (- R\$ 114,37 milhões) na arrecadação das Receitas Diversas em relação ao mesmo período de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 431,37 milhões arrecadados no bimestre. O comportamento foi influenciado pelo decréscimo das receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013³², relativas ao Tesouro Estadual (- R\$ 405,32 milhões).

No Acumulado houve acréscimo de 492,5% (+ R\$ 5.335,67 milhões), totalizando R\$ 6.433,22 milhões. Embora a influência principal no resultado acumulado também tenha sido devido às receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147 / 2013, diferentemente do ocorrido no resultado bimestral, o acréscimo das referidas receitas ocorreu por conta da arrecadação acumulada do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (+ R\$ 5.710,00 milhões), suportando o acréscimo acumulado das Receitas Diversas.

³¹ O Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT), previsto na Lei nº 7.020 de 11 de junho de 2015, visa o recebimento de créditos tributários de contribuintes do ICMS que não cumpriram adequadamente a legislação por conta de divergência interpretativa ou erro operacional na apuração das obrigações tributárias atinentes a este imposto, objeto de litígio judicial ou administrativo.

³² Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013 - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências.

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$898,16 milhões / -0,7%
Acumulado: R\$ 3.921,62 milhões / - 1,6%
Tabela 19
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS	904,12	898,16	-0,7%	3.986,75	3.921,62	-1,6%
Transf da União	488,52	468,94	-4,0%	2.154,40	2.139,60	-0,7%
FPE	160,40	163,74	2,1%	756,78	806,22	6,5%
IPI exp	137,28	110,88	-19,2%	523,96	478,11	-8,7%
IOF	0,00	0,01	282,7%	0,02	0,05	157,4%
CIDE	0,00	5,64	0,0%	5,92	6,04	2,0%
SUS	93,25	93,42	0,2%	430,69	408,21	-5,2%
Salário Educação	66,33	69,12	4,2%	290,35	338,36	16,5%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	50,04	57,18	14,3%
Outras Transf. da União	16,98	11,83	-30,3%	96,64	45,42	-53,0%
FUNDEB	395,12	404,49	2,4%	1.738,92	1.731,52	-0,4%
Convênios	20,40	24,70	21,0%	93,32	50,41	-46,0%
Outras Transf. Corr.	0,07	0,03	-65,5%	0,12	0,09	-23,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

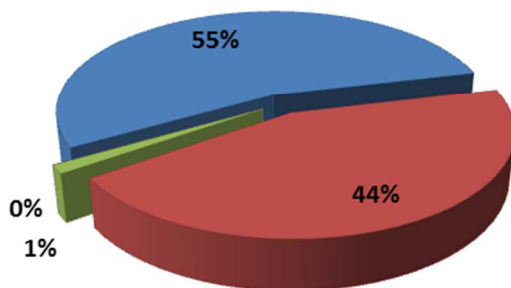
As Receitas de Transferências apresentaram decréscimo bimestral de 0,7% (- R\$ 5,97 milhões), em comparação com o mesmo bimestre de 2014. O decréscimo é derivado das Transferências da União, em especial referentes ao IPI exportação, que apresentou variação negativa de R\$ 26,40 milhões no período (- 19,2%).

No acumulado, as Receitas de Transferências totalizaram R\$ 3.921,62 milhões, o que representou um decréscimo de 1,6% (- R\$ 65,14 milhões) em relação ao ano passado. A redução se deve à queda da receita relativa às Outras Transferências da União no valor de 51,22 milhões (- 53,0%) e por conta, também, das receitas referentes ao IPI exportação, que apresentaram uma redução de 45,85 milhões (-8,7%).

Gráfico 10

**Composição da Receita de Transferências
Acumulado 2015**

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



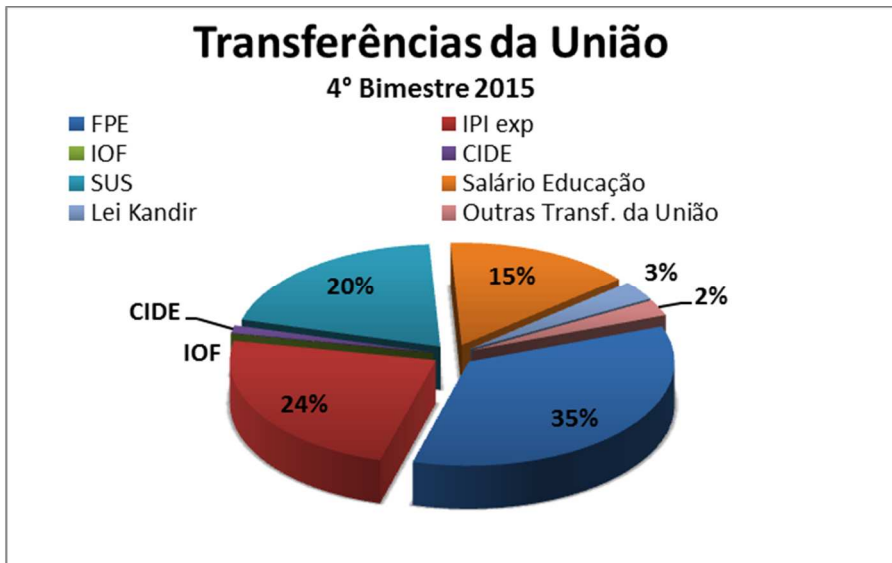
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 21/09/2015

IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União, no 4º bimestre de 2015, registraram redução de 4,0% (- R\$ 19,58 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O decréscimo dos repasses do IPI exportação e de Outras Transferências da União explica o resultado negativo bimestral desta conta. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

No acumulado, a redução de R\$ 14,80 milhões (- 0,7%) foi decorrente do desempenho das mesmas contas (IPI exportação e Outras Transferências da União) e do SUS, apesar do aumento verificado nos repasses do Salário Educação e do FPE, na comparação com o mesmo período de 2014.

Gráfico 11



– **FPE**³³: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O desempenho do 4º bimestre dos recursos do FPE superou em R\$ 3,34 milhões (+2,1%) o mesmo bimestre de 2014. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IPI. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

O ligeiro aumento bimestral na arrecadação do IPI justifica o desempenho do FPE, compensando a queda de arrecadação no IR.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 49,45 milhões (+ 6,5%) é, resultado principalmente do desempenho do Imposto de Renda. Esse aumento é justificado pelo IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial nos itens IRRF – Rendimentos do Trabalho, motivado pela variação nominal da massa salarial habitual, no IRRF-Rendimentos de Capital, em grande parte motivada pela arrecadação do imposto incidente sobre fundos de renda fixa, operações de swap e aplicações de renda fixa. Também se destaca positivamente a

³³ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de julho e agosto de 2015, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/julho2015/analise-mensal-jul-2015.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/agosto2015/analise-mensal-ago-2015.pdf>

arrecadação do IRRF- Rendimentos de Residentes no Exterior, na receita oriunda de rendimentos do trabalho de residentes no exterior.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídas para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos Estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transfere ncias>

A retração da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente relativo à participação do ERJ, bem como a redução da base tributária.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 19,2% (- R\$ 26,40 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução na arrecadação nos itens: IPI Bebidas, resultado da alteração da sistemática de apuração em função da Lei 13.097/15, IPI Automóveis, decorrente da redução no volume de vendas e IPI Outros, consequência do decréscimo na produção industrial. Ademais, vale ressaltar, que no ano de 2015 houve redução significativa do coeficiente de participação do ERJ.

O acumulado apresentou queda de 8,7% (- R\$ 45,85 milhões), pelos mesmos motivos citado anteriormente.

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 8.395/15 reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a retomada do repasse dessa transferência no bimestre.

No acumulado, o valor recebido foi de R\$ 6,04 milhões, 2,0%(0,12 milhões) a mais do que o valor recebido no mesmo período em 2014.

– **LEI KANDIR:** Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. No quarto bimestre de 2015, a transferência da Lei Kandir apresentou o mesmo valor obtido no mesmo bimestre do ano anterior, R\$ 14,30 milhões.

No acumulado, houve variação positiva de 14,3% (+ R\$ 7,15 milhões), que é justificada pela ausência de repasse no mês de março de 2014 pela União.

–**SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB³⁴ fixo³⁵ e PAB variável³⁶) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram aumento bimestral de R\$ 0,17 milhão (+ 0,2%). Tal aumento evidencia-se na Rede de Teto Estadual.

Apesar do aumento bimestral, o acumulado ainda apresenta decréscimo de R\$ 22,49 milhões (- 5,2%), derivado, principalmente, da redução no repasse de transferências para o bloco de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-

³⁴ PAB: Piso de Atenção Básica

³⁵ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

³⁶ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

educação -, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 11,83 milhões no bimestre, esta receita apresentou decréscimo de 30,3% (- R\$ 5,15 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se pela queda nas Transferências Diretas do FNDE para custear o Programa Técnico Educacional do Ensino Médio.

No acumulado, com arrecadação de R\$ 45,42 milhões, esta receita apresentou decréscimo de 53,0% (- R\$ 51,22 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. A redução justifica-se no repasse do Auxílio Financeiro aos Estados (FEX) 2013, repassado ao ERJ em janeiro de 2014, distorcendo a base de comparação desta conta.-

FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos estados e municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O aumento das receitas do FUNDEB no bimestre (+2,4% / + R\$ 9,37 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo, que apresentou acréscimo neste período citado, resultando na arrecadação de R\$ 340,39 milhões desse Fundo.

No acumulado, o decréscimo de R\$ 7,40 milhões (- 0,4%) no resultado é derivado da composição do ICMS nas receitas do fundo no primeiro semestre de 2015, uma vez que houve queda no dois primeiros bimestres do ano na contribuição deste imposto.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 24,70 milhões, apresentando crescimento de 21,0% (+ R\$ 4,29 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. O aumento deriva-se da conta Outras Transferências de Convênios da União. Deve-se destacar o convênio com o INMETRO, que apresentou uma variação positiva atípica no mês de julho de 2015. Há que se considerar, também, que o convênio com o Fundo Nacional de Saúde verificou um repasse elevado no mesmo mês, o que ainda não havia ocorrido ao longo do ano de 2015.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 42,91 milhões (- 46,0%). Esse resultado explica-se com o desempenho das Outras Transferências de Convênios da União destinadas aos Programas da Caixa Econômica Federal e do Fundo de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, bem como, as Transferências de Convênios da União destinados a Programa de Educação, destacando-se os repasses para o Fundo Nacional de Saúde.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 729,13 milhões / -54,8%
Acumulado: R\$ 2.484,75 milhões / -72,3%

Tabela 20

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	1.613,71	729,13	-54,8%	8.984,07	2.484,75	-72,3%
Operações de Crédito	1.388,60	626,03	-54,9%	5.123,02	2.055,73	-59,9%
Alienação de Bens	26,64	8,05	-69,8%	3.403,08	10,98	-99,7%
Amortiz. de Empréstimos	50,43	63,38	25,7%	184,24	240,49	30,5%
Transf. de Capital	148,04	31,67	-78,6%	273,68	177,54	-35,1%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,05	0,00	0,0%

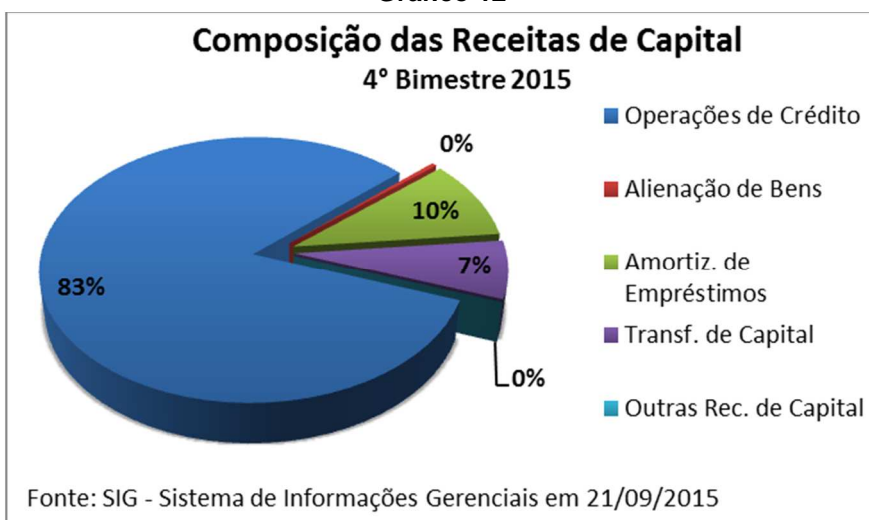
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 21/09/2015.

As Receitas de Capital apresentaram recuo bimestral de 54,8% (-R\$ 884,58 milhões), em relação ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, à redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 762,57 milhões.

Gráfico 12

Composição das Receitas de Capital

4º Bimestre 2015



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: A redução de 54,9% (- R\$ 762,57 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado é decorrente da diminuição das Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo destinados ao financiamento do Pró-Cidades do BB.

O resultado acumulado representa uma redução de 59,9% (- R\$ 3.067,29 milhões) em relação ao acumulado de 2014. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e da fase II da Linha 4 do Metrô (BNDES).

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de R\$ 18,59 milhões (-69,8%). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Alienação de Ativos Móveis e Imóveis em agosto de 2014, no valor de R\$ 24,06 milhão.

No acumulado, essa conta apresentou decréscimo de 99% no resultado do ingresso financeiro atípico da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.

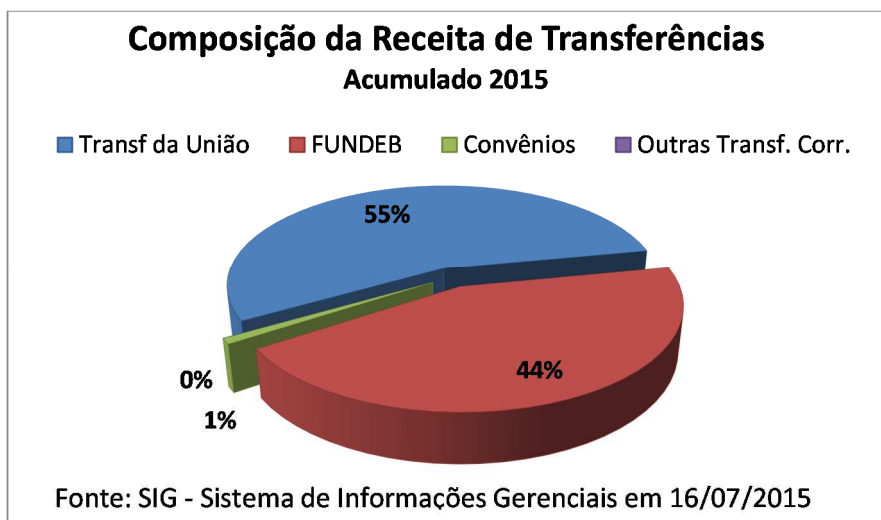
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital demonstram redução bimestral de 78,6% (- R\$ 116,37 milhões). Esse decréscimo é explicado pela redução dos repasses nas Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, especificamente na conta Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.

Na mesma direção, o resultado acumulado apresentou uma variação negativa de 35,1%, com arrecadação de R\$ 177,54 milhões, R\$ 96,13 milhões a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente da redução das Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes –DNIT, bem como pelas Transferências de Outros Convênios dos Municípios, em especial para o Município do Rio de Janeiro.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 25,7% (+ R\$ 12,95 milhões) no bimestre. O aumento bimestral justifica-se na conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMFL), que estava zerada no quarto bimestre de 2014. Anteriormente, os recursos do FREMFL eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010. A partir de novembro de 2014, este procedimento foi alterado e, novamente, o FREMFL passou a comportar suas próprias receitas.

O aumento do resultado acumulado de 30,5% (+ R\$ 56,24 milhões) apresentado nesta receita se justifica pelo mesmo motivo apontado anteriormente.

Gráfico 13



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 21 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 75,35 bilhões. Ao fim do 4º bimestre, após as alterações decorrentes, em grande parte, do registro de Superávit Financeiro em Operações de Crédito (+1,39 bilhão), a dotação alcançou R\$ 78,89 bilhões. Deste valor, R\$ 7,7 bilhões (9,81%) ainda encontram-se contingenciados, medida que vislumbra orientar as despesas orçamentárias ao novo panorama econômico. O montante de despesas empenhadas pelos órgãos do Poder Executivo alcançaram R\$ 41,13 bilhões (57,80% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a dotação inicial era de R\$ 7,45 bilhões. Atualmente, a dotação é de R\$ 7,57 bilhões (+R\$ 117,21 milhões). Boa parte do orçamento (74,65% da dotação autorizada) já foi empenhado (R\$ 5,65 bilhões).

V.II Créditos Adicionais

A Tabela 22 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente por meio de Convênios e Operações de Crédito.

Até o quarto bimestre, aproximadamente R\$ 3,66 bilhões foram integrados ao orçamento por meio de créditos adicionais.

Numa análise por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Transportes: R\$ 1,35 bilhão, dos quais R\$ 914 milhões por meio de Operações de Crédito. Do total acrescido na

Tabela 21– Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A AGO							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	68.751	1.246	67.505	43.972	40.582
	DESPESA INTRA	2.977	3.404		3.404	2.672	2.630
	DESPESA TOTAL	70.559	72.155	1.246	70.909	46.643	43.211
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	75.674	7.644	68.030	38.433	35.744
	DESPESA INTRA	3.855	3.216	94	3.123	2.692	2.630
	DESPESA TOTAL	75.350	78.890	7.738	71.153	41.126	38.373
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.030		6.030	4.845	3.570
	DESPESA INTRA	587	660		660	554	523
	DESPESA TOTAL	6.530	6.690		6.690	5.399	4.093
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.911		6.911	5.164	4.017
	DESPESA INTRA	608	657		657	486	469
	DESPESA TOTAL	7.451	7.568		7.568	5.650	4.486
2014	FUNDEB (Conta redutora)						3.685
2015	FUNDEB (Conta redutora)						3.777

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Tabela 22 – Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Transporte	Operações de Crédito	914
	Demais Fontes	433
Segurança Pública	Tesouro	928
	Demais Fontes	133
Administração	Tesouro	441
	Demais Fontes	66
SUBTOTAL		2.916
OUTRAS DEMANDAS		742
TOTAL		3.657

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

função, R\$ 999 milhões foram alocados para o sistema metroviário, R\$ 327 milhões para o sistema ferroviários e R\$ 77 milhões no Programa Bilhete Único.

Outra função em destaque no período da análise, a Segurança Pública registrou R\$ 1,06 bilhão de incremento orçamentário. Basicamente o ajuste supriu o grupo de gastos de pessoal e Encargos Sociais.

A Função Administração também apresentou acréscimos. No período, R\$ 507 milhões foram alocados na função. Por meio de recursos do Tesouro, R\$ 131 milhões foram alocados para pagamentos de benefícios assistenciais e R\$ 89 milhões para o Previ-Banerj.

V.III Despesas por Fonte de Recursos

No período de janeiro a agosto, observou-se um decréscimo de R\$ 4,39 bilhões no total da despesa realizada frente ao mesmo período do exercício anterior. A redução de 9,9% entre os anos analisados demonstra o esforço do Estado para adequação das despesas ao momento atual econômico.

Em virtude do atual cenário macroeconômico, o Executivo procurou realizar suas despesas de forma criteriosa. O contingenciamento realizado no orçamento autorizado – medida de segurança adotada para ajustar a despesa à expectativa de arrecadação do ano – contribuiu para esta realização a menor.

A Tabela 23 apresenta os dados contábeis do período em análise. Evidencia-se um menor comprometimento das despesas feitas pelo ERJ a partir de recursos do Tesouro (-20,0% em relação a 2014) em reflexo do desempenho baixo da arrecadação neste ano. Ainda assim os Recursos Provenientes de Impostos (FR 00) continuam sendo responsáveis por grande parte da realização das despesas no ano. Mesmo com a expressiva queda apurada ante 2014 (-31,8%), essa FR assegurou a realização de R\$ 14,41 bilhões de despesas (59,3% do total feito com recursos do Tesouro).

Tabela 23 – Despesas por Fonte de Recursos

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	JAN - AGO		Variação %
	2014	2015	
	RECURSOS DO TESOURO	30.370	
PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 00)	21.113	14.408	-31,8%
NÃO PROVENIENTES DE IMPOSTOS (FR 01)	429	1.632	280,0%
ROYALTIES E PART. ESPECIAL PETRÓLEO (FR 04)	2.011	1.117	-44,4%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	209	262	25,5%
FUNDO DE PARTIC. DOS ESTADOS (FR 06)	870	928	6,6%
DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS (FR 07)	728	531	-27,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	3.428	2.940	-14,2%
FECP - ADICIONAL DO ICMS (FR 22)	1.463	1.545	5,6%
DEMAIS FONTES*	119	934	685,8%
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	13.782	15.464	12,2%
ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA (FR 10)	10.279	12.229	19,0%
CONVÊNIOS**	669	346	-48,3%
FUNDEB (FR 15)	1.758	1.875	6,7%
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (FR 25)	527	420	-20,3%
DEMAIS FONTES***	548	594	8,3%
TOTAL	44.152	39.761	-9,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

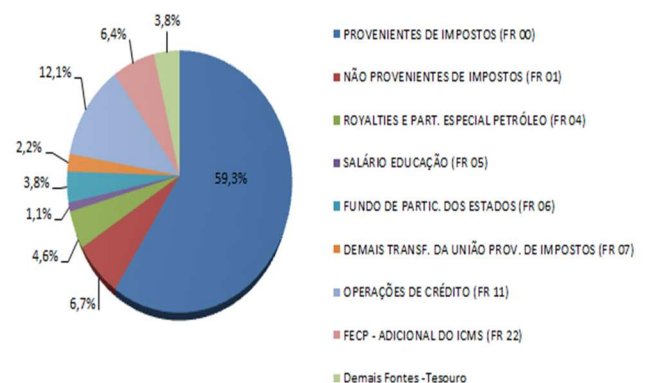
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

* Fontes de Recursos 20, 21, 26, 90, 91, 95

** Fontes de Recursos 12, 13, 14, 16, 18, 19

*** Fontes de Recursos 23, 24, 96, 97, 98, 99

Gráfico 14 - Fontes Tesouro

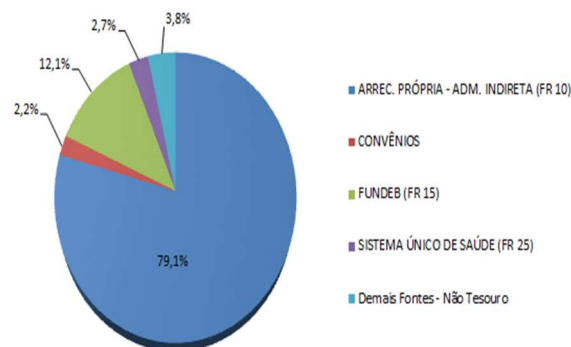


As despesas financiadas com recursos de Outras Fontes (Não Tesouro) totalizaram R\$ 15,46 bilhões: crescimento de 12,2% (+R\$ 1,68 bilhão) quando comparada ao mesmo período de 2014. Desse total, R\$ 12,23 bilhões foram asseguradas a partir de recursos da FR 10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta), principal responsável do total da despesa financiada por recursos de Outras Fontes: no grupo, representam 79,1% do total do grupo.

As despesas financiadas com os recursos do FUNDEB (FR 15), recursos aplicados na Rede Estadual de Ensino, também apresentaram expressivo destaque no período: R\$ 1,88 bilhão aumento de 6,7%, (+R\$ 116,92 milhões).

O Gráfico 14 e o Gráfico 15 ilustram a participação das Fontes de Recursos que compõem os dois grupos (Tesouro e Outras Fontes).

Gráfico 15 – Outras Fontes



V.IV Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 24 apresenta os dados apurados neste 4º bimestre bem como no acumulado do exercício, comparando-os com os do último ano.

Tabela 24 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JUL A AGO			JAN A AGO		
		2014	2015	Variação %	2014	2015	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.089	3.250	5,2%	12.088	13.323	10,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.411	2.547	5,6%	9.386	10.381	10,6%
	1.2 - OUTROS PODERES	678	703	3,6%	2.702	2.942	8,9%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	487	551	13,1%	2.056	2.324	13,0%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.111	4.935	-19,2%	23.410	18.184	-22,3%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	2.226	2.289	2,8%	6.797	7.272	7,0%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.962	1.946	-0,8%	5.990	6.248	4,3%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	264	343	29,7%	807	1.024	26,9%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.303	2.524	9,6%	8.702	9.908	13,9%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.466	1.592	8,6%	7.911	7.830	-1,0%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	0,0	0,0	0,0%	1.200	1.005	-16,3%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.466	1.592	8,6%	6.710	6.825	1,7%
	TOTAL CORRENTE	9.687	8.735	-9,8%	37.554	33.832	-9,9%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.538	1.067	-30,6%	4.333	3.569	-17,6%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.526	1.049	-31,3%	4.272	3.518	-17,6%
	4.2 - OUTROS PODERES	12	18	55,0%	61	51	-17,1%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	11	9	-20,0%	45	18	-58,9%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	580	526	-9,3%	2.220	2.342	5,5%
	TOTAL CAPITAL	2.128	1.601	-24,8%	6.598	5.929	-10,1%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		11.815	10.337	-12,5%	44.152	39.761	-9,9%
Despesas Intraorçamentárias		617	223	-63,9%	3.153	3.099	-1,7%
TOTAL GERAL		12.432	10.560	-15,1%	47.304	42.860	-9,4%

- Despesa Corrente Total:
Acumulado 2015: R\$ 33,83 bilhões
Bimestre 2015: R\$ 8,73 bilhões

- Despesa de Capital Total:
Acumulado 2015: R\$ 5,92 bilhões
Bimestre 2015: R\$ 1,60 bilhão

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e com o custeio da máquina – foi responsável por 85,1% (R\$ 33,83 bilhões) do total liquidado até agosto.

Nas Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) foram executados R\$ 5,93 bilhões, representando 14,9% do total liquidado pelo estado até o momento.

Numa visão ampla, pode-se observar que a despesa liquidada pelo ERJ com Inativos e Pensionistas registrou crescimento de 13,9% no acumulado, em virtude, basicamente, do gasto com inativos da área da segurança e educação além do pagamento de pensionistas realizado pelo Rioprevidência.

As despesas com as Transferências Obrigatórias requereram R\$ 7,83 bilhões até o quarto bimestre (queda de 1,0% ante 2014). As despesas com Encargos com a União apresentaram forte retração de 16,3%. Os repasses assegurados constitucionalmente aos municípios apresentaram ligeiro aumento de 1,7%.

Vale ressaltar que os dados apurados quanto às Transferências aos Municípios sofreram modificação nesse exercício: antes eram feitos por meio de despesa do ERJ, passando à contabilização via contas redutoras das receitas. Isso implica dizer que para fins de comparação frente ao ano de 2014, tais informações foram extraídas do núcleo da receita do Estado, não estando registradas, sua execução, nas despesas realizadas.

No Custeio, gastos oriundos de manutenção dos órgãos e com principais programas estratégicos de Governo, as despesas somaram R\$ 7,27 bilhões: aumento de 2,8% (+R\$ 62,97 milhões) no bimestre e de 7,0% (+R\$ 474,85 milhões) no acumulado.

Em relação ao nível de Investimentos realizados, os dados contábeis indicam queda de 17,6% (-R\$ 764,05 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014. Até o momento foram liquidados R\$ 3,56 bilhões em despesas do grupo. Os recursos gastos foram aplicados em importantes obras como a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 1,98 bilhão), Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (R\$ 272,02 milhões) e nas obras de finalização do Arco

Metropolitano - PAC - RJ (123,17 milhões). Juntas, essas ações requereram 66,8% do total liquidado.

No tocante à Amortização da Dívida, as despesas registradas exibiram variação positiva de 5,5%, ou seja, +R\$ 121,77 milhões, resultado da variação da arrecadação tendo em vista que o pagamento baseia-se na aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real (RLR) - Lei Federal nº9.496/97.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

➤ Despesas de pessoal

A Tabela 25 examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ. No acumulado foram liquidados R\$ 12,82 bilhões, montante esse superior em 10,5% (+R\$ 1,22 bilhão) ao do mesmo período de 2014.

Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,67 bilhões), o valor alcança o patamar de R\$ 15,50 bilhões, incremento de 11,9%. Reflexo dos gastos com obrigações patronais a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

No âmbito geral o aumento da despesa de pessoal é influenciado pelo incremento de 14,6% concedido aos servidores estaduais que recebem o piso salarial.

Identifica-se um gasto maior nas áreas de Segurança Pública, Educação e Saúde, que são as áreas prioritárias desse Governo. Nesses setores, a execução atingiu R\$ 8,17 bilhões (63,7% do total das despesas realizadas no ano, desconsideradas intraorçamentárias).

A elevação das despesas na área da Segurança (21,1%, ou seja, R\$ 787,85 milhões) é devido, em grande parte, ao reajuste de 11,2% concedido em fevereiro de 2014 aos servidores dessa área. Soma-se a isso, a convocação de 79 peritos criminais e a formação de mais 734 Oficiais de Cartório da Polícia Civil. Pode-se citar, ainda, a concessão de gratificações aos policiais que desempenharam suas funções e cumpriram as metas na nova divisão geográfica (RISP), aos policiais militares que trabalham em prefeituras/concessionárias de serviço público/órgãos de administração direta durante seu horário

**Tabela 25 - Despesas de Pessoal
Principais Áreas**

R\$ Milhões

ÓRGÃO	JUL A AGO		VARIÇÃO %	JAN A AGO		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Segurança Pública	1.003	1.121	11,8%	3.730	4.518	21,1%
Educação	757	814	7,6%	2.682	2.991	11,5%
Saúde	173	169	-2,2%	656	664	1,1%
DEMAIS ÁREAS	122	148	22,0%	4.535	4.651	2,6%
SUBTOTAL	2.054	3.250	58,2%	11.603	12.823	10,5%
DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIAS	107	156	45,0%	2.243	2.677	19,4%
TOTAL GERAL	2.161	3.405	57,6%	13.846	15.500	11,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

de folga (PROEIS), e pelo auxílio disponibilizado aos servidores que prestarem serviços em programas específicos (RAS).

Na área da Educação foram executados R\$ 813,89 milhões no bimestre (+7,6%, ou seja, +R\$ 57,21 milhões) e R\$ 2,99 bilhões no acumulado do ano (+11,5%, ou seja, +308,77 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Reflexo direto da valorização dos servidores da educação por meio do reajuste de 9%; do auxílio qualificação e do reajuste de 10% da gratificação de difícil provimento e da gratificação de agente de pessoal. Ainda no âmbito da Educação, foram nomeados, em julho, 47 docentes dos concursos realizados em 2011 e 2013.

Na área da Saúde foram gastos R\$ 663,74 milhões no acumulado (+1,1%, ou seja, 7,33 milhões). Essa pequena variação se dá pelo novo modelo de gestão – Contratos de Gestão – realizado através de Organizações Sociais (O.S) que passou a administrar a gestão de pessoal - despesa incluída no valor dos contratos firmados com o Estado.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 26 a seguir demonstra os custos de manutenção do Estado no 4º bimestre e no acumulado frente aos mesmos períodos de 2014.

Agrupando as principais ações de áreas finalísticas e o custeio dos demais Poderes, o acumulado de 2015 apresentou uma despesa de R\$ 7,77 bilhões (R\$ 2,41 bilhões apenas no 4º bimestre). Nesse subtotal, não estão incluídos os gastos de custeio com Inativos/Pensionistas, Transferências aos Municípios e Despesas Intra-orçamentárias.

Em sua totalidade, as despesas do grupo contabilizaram R\$ 19,11 bilhões. Quando comparadas ao mesmo período de 2014, queda de 22,9% (-R\$ 5,70 bilhões), basicamente em virtude do atual momento econômico do país.

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 1,36 bilhão (elevação de 17,54%) em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais (OS).

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 408,23 milhões, elevação de 15,56% (+R\$ 54,97 milhões) em relação a 2014. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, iniciado em março de 2014, além do aumento no número de usuários. Foi identificada a necessidade de aumentar o repasse feito à Riocard para a operacionalização do programa: de R\$ 10 milhões para 12 milhões semanais.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, auxílios financeiros concedidos à população economicamente menos favorecida, demandaram menos recursos até o momento (-6,86%; -R\$ 14,13 milhões). Este programa tem apresentado estabilidade em seus gastos, havendo apenas atrasos momentâneos no repasse dos recursos.

Outro programa com estabilidade de gastos desde 2014 é o Nutrição Escolar, que embora tenha apresentado elevação nos gastos no 4º bimestre, no acumulado demonstrou uma redução quase irrisória 0,78% (-R\$ 1,23 milhões). Este programa continua sendo um dos maiores gastos, em outras despesas correntes, da função educação.

O programa de Alimentação dos Apenados e Custodiados representa mais de 75% das despesas correntes da Secretaria de Administração Penitenciária. A ação demonstrou redução de R\$ 15,4 milhões até o bimestre (-12,1%) em consequência de atrasos no repasse de recursos.

O programa de Apoio a Pesquisadores e Estudantes apresentou um aumento de 16,0% (+R\$ 8,31 milhões) nas despesas em 2015. A ação representa 40,2% das despesas liquidadas pela FAPERJ.

Tabela 26 - Outras Despesas Correntes

AÇÕES	JUL - AGO		Variação %	JAN - AGO		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Principais Ações de Saúde *	420.137	459.230	9,3%	1.155.533	1.358.235	17,54%
Demais Poderes	264.349	342.942	29,7%	807.064	1.024.192	26,90%
Bilhete Único	80.303	108.065	34,6%	353.259	408.229	15,56%
Renda Melhor + Aluguel Social	53.553	41.379	-22,7%	206.109	191.979	-6,86%
Nutrição Escolar	50.339	54.732	8,7%	157.214	155.980	-0,78%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	35.653	30.683	-13,9%	127.338	111.940	-12,09%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	15.374	16.202	5,4%	51.889	60.204	16,02%
Demais Desp. Custeio	1.422.377	1.357.235	-4,6%	4.423.360	4.461.730	0,87%
Subtotal CUSTEIO	2.342.085	2.410.469	2,9%	7.281.765	7.772.489	6,74%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.302.702	2.524.259	9,6%	8.702.183	9.907.793	13,85%
TRANSF. OBRIGATORIAS	1.470.041		-100,0%	7.910.774	1.004.631	-87,30%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	509.618	67.333	-86,8%	909.380	421.341	-53,7%
TOTAL	6.624.445	5.002.062	-24,5%	24.804.102	19.106.255	-22,97%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/07/2015.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado.

** As Transferências aos Municípios estão sendo contabilizadas por contas retificadoras (No Bimestre R\$1,58 bilhão e no Acumulado R\$ 6,81 bilhões)

Até o 4º Bimestre de 2015, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 19,1 bilhões: um decréscimo de R\$ 5,69 bilhões (-22,97%) frente ao apurado no mesmo período de 2014.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 27 apresenta as principais execuções do Governo do ERJ em Investimentos e Inversões Financeiras no exercício.

Até este 4º bimestre, verificou-se que o setor de Transportes foi responsável por 86,4% da execução da despesa liquidada no grupo (R\$ 2,26 bilhões). Destaca-se a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$1,99 bilhão), recurso alocado na implantação da Linha 4 do Metrô, e a Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (R\$ 272,02 milhões) com a revitalização de toda a rede ferroviária desde a reforma das estações até a compra de novos trens.

O Governo também modernizou 73 composições da frota existente. Atualmente conta-se com uma frota de 201 trens circulando, sendo 167 refrigerados. Até 2016, toda a frota será climatizada.

Obras de reconstrução e pavimentação de estradas também estão entre os investimentos do Governo. Pode-se citar a inauguração de mais de 14 quilômetros de estradas pavimentadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER) nas cidades de Rio das Flores e Valença no Médio Paraíba.

Além da recuperação do asfalto, foram realizados serviços de terraplanagem, drenagem, construção de acostamentos, ciclovia e sinalização.

A recuperação da RJ-145 é fundamental para o desenvolvimento econômico do município de Rio das Flores. A via é a principal rota de ligação com cidades vizinhas, além de escoar toda a produção hortifrutigranjeira da região.

O Estado também investiu na reconstrução da centenária Ponte de Ferro da estrada municipal que liga o centro urbano de Rio das Flores, ao distrito de Barreado e ao Estado de Minas Gerais. A ponte recebe um grande fluxo de caminhões e de veículos rurais e é o único acesso para os moradores da região.

No ano, foram liquidados R\$ 3,59 bilhões de recursos nesse grupo de despesa.

Tabela 27 - Investimentos e Inversões

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A AGO		Variação (%)
	2014	2015	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	1.648.674	1.987.753	20,6%
Melhoria no Sistema de Transp Ferroviário - PET II	24.977	272.022	989,1%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	410.661	123.174	-70,0%
Abastecimento de Água - PAC	132.496	119.997	-9,4%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	88.072	111.183	26,2%
SUBTOTAL	2.304.880	2.614.129	13,4%
DEMAIS AÇÕES	2.073	973	-53,0%
TOTAL	4.377.650	3.587.323	-18,1%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



V.V - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³⁷, FECAM³⁸ e FEHIS³⁹.

A Tabela 28 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas, até o quarto bimestre de 2015.

Ressalta-se que a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde, são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ, a receita base é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias, que são base para os cálculos da maioria dos índices, apresentaram ligeiro crescimento em relação ao mesmo período do ano passado. A exceção fica por conta dos recursos provenientes dos royalties, que afetam diretamente o

Tabela 28 – Execução dos Índices

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - AGO		Variação %
	2014	2015	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	22.202.149	22.969.672	3,5%
DESPESA LIQUIDADADA	5.760.033	6.014.342	4,4%
FUNDEB	3.685.095	3.776.964	2,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	5.550.537	5.742.418	3,5%
% ÍNDICE	25,9%	26,2%	0,24%
SAÚDE			
RECEITA BASE	22.202.128	22.969.617	3,5%
DESPESA LIQUIDADADA*	1.935.729	2.219.734	14,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.664.255	2.756.354	3,5%
% ÍNDICE	8,7%	9,7%	0,9%
FAPERJ			
RECEITA BASE	13.249.133	13.719.192	3,5%
DESPESA LIQUIDADADA	183.862	188.811	2,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	264.983	274.384	3,5%
% ÍNDICE	1,4%	1,4%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	5.736.423	3.593.632	-37,4%
DESPESA LIQUIDADADA**	161.698	76.837	-52,5%
MÍNIMO A SER APLICADO	308.101	240.769	-21,9%
% ÍNDICE	2,8%	2,1%	-0,7%
FEHIS			
RECEITA BASE	1.929.799	1.996.014	3,4%
DESPESA LIQUIDADADA	126.679	81.882	-35,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	192.980	199.601	3,4%
% ÍNDICE	6,6%	4,1%	-2,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

³⁷ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³⁸ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁹ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

índice do FECAM. A frustração na entrada destes recursos gerou uma queda de 37,4% na receita base.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação vem sendo cumprido ao longo do ano, impulsionado, sobretudo, pela despesa de pessoal. Na Saúde, embora o montante aplicado ainda esteja inferior aos 12%, a execução em relação à receita base segue em ritmo mais acelerado do que no ano anterior. Cenário semelhante ocorre com o índice da FAPERJ que se encontra abaixo do percentual mínimo, mas ainda com ritmo semelhante ao mesmo período do ano anterior.

Já os índices do FECAM e do FEHIS apresentam despesas liquidadas e percentuais de aplicação inferiores aos verificados nos quatro bimestres do ano anterior.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

O Índice da Educação atingiu uma aplicação na função de 26,2% até agosto. A despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino alcançou R\$ 6,01 bilhões, um aumento de 4,4% (+R\$ 254,30 milhões). A Tabela 29 demonstra a despesa executada da função por grupo de despesa.

A despesa de pessoal aplicada com recursos do Tesouro se destaca pela variação positiva de 18,0% quando comparado com 2014 (+R\$ 294,17 milhões). A maior parcela deste aumento está alocada na Secretaria de Educação (R\$ 125,28 milhões) com o pagamento da folha dos profissionais de ensino. Do montante de R\$ 703,77 milhões aplicados em pessoal por esta Secretaria, R\$ 454,78 milhões é decorrente do pagamento antecipado de despesa com Contribuições Patronais ao RIOPREVIDÊNCIA, refletindo nas despesas ao longo do período. A FAETEC realizou R\$ 525,17 milhões com as nomeações ocorridas neste período, além do aporte ao RIOPREVIDÊNCIA que está impactando todas as Unidades Orçamentárias deste grupo de despesa.

Tabela 29 – Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - AGO			
	2014	2015		
Pessoal	1.637.942	1.932.113	18,0%	32,1%
Outras Desp. Correntes	4.100.973	4.080.683	-0,5%	67,8%
Custeio*	415.878	303.719	-27,0%	5,0%
FUNDEB*	3.685.095	3.776.964	2,5%	62,8%
Investimento/Inversões	21.124	1.545	-92,7%	0,0%
RP Cancelado	-	-		
TOTAL	5.760.039	6.014.342	4,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

O Grupo de Outras Despesas Correntes apresentou uma pequena variação negativa de 0,5% (-R\$ 20,29 milhões), causada com as medidas de contenção no custeio (-R\$ 112,16 milhões). O FUNDEB teve uma expressiva participação de 62,8%, com acréscimo de R\$ 91,87 milhões nos gastos do Estado quando comparada ao montante apurado no ano anterior.

Até o bimestre, a despesa de investimento apresentou execução negativa de 92,7% (-R\$ 19,58 milhões), sendo a maior parte realizada com recursos provenientes de outras fontes - FR 11, Operação de Crédito - não incluída na contabilização do índice.

A Tabela 30 abaixo demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até agosto de 2015.

Tabela 30 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN - AGO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	761.916.189	805.607.942	5,7%	13,4%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	100.741.593	102.554.653	1,8%	1,7%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	552.324.748	639.770.788	15,8%	10,6%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	540.633.070	552.582.524	2,2%	9,2%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	81.933.388	101.359.240	23,7%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	20.965.329	21.442.224	2,3%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	16.430.084	14.060.048	-14,4%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	2.074.944.401	2.237.377.419	7,8%	37,2%
FUNDEB**	3.685.094.777	3.776.964.409	2,5%	62,8%
RP Cancelado**				
TOTAL DO ÍNDICE	5.760.039.178	6.014.341.829	4,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

A Secretaria de Estado de Educação, responsável pela administração de 1285 escolas, desempenha papel relevante no atendimento às políticas educacionais do Estado e se destacou com a maior participação na composição do índice (13,4%), com uma execução total de R\$ 805,61 milhões (+R\$ 43,69 milhões). Deste montante, o maior gasto está concentrado na despesa de pessoal (R\$ 703,77 milhões), apresentando um decréscimo na ordem de R\$ 81,67 milhões no custeio. A manutenção e as atividades da SEEDUC não foram comprometidas pelo fluxo de caixa do Tesouro porque foram compensadas com recursos de Outras Fontes (FR 05).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou até o bimestre um acréscimo de R\$ 87,45 milhões (+15,8%). Do total executado pela Universidade, R\$ 508,73 milhões foram direcionados ao grupo de pessoal. No custeio, observou-se um decréscimo de 7,3% (-R\$ 10,23 milhões) decorrentes dos ajustes nas despesas implementados pela Universidade em relação às ações necessárias para a redução de gastos.

Na FAETEC, foi realizada despesa no total de R\$ 552,58 milhões com um acréscimo de R\$ 11,95 milhões aplicados basicamente em despesas de pessoal. A Fundação ao longo do período veio reduzindo o custeio juntamente com o investimento, na ordem de R\$ 27,60 milhões quando comparado ao mesmo período de 2014, devido aos resultados da desaceleração da economia que está refletindo na arrecadação do Estado.

A UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense – exibiu um crescimento de 23,7 % em relação ao mesmo período de 2014. A execução da universidade atingiu R\$ 101,36 milhões, concentrada em pessoal (R\$ 81,82 milhões), cujo aumento está atrelado ao cumprimento da política salarial da Universidade.

o **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A Tabela 31 abaixo apresenta a destinação das Fontes Não Tesouro na Função Educação, receitas com montante significativo dentro do gasto total da área.

Até o quarto bimestre, a despesa apresentou uma variação positiva de 5,0% (+R\$ 109,48 milhões). O valor total de recursos Não Tesouro, aplicados na Função Educação, atingiu R\$ 2,28 bilhões.

Tabela 31 – Aplicação na Função Educação

Em R\$

FUNÇÃO EDUCAÇÃO				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN - AGO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FUNDEB (FR 15)	1.757.621.646	1.874.538.701	6,7%	82,2%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	208.816.151	262.023.375	25,5%	11,5%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	37.458.447	37.625.997	0,4%	1,7%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	28.213.609	27.278.670	-3,3%	1,2%
SUS (FR 25)	27.229.310	24.819.008	-8,9%	1,1%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	92.180.916	26.776.520	-71,0%	1,2%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	18.536.167	24.118.414	30,1%	1,1%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	-	2.357.683		0,1%
TOTAL	2.170.056.246	2.279.538.369	5,0%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

No âmbito dessas FR(s), expressivo montante foi financiado com recursos do FUNDEB (FR 15) aplicados pela SEEDUC. A participação até o bimestre alcançou 82,2% da despesa total aplicada no período. No acumulado até agosto, foram executados R\$ 1,87 bilhão, registrando um acréscimo de 6,7% (+R\$ 116,92 milhões) em relação a 2014. Desse valor, R\$ 1,74 bilhão foi destinado ao pagamento da folha de salários e R\$ 135,16 milhões em benefícios concedidos aos docentes (Auxílio Transporte e Alimentação).

Até o 4º bimestre, o Salário Educação (FR 05), contribuição social distribuída através do FNDE e destinada exclusivamente a ações de desenvolvimento da educação básica, apresentou um acréscimo de 25,5% (+R\$ 53,21 milhões). Do montante aplicado (R\$ 262,02 milhões), R\$ 119,13 milhões foram direcionados ao Programa de Alimentação Escolar (preparo e fornecimento de merenda escolar aos alunos da rede estadual), e R\$ 102,57 milhões com despesas inerentes ao custeio relacionadas ao funcionamento das escolas. Para atender ao Programa de Manutenção através de descentralização às unidades escolares, foram desembolsados R\$ 26,50 milhões.

A FR 24 - Transferências da União – apresentou uma pequena variação de 0,4% (+R\$ 167,55 mil) e financiou R\$ 37,62 milhões, sendo R\$ 36,84 milhões aplicados pela SEEDUC no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – e R\$ 780,76 mil aplicados pela FAETEC com despesas de pessoal, na forma de bolsa-auxílio aos profissionais envolvidos nas atividades do PRONATEC.

Os recursos diretamente arrecadados (FR 10) atingiram R\$ 27,28 milhões, com uma variação negativa de 3,3% (-R\$ 934,94 mil). Apesar desse decréscimo, a UERJ arcou com maior peso dos recursos (R\$ 25,52 milhões), aplicando R\$ 18,36 milhões na ação Integração UERJ/Sociedade, e R\$ 5,32 milhões na compra de equipamento e instalações. A diferença foi executada pela UENF, CECIERJ e UEZO.

Os recursos do SUS (FR 25), executados pela UERJ, foram totalmente direcionados à Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto. No acumulado até agosto, foi totalizado um desembolso de R\$ 24,82 milhões, um decréscimo 8,9% (R\$ 2,41 milhões) em relação ao ano passado. Basicamente os recursos foram aplicados no financiamento de despesas básicas para a



operacionalização do hospital, na compra de medicamentos, de produtos alimentícios e de material cirúrgico, de laboratório e de enfermagem, além de repasse para outras unidades de saúde da UERJ.

Com recursos de Operação de Crédito (FR11), foram aplicados R\$ 26,78 milhões, um decréscimo de 71% (-R\$ 65,40 milhões). A SEEDUC aplicou R\$ 24,71 milhões na ampliação e melhoria da rede escolar, executando reformas e reparos em diversos municípios do Estado e construindo duas unidades: o Colégio Estadual Benno Sander, no município de Rio das Ostras, e o Colégio Estadual Maria Yeda, em Macaé. Ambas de Ensino Médio Regular com Educação de Jovens e Adultos.

➤ Saúde

Até o quarto bimestre de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 14,7% em relação ao mesmo período do ano passado, +R\$ 284 milhões, conforme demonstrado na Tabela 32.

Tabela 32 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

APLICAÇÃO NA FUNÇÃO				
GRUPO DE DESPESA	JAN A AGO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
Pessoal	712.294.851	725.762.731	1,9%	32,7%
Outras Desp. Correntes	1.187.014.874	1.481.561.679	24,8%	66,7%
Investimento/Inversões	34.845.688	8.557.261	-75,4%	0,4%
Amortização da Dívida	1.573.834	3.852.722	144,8%	0,2%
TOTAL	1.935.729.247	2.219.734.393	14,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Tabela 33 – Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSE PARA AS OS's - 2015		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A AGO
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	27,88
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	33,44
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	98,20
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	38,67
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	53,00
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	90,33
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	14,48
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	65,98
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	65,23
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	44,08
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	2,61
HOSPITAL ESTADUAL ROCHA FARIA	CAMPO GRANDE	4,01
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	27,29
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	22,89
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	46,78
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	28,61
OUTROS HOSPITAIS NÃO ESPECIFICADOS		4,40
TOTAL REPASSADO		667,88

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 66,7% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um acréscimo de 24,8% (+R\$ 294,55 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até este quarto bimestre será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada – investiu-se R\$ 667,88 milhões totalmente direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 33 ao lado.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – aplicação de R\$ 224,50 milhões. A Tabela 34 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – gastos de R\$ 144,70 milhões sendo: R\$ 42,55 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 19,88 milhões com o Preparo e Administração de Alimentos e Bebidas; R\$ 11,77 milhões com

Serviços de Asseio e Higiene; R\$ 10,88 milhões com Medicamentos em Geral; dentre outras despesas.

4- Apoio às UPA's 24 horas Municipalizadas – despesa realizada de R\$ 67,95 milhões, repassadas conforme Tabela 35 abaixo.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução de 75,4% (-R\$ 26,29 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do corte de orçamento realizado neste exercício de 2015, frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo de Pessoal houve um acréscimo de 1,9% (+R\$ 13,47 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo do aumento dos vencimentos do pessoal estatutário do Fundo Estadual de Saúde (+R\$ 82,41 milhões), com consequente acréscimo na gratificação de adicional por tempo de serviço (+R\$ 27,77 milhões) e na contribuição patronal de pessoal civil (+R\$ 11,95 milhões). Há de se destacar que, em diversas áreas, houve corte de gratificações de pessoal com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

A Tabela 36 abaixo evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, grande responsável pela execução no período (86,7%, R\$ 1,92 bilhão), apresentou um acréscimo (+13,1%, ou seja, +R\$ 222,54 milhões) frente ao executado neste período em 2014.

O grande destaque na execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Em consequência do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho do FES (UO 2961) para a Secretaria de Estado de Saúde – SES -, essa unidade orçamentária teve um aumento significativo de execução de 836,8% (+R\$ 52,48 milhões), apesar de representar somente 2,6% das aplicações do índice.

Tabela 34 – UPA's por OS do ERJ em 2015

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	
	JAN A AGO	
SÃO GONÇALO I	8.863.796	
MESQUITA	8.919.752	
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	6.325.751	
SÃO GONÇALO II	8.508.278	
NOVA IGUAÇU II	6.326.931	
CAMPOS dos GOYTACAZES	10.489.981	
SÃO PEDRO DA ALDEIA	8.012.607	
CAXIAS II	8.136.976	
ITABORAÍ	11.049.153	
BOTAFOGO	8.926.403	
ENGENHO NOVO	7.844.445	
ILHA DO GOVERNADOR	6.272.090	
PENHA	7.659.852	
COPACABANA	6.531.674	
JACAREPAGUÁ	3.335.362	
MARÉ	6.630.949	
QUEIMADOS	6.142.560	
TIJUCA	3.429.514	
IRAJÁ	8.010.674	
NOVA IGUAÇU I	5.583.481	
BANGU	6.106.254	
NITERÓI	9.320.730	
CAMPO GRANDE II	6.551.092	
CAXIAS I	5.831.433	
MARECHAL HERMES	8.872.290	
REALENGO	8.249.713	
RICARDO DE ALBUQUERQUE	9.480.821	
SANTA CRUZ	9.238.447	
MAGÉ	7.922.292	
CAMPO GRANDE I	5.925.764	
TOTAL REPASSADO	224.499.066	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Tabela 35 – UPA's Municipalizadas do ERJ em 2015

UPA'S MUNICIPALIZADAS do ERJ	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	
	JAN A AGO	
PETROPÓLIS	6.000.000	
ANGRA DOS REIS	3.600.000	
ITAPERUNA	3.600.000	
DUQUE DE CAXIAS	3.600.000	
ITAGUAÍ	3.600.000	
MARICÁ	3.600.000	
RIO BONITO	3.600.000	
TERESÓPOLIS	3.600.000	
VOLTA REDONDA	3.150.000	
ARARUAMA	3.600.000	
BELFORD ROXO	3.600.000	
NILÓPOLIS	3.600.000	
TRÊS RIOS	3.600.000	
BARRA MANSA	3.600.000	
CABO FRIO	3.600.000	
RESENDE	3.600.000	
MACAÉ	3.600.000	
NOVA FRIBURGO	3.600.000	
UPA'S NÃO ESPECIFICADAS	1.200.000	
TOTAL REPASSADO	67.950.000	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

Tabela 36 – Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	JAN A AGO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.702.186.372	1.924.723.750	13,1%	86,7%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	193.942.519	202.423.222	4,4%	9,1%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	33.328.116	33.829.460	1,5%	1,5%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	6.272.240	58.757.961	836,8%	2,6%
TOTAL DO ÍNDICE	1.935.729.247	2.219.734.393	14,7%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve crescimento em relação a 2014: variação positiva de R\$ 8,48 milhões (+4,4%), refletindo o ritmo lento de execução orçamentária deste exercício de 2015. A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) aumentaram em R\$ 501,34 mil (+1,5%) em relação ao quarto bimestre do ano anterior. Sua participação na execução do índice é de 1,5% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados, em sua maior parte, a Pessoal e Encargos Sociais.

➤ **Saúde - Outras Fontes de Recursos**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 37 abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 37 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FUNÇÃO SAÚDE				
FR - FONTES NÃO TESOURO	JAN A AGO		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	179.814.385	129.871.622	-27,8%	24,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	9.114.542	5.364.046	-41,1%	1,0%
CONVÊNIOS (FR 13)	5.847.947	703.849	-88,0%	0,1%
CONVÊNIOS (FR 19)	-	7.522.974		1,4%
SUS (25)	496.058.778	394.990.829	-20,4%	73,4%
OUTRAS RECEITAS ADM. INDIRETA (FR 98)	-	8.000		0,0%
TOTAL	690.835.653	538.461.320	-22,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Neste quarto bimestre de 2015, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 25) apresentaram um decréscimo em relação ao mesmo período de 2014 (queda de 20,4%; -R\$ 101,07 milhões). Essa diminuição das despesas financiadas com a fonte do SUS provém do repasse a menor desse recurso pelo governo federal diante da crise econômica apresentada em nosso país.

Consequentemente, pelo lado da receita, o decréscimo da arrecadação foi de 10,17% (-R\$ 48,12 milhões). Em 2014, a arrecadação até o quarto bimestre alcançou R\$ 473,04 milhões, e, em 2015, R\$ 424,92 milhões.

Do montante de R\$ 394,99 milhões executados na FR 25, R\$ 182,78 milhões foram direcionados para a Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada; R\$ 59,81 milhões foram para a Contratação de Serviço de Saúde Privado; R\$ 59,05 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Próprias geridas por Gestão Compartilhada; R\$ 21,27 milhões para a Assistência Farmacêutica Especializada; dentre outras despesas de menor vulto.

Comparada à execução do quarto bimestre de 2014, as despesas liquidadas com Recursos Próprios (FR 10) registraram uma queda de R\$ 49,94 milhões (-27,8%). Dos R\$ 129,87 milhões executados nesse ano, R\$ 110,38 milhões correspondem a gastos do Instituto Vital Brazil – IVB – (UO 2971), basicamente na manutenção de seu parque industrial: R\$ 96,20 milhões destinados a Medicamentos, R\$ 10,46 milhões a Serviços, dentre outros. A UO 1661 (Fundo Especial do Corpo de Bombeiros) aplicou R\$ 18,15 milhões com FR 10, sendo R\$ 5,70 milhões aplicados em Serviços de Assistência à Saúde, R\$ 2,51 milhões em Descentralização para Órgãos Estaduais e R\$ 1,45 milhão em Aparelhos e Utensílios Médico-odontológicos, laboratoriais e hospitalares.

Destaques na Área de Saúde do ERJ neste 4º Bimestre de 2015

Clínica da Família em Itaguaí, Seropédica e São Francisco de Itabapoana

A Baixada Fluminense ganhou três novas Clínicas da Família neste bimestre. Cada unidade atenderá até 12 mil pacientes por mês. As três unidades receberam do Governo do ERJ um investimento para a construção de R\$ 1,3 milhão cada e R\$ 150 mil cada para equipamentos, totalizando 17 Clínicas já entregues. A partir de agora, as Clínicas passam a ser administradas pelas Prefeituras. Com o objetivo de trabalhar com a prevenção e a promoção da saúde, as Clínicas contam com cinco consultórios para atendimento médico e para consulta de enfermagem, além de dois consultórios para atendimento odontológico.

Instituto do Cérebro conquista certificação internacional

Primeiro centro especializado em Neurocirurgia do país, o Instituto Estadual do Cérebro recebeu neste bimestre um título de reconhecimento no exterior. A unidade foi certificada como centro de referência internacional para Pós-Graduação em Neurocirurgia pela Federação Mundial de Sociedades de Neurocirurgia. Esse reconhecimento comprova a qualidade do serviço prestado, além de oferecer uma visibilidade internacional ao Instituto, destacando uma unidade pública de saúde entre as maiores referências do mundo em neurocirurgia. Desde a sua inauguração, em agosto de 2013, a unidade já realizou mais de dois mil procedimentos cirúrgicos, quase 20 mil consultas e mais de 41 mil exames de imagem, entre tomografias, ressonâncias e hemodinâmicas.

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 188,81 milhões financiados com recursos do Tesouro, apresentando uma variação de 2,7% (+R\$ 4,95 milhões) quando comparado ao mesmo período de 2014. A despesa liquidada representou 1,4% da receita base do índice, percentual compatível com o período de 2015 (Tabela 28).

Na Tabela 38 demonstramos as atividades da FAPERJ ao longo do período. As despesas liquidadas com maior relevância foram do projeto Apoio a Estudantes e Pesquisadores, atingindo o montante de R\$ 59,53 milhões (variação de 16,6%) com o atendimento aos bolsistas da Fundação e do INMETRO. Outra atividade com aumento significativo do valor aplicado foi o Núcleo de Pesquisa e Tecnologia, com gastos na ordem de R\$ 40,41 milhões, acréscimo de 148,8%, contemplando as despesas do Projeto Pensa-Rio e projetos de pesquisas coordenados por pesquisadores vinculados a Instituições de Ensino e Pesquisas sediadas no Estado do Rio de Janeiro.

A despesa com a ação Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual aumentou, até esse quarto bimestre, 732,1% (+ R\$ 14,35

Tabela 38 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro - FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A AGO		Variação %
	2014	2015	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	51.062.965	59.528.742	16,6%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	16.243.356	40.413.280	148,8%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	56.244.422	21.095.534	-62,5%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	1.960.438	16.313.394	732,1%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	21.924.442	15.497.467	-29,3%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	11.088.567	12.624.212	13,8%
Inovação Tecnológica	9.602.161	7.620.164	-20,6%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	5.444.451	6.004.871	10,3%
Pessoal e Encargos Sociais	4.218.750	5.320.882	26,1%
Nova sede da FAPERJ	4.029.368	2.028.735	-49,7%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	760.004	1.353.541	78,1%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.156.026	935.535	-19,1%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	83.460	45.720	-45,2%
Despesas Obrigatórias	32.748	18.636	-43,1%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	11.107	10.349	-6,8%
TOTAL	183.862.263	188.811.063	2,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015

milhões) com liquidações ocorridas no auxílio ao desenvolvimento tecnológico.

Até o quarto bimestre, a FAPERJ realizou despesa no valor de R\$ 34,13 milhões referente ao pagamento dos participantes do Pronatec e Pró-Ciência (UERJ), de estudantes bolsistas (UENF) e de tutores presenciais e à distância que atuam em cursos de graduação do consórcio CEDERJ/CECIERJ.

Comparativamente à execução realizada até o quarto bimestre, as despesas cobertas pelas Outras Fontes apresentaram variação negativa de 38,9% (-R\$5,34 milhão) decorrente da menor aplicação de recursos no FATEC, cujo montante apresentou queda na ordem de 77% em função da reavaliação desta atividade na Fundação. As despesas financiadas com recursos de convênio (FR 13) foram expressivas, totalizando R\$ 6,53 milhões aplicados no Programa "TECNOVA – RIO INOVAÇÃO" e FAP.ERJ/INMETRO. (Tabela 39).

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Até o 4º bimestre de 2015, o FECAM liquidou R\$ 76,84 milhões, uma redução de 52,5% (R\$ 84,86 milhões) comparando ao mesmo período de 2014, sem cumprir o mínimo estabelecido em norma legal, conforme apresentado na Tabela 28.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 40 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 45,11 milhões, correspondendo a 58,7% do total liquidado no Fundo.

**Tabela 39 – Execução Orçamentária
Outras Fontes - FAPERJ**

EM R\$

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES		Variação %
	JAN A AGO		
	2014	2015	
Inovação Tecnológica	688.261	5.851.637	750,2%
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	8.140.734	1.874.823	-77,0%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	826.000	674.920	-18,3%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	4.084.539	-	-100,0%
	13.739.533	8.401.380	-38,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 21/09/2015

Tabela 40 - Índice FECAM

Em R\$

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	JUL - AGO	JAN - AGO
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	Indenização de benfeitorias localizadas na área de intervenção junto aos campos hídricos. Elaboração de projeto executivo e execução das obras de controle de cheias e rec. Ambiental	INEA	22.361.206	45.112.736
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	Projeto de controle de inundações e recuperação ambiental Produção de empreendimento habitacional no Programa Minha Casa Minha Vida	INEA	5.282.554	7.535.437
Rio Mais Limpo	Obras de modernização do sistema de esgotamento sanitário da praia de São Conrado	CEDAE	3.220.898	5.439.724
Apoio a Projetos de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente	Serviços de operação e manutenção da rede automática de monitoramento da qualidade do ar e meteorologia.	INEA	1.207.421	5.405.734
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste Total	Obras de ampliação do sistema coletor de esgotos sanitários da lagoa da Tijuca Obras de esgotamento sanitário do eixo olímpico	CEDAE	411.277	4.978.841
Demais Ações	-	-	5.811.073	8.364.088
TOTAL GERAL			38.294.428	76.836.561

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Valores integrais dos programas sem o abatimento de Restos a Pagar.

Obs: Dados extraídos em 20/10/2015.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto por 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF – FR 22) aplicados na área de habitação pelas: Secretaria de Obras – SEOBRAS; Secretaria de Habitação – SEH; Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ; Companhia Estadual de Habitação - CEHAB e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última secretaria é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de áreas de risco.

Na Tabela 41 abaixo são discriminados os gastos do índice do FEHIS destacando os órgãos executantes, as ações, os principais projetos e a despesa liquidada até Agosto de 2015.

Tabela 41 - Índice FEHIS

			Em R\$
ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	JAN - AGO
SEOBRAS	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 Unidades Habitacionais em Botafogo	275.277
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis necessárias às obras do PAC, no Complexo do Jacarezinho.	5.854.102
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Obras complementares de urbanização no Complexo da Rocinha	2.595.093
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis necessárias às obras do PAC no complexo de Manguinhos	381.845
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	Obras complementares de urbanização no complexo de Manguinhos	7.107.355
			893.434
TOTAL SEOBRAS			17.107.106
SEH	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de Aluguel Provisório	572.674
	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Prestação de Serviços Emergenciais no Fornecimento de Recursos Humanos e Material para a Vila da Melhor Idade	365.274
TOTAL SEH			937.948
ITERJ	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Obras de assentamento rural para o Projeto Terra Prometida nos municípios de Nova Iguaçu, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Magé, Paracambi, Conceição de Macabu e Pirai	830.076
	Assentam. e Reassent. de Famílias Ass. ITERJ	Projeto Básico e Executivo necessário a Urbanização e Implantação de 45 Unidades Habitacionais, visando o reassentamento das famílias do Hospital Colônia Curupaiti - Jacarepaguá	319.567
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Serviços de Cadastro Sócio-Econômico e Levantamento Topográfico, necessários ao Processo de Regularização Fundiária em diversas comunidades assistida pelo ITERJ.	3.344.665
TOTAL ITERJ			4.494.308
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	Construção de 02 blocos com 64 Unidades Habitacionais Loteamento Figueira em Sapucaia	511.717
		Construção de 72 apartamentos na Estrada Silveira da Motta, no município da Posse	311.960
		Construção de 90 Unidades Habitacionais e Infra na Av. Perimetral Leste em Casimiro de Abreu.	443.704
	Recuperação e Melhoria de UH	Recuperação do Condomínio Morada da Ilha-TJOLINHO	618.054
		Recuperação do Condomínio Residencial Cidade do Som	219.062
		Recuperação do Conjunto Habitacional Itararé Aquários, em Ramos	949.278
		Recuperação do Conjunto Habitacional Ex-Combatente.	871.235
		Recuperação do conjunto Habitacional Mirante do Amazonas - Guadalupe	576.002
		Recuperação de 70 Blocos no Conjunto Habitacional Tertuliano Potyguara	300.841
TOTAL CEHAB			5.788.915
SEASDH	Aluguel Social	Concessão de Aluguel Social para a Região Serrana, municípios de Niterói e São Gonçalo e comunidade de Manguinhos	42.568.534
TOTAL SEASDH			42.568.534
TOTAL GERAL			70.896.811

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais
Obs: Dados extraídos em 21/09/2015.

No período de janeiro a agosto, as despesas custeadas pelo FEHIS registraram um montante de R\$ 70,90 milhões. Dessa despesa executada, R\$ 42,57 milhões (ou seja, 60%) foram aplicados na política assistencialista de apoio financeiro à população desabrigada ou alocada em áreas consideradas de risco – Aluguel Social –, concentradas na Região Serrana, nos municípios de Niterói e São Gonçalo e na Comunidade de Manguinhos.

A SEOBRAS atingiu a marca de R\$ 17,11 milhões com a execução de obras complementares de urbanização no Complexo de Manguinhos, na Rocinha, no Pavão-Pavãozinho e com o pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis, necessárias às obras do PAC no complexo do Jacarezinho e Manguinhos.

Tabela 42

Aluguel Social 2015	
Municípios Beneficiados	JAN-AGO
Manguinhos	16.644.135
Região Serrana	14.546.982
Niterói	9.295.374
São Gonçalo	2.082.043
TOTAL	42.568.534

No Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro – ITERJ –, foram realizados investimentos em assentamentos na área das antigas fazendas Junqueira Reis, Paraíso e Sempre Verde, de posse do governo fluminense, localizadas nos municípios de Duque de Caxias e Nova Iguaçu (Projeto Terra Prometida).

O Governo do Estado e a Companhia Siderúrgica Atlântico (CSA) firmaram um acordo permitindo o deslocamento dos agricultores para a área do novo projeto. Esses trabalhadores rurais ficaram acampados durante cerca de cinco anos em uma área da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), transferida posteriormente para a Companhia Siderúrgica Atlântico (CSA), localizada no bairro de Santa Cruz, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Para tal, foram necessários os serviços de formação de cadastro sócio-econômico e o levantamento topográfico para o processo de regularização fundiária.

O novo empreendimento promove o resgate da cidadania desses agricultores e suas famílias, com a possibilidade de acesso a políticas públicas federais e estaduais para a reforma agrária e agricultura familiar. Foram realizados R\$ 4,49 milhões, no período de janeiro a agosto.

A Companhia de Habitação do Estado do RJ – CEHAB – destacou-se com as ações de recuperação e melhoria das unidades habitacionais, que visam conservar e valorizar condomínios populares. Para tanto, foram realizados recuperação estrutural de revestimento e telhados, do sistema de esgoto da parte externa, de impermeabilização das caixas d'água e cisternas, a construção ou reforma de quadras poliesportivas, além de reparos nos muros e calçadas. Para isso, foram necessários até o momento R\$ 4,52 milhões. Além disso, foram investidos R\$ 1,27 milhão na construção de unidades habitacionais nos municípios de Sapucaia, Posse e Casimiro de Abreu.

Por meio da Secretaria de Estado de Habitação (SEH), o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi pioneiro na construção de um conjunto habitacional voltado a pessoas idosas, com mais de 60 anos, que recebem até dois salários mínimos, e que na maior parte das vezes, não têm assistência familiar. O conjunto habitacional chama-se Vila da Melhor Idade, que neste exercício recebeu R\$ 365,27 mil.



BOX 01- EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL NOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi elaborada no início da última década com a missão de estabelecer, principalmente, normas gerais de finanças públicas no tocante à responsabilidade fiscal. Foram inúmeras as regulamentações feitas pelo referido ato, dentre elas o controle com as despesas de pessoal dos entes públicos (União, Estados, DF e Municípios).

Com as normativas da nova lei, os encargos da folha de pessoal dos três Poderes, Ministério Público e Tribunal de Contas passaram a estar limitados à capacidade arrecadatória dos governos, mais precisamente à Receita Corrente Líquida (RCL), indicador fiscal composto pelo somatório das receitas correntes do ente deduzidos os repasses constitucionais, apurado no mês em referência e nos onze anteriores excluídas as duplicidades.

O Art. 19 buscou regulamentar norma constitucional (Art. 169) ao estabelecer os percentuais máximos da RCL a serem respeitados por cada poder dos três níveis da federação. Por exemplo, no âmbito estadual, o legislador limitou os gastos do Poder Executivo em 49.0% da RCL.

Concomitantemente, a LC 101 criou limites que funcionam como alerta ao gestor, mecanismo que procura sinalizar o crescimento do gasto ante RCL. Nesse caso, a despesa total com pessoal do Poder Executivo Estadual (49.0% da RCL), quando analisada pela ótica do limite de alerta (95.0% do limite estabelecido), fica restringida a 46.55% da RCL apurada nos últimos 12 meses.

Tabela 1 – RGF 2º Quadrimestre 2015 e 2014

A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos é realizada ao final de cada quadrimestre. Caso o limite seja ultrapassado, a LRF também fixa tarefas a serem realizadas pelos entes no intuito de reconduzir os gastos a níveis aceitáveis. O parágrafo único do Art. 22 enumera uma série de restrições a serem aplicadas ao ente na tentativa de reposicionar as contas públicas.

Não obstante a aplicação das medidas fiscais indicadas acima, se a relação Despesa Pessoal/RCL ultrapassar os limites estabelecidos, Estados, Distrito Federal e Municípios estarão obrigados a eliminar o montante excedente nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro.

Além disso, o Art. 23 ressalta que caso não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar

2º Quadrimestre 2014		2º Quadrimestre 2015	
Entes	PESSOAL/RCL	Entes	PESSOAL/RCL
Tocantins	50,48%	Rio Grande do Norte	54,17%
Piauí	50,04%	Tocantins	51,47%
Sergipe	49,55%	Mato Grosso	51,20%
Alagoas	49,44%	Paraíba	51,15%
Rio Grande do Norte	48,87%	Mato Grosso do Sul	51,08%
Paraná	48,10%	Distrito Federal	50,80%
Santa Catarina	47,02%	Pernambuco	50,33%
Paraíba	46,67%	Santa Catarina	48,93%
Distrito Federal	46,04%	Alagoas	48,81%
Goiás	45,30%	Minas Gerais	48,71%
Rio Grande do sul	45,27%	Pará	48,13%
Amapá	45,08%	Amazonas	48,05%
Rondônia	45,07%	Sergipe	47,65%
Pernambuco	44,78%	Goiás	47,51%
Pará	44,53%	Rio Grande do sul	47,09%
Média	44,50%	Média	47,09%
Ceará	44,28%	Acre	46,48%
Mato Grosso	44,25%	São Paulo	46,18%
São Paulo	44,01%	Piauí	46,17%
Amazonas	43,20%	Amapá	46,05%
Minas Gerais	42,94%	Bahia	45,95%
Acre	42,80%	Ceará	45,43%
Espírito Santo	42,60%	Espírito Santo	44,53%
Roraima	42,08%	Rondônia	44,04%
Mato Grosso do Sul	39,69%	Paraná	43,75%
Maranhão	39,57%	Roraima	42,38%
Bahia	38,64%	Maranhão	42,17%
Rio de Janeiro	31,23%	Rio de Janeiro	33,27%

o excesso, o ente não poderá receber transferências voluntárias; obter garantia, direta ou indireta, de outro ente; contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

Diante da normativa exposta, o presente trabalho procurou analisar esse indicador fiscal coletado nos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre 2015 dos Estados, comparando a evolução da despesa de pessoal e da RCL com os dados publicados em 2014.

A Tabela 1 consolida as informações fiscais dos entes.

Perfazendo uma análise dos relatórios de gestão fiscal de todos os estados e do Distrito Federal, percebe-se claramente a evolução da deterioração desse indicador fiscal. Para isso, basta compararmos os dados apurados nos dois relatórios.

No 2º Quadrimestre de 2014, 8 estados encontravam-se acima do limite de alerta (46.55%). Tocantins (50.48%), Piauí (50.04%), Sergipe (49.55%), Alagoas (49.44%), Rio Grande do Norte (48.87%), Paraná (48.10%), Santa Catarina (47.02%) e Paraíba (46.67%). O gasto de Pessoal/RCL registrou, na média geral da federação, o patamar dos 44.50%.

Contudo, em decorrência do desaquecimento da economia mundial e da instabilidade macroeconômica do país, a capacidade arrecadatória dos entes subnacionais sofreu grande recuo em 2015, impactando diretamente nos indicadores fiscais. No RGF do 2º Quadrimestre de 2015, 14 Estados e o DF (15 entes) apresentaram deterioração do índice. Contudo, comparativamente ao mesmo período de 2014, cinco estados conseguiram reduzir seus índices diante da tendência econômica negativa.

A Tabela 2 consolida esse comparativo entre os Relatórios de Gestão Fiscal em termos percentuais de variação.

De todos os entes analisados, somente o Estado de Piauí, que em 2014 já enfrentava dificuldades fiscais em seu indicador vide dado exposto na Tabela 1, efetuou um ajuste financeiro tanto pelo lado da receita como pela variável da despesa. O Estado reduziu substancialmente as despesas de pessoal (variação nominal negativa de 3%) e ampliou sua RCL, contribuindo para uma variação negativa do índice (queda de 8%), atingindo patamares aceitáveis pela norma fiscal (de 50,04% para 46,17%).

Por sua vez Paraná, que embora tenha aumentado a execução de sua folha (+4%), obteve o crescimento de suas receitas em maior nível dentre dos os entes analisados (+15%), o que permitiu ao fim 2º quadrimestre de 2015, que sua relação Pessoal/RCL atingisse 43,75% ante 48,10% no mesmo período de 2014.

À exceção de Piauí e Paraná, todos os Estados que em 2014 encontravam-se enquadrados nas determinações da LRF mantiveram suas posições em 2015. Além disso, um total de 7 Estados apresentaram variações significativas no índice (superior a 10%).

A análise realizada procurou apontar, de forma superficial, os possíveis impactos legais decorrentes do descontrole fiscal nos entes públicos. Ao mesmo tempo, o trabalho evidenciou que em momentos de grande frustração de receitas, a gestão fiscal dos entes subnacionais fica extremamente fragilizada, ficando ainda mais comprometidas com as medidas impostas pela LRF. Assim, a deterioração da capacidade fiscal dos Estados é quase inevitável frente à instabilidade macroeconômica do país. Contudo, reforça-se a necessidade do uso de medidas e instrumentos intertemporais (consagrados pelos diversos organismos multilaterais) que buscam manter o equilíbrio fiscal no médio e longo prazo.

Tabela 2 – Comparativo entre os Estados

REGIÕES	Entes	Variações 2º Quadrimestre 2014/2015		
		RCL	PESSOAL	ÍNDICE
SUL	Rio Grande do sul	7%	12%	4%
	Paraná	15%	4%	-9%
	Santa Catarina	9%	14%	4%
SUDESTE	Rio de Janeiro	5%	12%	7%
	São Paulo	3%	8%	5%
	Espírito Santo	2%	6%	5%
	Minas Gerais	3%	16%	13%
CENTRO-OESTE	Mato Grosso	2%	18%	16%
	Mato Grosso do Sul	8%	39%	29%
	Goiás	10%	16%	5%
	Distrito Federal	9%	20%	10%
NORTE	Pará	8%	17%	8%
	Amapá	1%	3%	2%
	Roraima	2%	3%	1%
	Rondônia	7%	5%	-2%
	Acre	-3%	6%	9%
	Tocantins	6%	8%	2%
	Amazonas	-1%	10%	11%
NORDESTE	Sergipe	6%	2%	-4%
	Alagoas	8%	7%	-1%
	Pernambuco	5%	18%	12%
	Bahia	3%	23%	19%
	Paraíba	3%	13%	10%
	Rio Grande do Norte	6%	17%	11%
	Ceará	6%	9%	3%
	Piauí	5%	-3%	-8%
	Maranhão	5%	12%	7%

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Resolução SEFAZ nº 918, de 19 de agosto de 2015 elevou a Cota Financeira total em 6,4% no quarto bimestre em comparação à primeira resolução do ano, o que corresponde a um acréscimo de R\$ 1,21 bilhão. Desse montante, 59,5% referem-se às demais fontes e 40,5% às Fontes de Recursos do Tesouro, de acordo com o Gráfico 16.

Pode-se observar que a Cota liberada até o quarto bimestre de 2015 referente a FR do Tesouro representaram 40,8% do montante total, e que as Outras FR corresponderam a 59,2%.

No tocante à execução orçamentária e emissão de Programação de Desembolso, o consumo da cota financeira das FR do Tesouro ocorreu de forma ágil, pois o percentual de utilização da Cota Financeira foi de 99,3%, com destaque para a área prioritária de saúde, a qual utilizou 100,0% da cota liberada.

Com relação ao desempenho na fase de pagamento, houve o adimplemento de 97,4% das Programações de Desembolso emitidas. Para as Fontes do Tesouro este percentual foi de 96,2%, e para as Demais Fontes 98,4%.

Gráfico 16

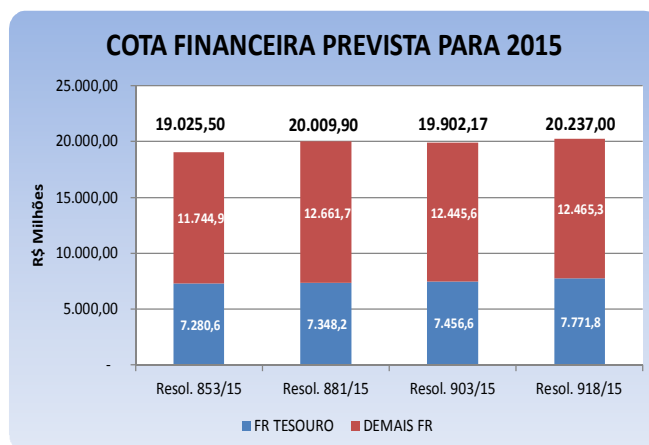


Tabela 43

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ AGOSTO DE 2015

R\$ Milhões

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	4.713	3.654	3.147	3.125	3.007
FR - Outras	5.159	4.241	4.560	4.067	4.000
Total geral	9.872	7.894	7.706	7.192	7.007

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	77,5%	116,1%	85,5%	99,3%	96,2%
FR - Outras	82,2%	93,0%	95,9%	89,2%	98,4%
Total geral	80,0%	102,4%	91,1%	93,3%	97,4%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Ago/2015

Tabela 44

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2015 POR ÁREAS (FR TESOURO)

R\$ MLHÕES

ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	170	133	75	75	72
SAÚDE	2.100	1.655	1.406	1.405	1.393
SEGURANÇA	440	332	325	316	307
ASSISTÊNCIA SOCIAL	314	286	280	277	263
DEMAIS ÁREAS	1.689	1.248	1.061	1.052	972
TOTAL GERAL	4.713	3.654	3.147	3.125	3.007

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição a cumula da até Ago/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	78,4%	176,8%	56,0%	99,1%	96,5%
SAÚDE	78,8%	117,7%	84,9%	100,0%	99,1%
SEGURANÇA	75,5%	102,1%	95,3%	97,3%	97,0%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	91,0%	102,3%	96,9%	99,1%	94,9%
DEMAIS ÁREAS	73,9%	117,6%	84,3%	99,1%	92,4%
TOTAL GERAL	77,5%	116,1%	85,5%	99,3%	96,2%

Fonte: SIG e SATE

Obs: Posição a cumula da até Ago/2015

VI.2 Pagamento de PD's

O Tesouro adotou no 4º bimestre o prazo médio de pagamento de 14 dias para as Programações de Desembolso, o que representa uma redução de 22,2% com relação ao bimestre anterior. Analisando-se por área, o prazo médio de pagamentos executados referentes às áreas prioritárias e áreas não prioritárias foi de 7 e 18 dias, respectivamente.

A maior parte das PD's (93,6%) foi paga pelo Tesouro em até 20 dias, somente 1,9% foi pago acima de 30 dias, o que representa R\$ 3,69 milhões.

Este cenário ratifica o comprometimento do Tesouro em quitar o estoque de PD's de forma ajustada com o Fluxo de Caixa, e de acordo com a priorização das áreas de saúde, educação, segurança e assistência social.

VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM), na 192ª reunião⁴⁰, elevou a taxa SELIC em 0.50% p.p. Essa é a sétima alta consecutiva desde outubro de 2014. Sendo assim, passa a vigorar a taxa SELIC de 14,25% a.a. Segundo o COPOM, a medida considerou as perspectivas para inflação e o atual balanço de riscos.

Os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos mantiveram bom desempenho no quarto bimestre de 2015, obtendo em média 99,4% da taxa dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Quanto a receita financeira, o montante registrado no 4º bimestre de 2015 apresentou queda de 3,0% em relação ao bimestre anterior. No entanto, quando comparado ao mesmo período de 2014, observa-se movimento inverso,

⁴⁰ Reunião realizada nos dias 28 e 29 de julho de 2015.

² Lei nº 6.955 de 13 de janeiro de 2015

Tabela 45

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD'S
4º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	7
NÃO PRIORITÁRIAS	18
MÉDIA GERAL	14

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 17

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO
4º BIMESTRE 2015

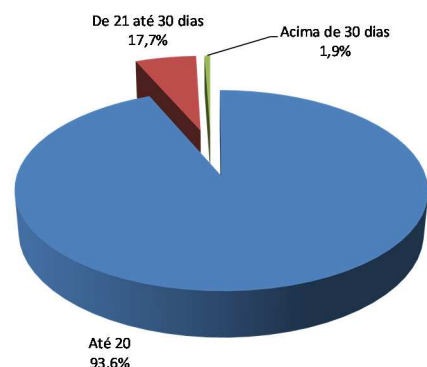
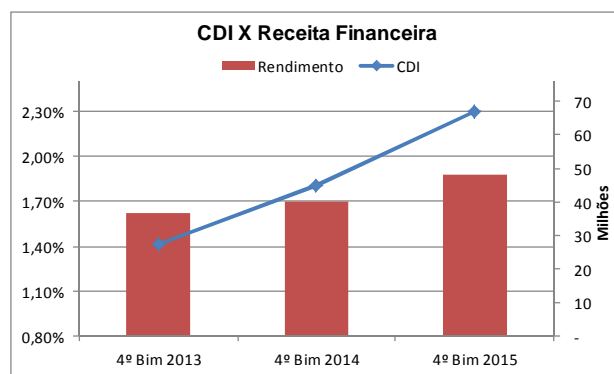
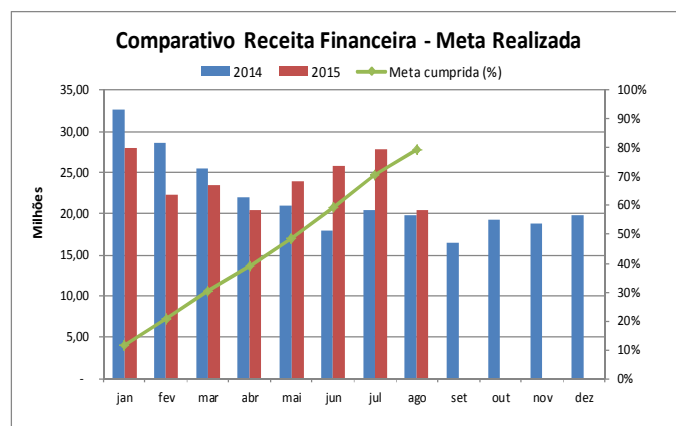


Gráfico 18



Fonte de Dados: SIG e CVM

Gráfico 19



Fonte: SIG

obtendo um crescimento de 20,0%. Atribui-se tal resultado à alta do CDI que tem acompanhado a alta da taxa Selic.

Analisando-se o período de janeiro a agosto de 2015, os investimentos dos recursos públicos geraram receita financeira de R\$ 192 milhões, montante este que representa 85% dos R\$ 242,8 milhões previstos na Lei Orçamentária Anual² (LOA) para todo o ano de 2015.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

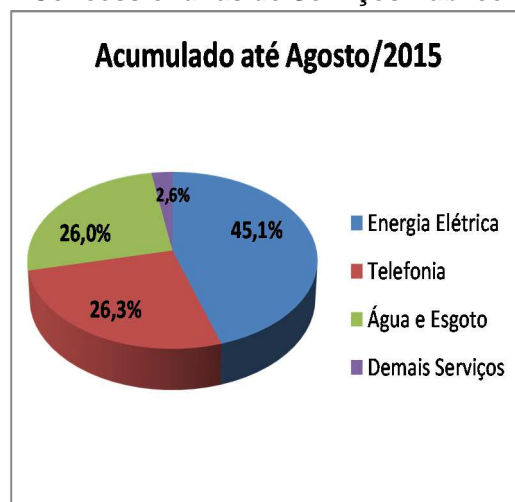
No período de janeiro a agosto de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 85,16 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 45,1%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, o restante subdivide-se em: 26,3% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 26,0% para despesas de água e esgoto, e 2,6% para demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2015, foram disponibilizados R\$ 282,13 milhões neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 134,24 milhões, ou seja, 47,6%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 18 concessionárias.

Gráfico 20
Pagamento Acumulado das
Concessionárias de Serviços Público



Considerando o faturamento de 2015, através do SIPC, foram registrados R\$ 261,0 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 70,3 milhões, ou seja, 26,9% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias, geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira, etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 4º bimestre alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, Os seguintes órgãos encontram-se nesta situação: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Universidade do Estado do RJ (UERJ), a Secretaria de Estado de Admin. Penitenciária (SEAP); a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); o Centro de Tec. de Informação e Comunicação do ERJ (PRODERJ) e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ).

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Fund. de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), da Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Fund. UniVI. Est. Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 4º bimestre de 2015, verifica-se um aumento global de 1,2%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em março e abril de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 6,43 milhões, sendo R\$ 6,19 milhões de demanda contratada e R\$ 0,25 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços,

Gráfico 21

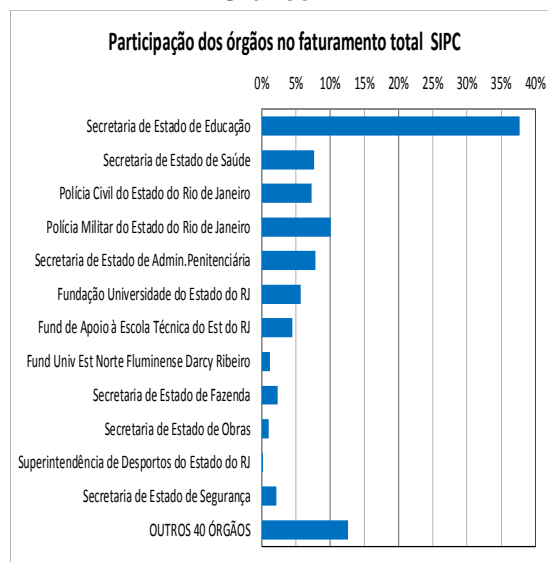


Tabela 46
Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil	1º Bim/15	2º Bim/15	3º Bim/15	4º Bim/15
FAVORECIDOS				
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35	50	52	47
ÁGUAS DE NITERÓI	1.146	1.243	1.129	1.138
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99	110	88	85
ÁGUAS DO IMPERADOR	81	112	94	85
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030	1.188	1.115	1.101
CEDAE	9.907	10.049	10.514	10.020
FÓZ ÁGUAS	4.405	3.134	3.379	3.258
C. ÁGUAS DE JUTURNAÍBA	91	141	159	149
PROLAGOS	110	179	196	184
SAAE/B. MANSA	47	66	70	86
SAAE/V. REDONDA	112	42	115	141
Total Faturado	17.062	16.313	16.910	16.294

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados *wireless*.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a agosto de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,23 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 101,33 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e *wireless*, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 71,63 milhões, tendo sido quitado R\$ 11,73 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 4º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 16,29 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 61,5 % deste total.

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento as regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante dos depósitos judiciais no Banco do Brasil, a fim de garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, o Estado pode quitar todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014, o Estado se manteve adimplente quitando todos os precatórios inscritos para aquele exercício orçamentário.

Salienta-se que ainda existem precatórios pendentes de exercícios anteriores, cujo pagamento não foi autorizado pelos Tribunais, devido a algum impedimento judicial.

Neste ano, em julho e agosto, foram pagos pelo Tribunal Regional do Trabalho R\$ 8,99 milhões em precatórios judiciais.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual 1.410 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 14,05 milhões.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal⁴¹.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se os precatórios e requisições de pequeno valor, no 4º bimestre de 2015, foram pagos o montante de R\$ 23,04 milhões.

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 4º bimestre de 2015, R\$ 1,07 bilhão com o serviço da dívida⁴². A importância desembolsada foi 16,8% inferior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço extralimite, que foi 48,5% inferior ao pago no 3º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos de Juros e Encargos dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil S.A. (Pró-Cidades I e II), que somaram R\$ 212,19 milhões, ocorridos no bimestre anterior.

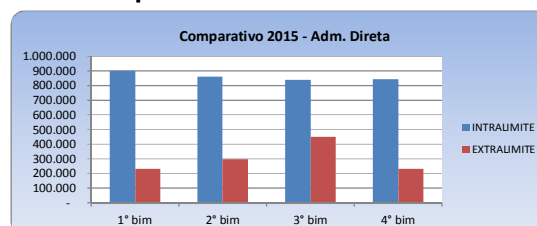
Do total pago no 4º bimestre de 2015, R\$ 842,48 milhões foram referentes à dívida intralimite⁴³, valor superior aquele devido pela

Tabela 47

PAGAMENTOS DE RPV - 4º BIM. 2015.		
R\$ mil		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
JULHO	957	10.057
AGOSTO	453	3.999
TOTAL	1410	14.056

Fonte: SUCADP em 28/08/2015

Gráfico 22
Comparativo 2015 – Adm. Direta



⁴¹ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

⁴² Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

⁴³ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 113,48 milhões.

Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual⁴⁴ alcançou R\$ 2,08 milhões, 0,6% superior em relação ao 3º bimestre de 2015.

**Tabela 48
Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)**

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	3º bim 2015			4º bim 2015			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	551.826	739.466	1.291.293	523.912	550.968	1.074.880	-16,76%
INTRALIMITE	429.773	409.836	839.609	431.083	411.391	842.474	0,34%
EXTRALIMITE	122.053	329.631	451.684	92.828	139.577	232.406	-48,55%
INTERNA	106.980	308.873	415.853	77.692	120.145	197.837	-52,43%
EXTERNA	15.073	20.757	35.830	15.136	19.433	34.569	-3,52%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.955	119	2.074	1.966	121	2.087	0,64%
TOTAL	553.782	739.585	1.293.367	525.878	551.090	1.076.967	-16,73%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	310.682	409.836	720.518	317.636	411.391	729.027	1,18%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	429.773	409.836	839.609	431.083	411.391	842.474	0,34%
Amortização do resíduo	(119.091)	-	(119.091)	(113.447)	-	(113.447)	-4,74%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação com o paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se uma redução de 3,5% em relação aos meses de maio e junho, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais ocorridos no bimestre anterior. Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 3,2% do total de serviço pago.

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

⁴⁴ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 4º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 99,79 bilhões, 4,8% maior que no bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 3,1%, quando comparado ao 3º bimestre de 2015. Parte desse aumento é justificada pela variação do IGP-DI⁴⁵ e pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso.

Gráfico 23 – Composição por índices de correção

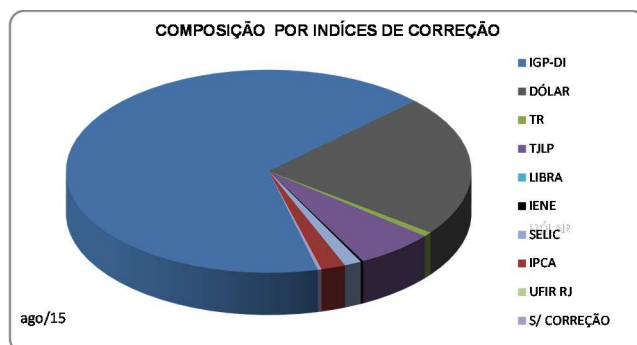


Tabela 49
DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2015

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2015			
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	95.179.664	99.795.764	4,85%
INTERNA	84.099.549	86.719.152	3,11%
Dívida com a União	66.913.928	67.572.007,41	0,98%
Outras Dívidas Contratuais	17.185.620	19.147.144,99	11,41%
EXTERNA	10.952.739	12.941.942	18,16%
Com Aval do Tesouro Nacional	10.947.973	12.936.359	18,16%
Mobiliária	4.766	5.583	17,13%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	127.377	134.670	5,73%
DÍVIDA FINANCEIRA	95.179.664	99.795.764	4,85%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	39.993.420	39.153.442	-2,10%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,38	2,55	7,10%

Valores a preços correntes.

(*) Valor do 4º Bim/15 provisório.

⁴⁵ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em 1,3% (IGP-DI de jun/15 e jul/15) e nos últimos 12 meses (de ago/14 a jul/15) em 7,4%.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 13% do total da dívida financeira, encerrou o 4º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 12,94 bilhões, ou seja, 18,2% superior ao 3º bimestre de 2015, consequência da desvalorização do real frente ao dólar⁴⁶.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 134,67 milhões, representando um aumento de 5,7% em relação ao saldo verificado em maio e junho de 2015.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 79,1% do estoque. Desse montante, 88,13% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,7%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴⁷ representam 8,3%, e desse percentual, apenas 1% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴⁸. No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

Tabela 50

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	928.581	1,18%	0,93%
2,1 - 4	220.070	0,28%	0,22%
4,1 - 6	69.595.445	88,13%	69,74%
acima de 6,1	8.225.498	10,42%	8,24%
Subtotal	78.969.595	100,00%	79,13%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.239.525	44,36%	9,26%
2,1 - 4	1.992.690	9,57%	2,00%
4,1 - 6	5.993.955	46,07%	9,61%
Subtotal	20.826.170	100,00%	20,87%
Total	99.795.764		100,00%

Gráfico 24

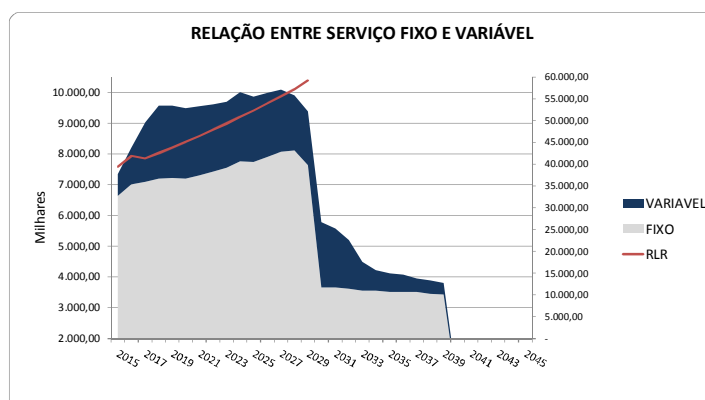
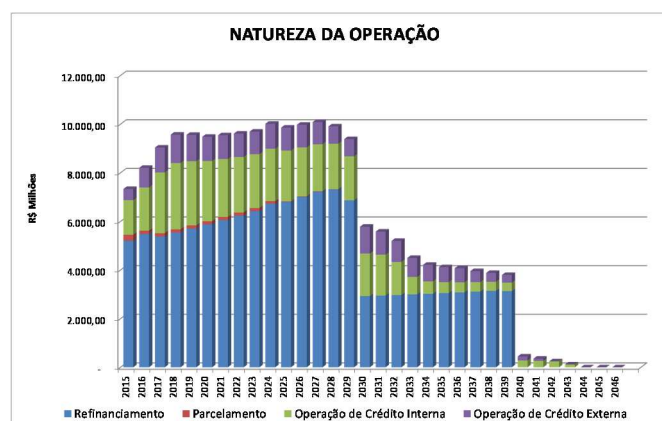


Gráfico 25



⁴⁶ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de agosto de 2015 foi de 3,6467. Ou seja, 17,5% superior a cotação do dia 30 de junho de 2015 que foi de 3,1026.

⁴⁷ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴⁸ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

O Gráfico 24 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam o patamar de 24%, até o ano de 2029. O Gráfico 25 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴⁹ e ao prazo médio de repactuação⁵⁰, estes atingiram 11,5 anos e 10,7 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

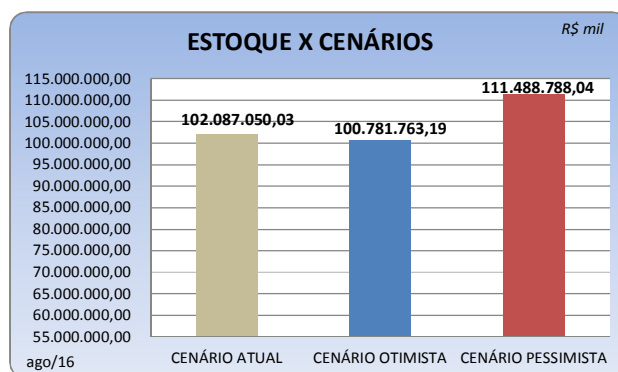
Tabela 51

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	63,94%	65.278.100,85	IGP-DI	63,48%	63.972.814,00	IGP-DI	66,98%	74.679.838,85
DÓLAR	24,40%	24.908.844,88	DÓLAR	24,72%	24.908.844,88	DÓLAR	22,34%	24.908.844,88
TR	0,93%	948.869,26	TR	0,94%	948.869,26	TR	0,85%	948.869,26
TJLP	6,71%	6.851.060,85	TJLP	6,80%	6.851.060,85	TJLP	6,15%	6.851.060,85
LIBRA	0,01%	5.582,94	LIBRA	0,01%	5.582,94	LIBRA	0,01%	5.582,94
IENE	0,15%	153.425,56	IENE	0,15%	153.425,56	IENE	0,14%	153.425,56
SELIC	1,41%	1.443.046,17	SELIC	1,43%	1.443.046,17	SELIC	1,29%	1.443.046,17
IPCA	2,23%	2.279.918,41	IPCA	2,26%	2.279.918,41	IPCA	2,04%	2.279.918,41
S/ CORREÇÃO	0,21%	218.201,11	S/ CORREÇÃO	0,22%	218.201,11	S/ CORREÇÃO	0,20%	218.201,11
TOTAL	100,00%	102.087.050	TOTAL	100,00%	100.781.763	TOTAL	100,00%	111.488.788
		ago/16			ago/16			ago/16

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,3%a.a. e 14,1%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de

Gráfico 26



⁴⁹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas.

⁵⁰ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vencidas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

aproximadamente R\$ 10,7 bilhões e, em valores relativos, de 10,6%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,5% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 63,5% no cenário otimista para 67,0% no cenário pessimista.

O Índice Geral de Preços – IGP-DI variou 0,4% em agosto. A variação registrada em julho foi de 0,58%. Em agosto de 2014, a variação foi de 0,06%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 5,53%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 1,60% (acumulado de jan a ago/14). No acumulado em 12 meses, a taxa ficou em 7,80%. O IGP-DI de agosto foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,44%, em agosto. No mês anterior, o índice apresentou variação de 0,61%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,22%, em agosto, ante 0,53%, no mês anterior. Três das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou em agosto, taxa de variação de 0,59%, acima do resultado de 0,55% do mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses o estoque da dívida atrelado passou de R\$ 13,15 bilhões para 22,46 bilhões e de 15,6% para 22,5 %, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função de desembolsos ocorridos no período referentes a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

A Tabela 53 e a Tabela 52 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%) nas variáveis chaves

Tabela 53

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil	
				%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+194.224,30		+2,467
Iene Japonês	+10%	+6.001,04		+0,076
Libor	+1,0%	+243.142,62		+3,088

Tabela 52

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil	
				%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+2.490.194,32		+2,439
Iene Japonês	+10%	+15.342,56		+0,015

e o quanto varia o serviço no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se na Tabela 53 que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 243,1 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 3,1% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 52, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,4 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 626,03 milhões de receita oriunda de operações de créditos em julho e agosto:

- R\$ 539,89 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 57,42 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 8,50 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID);
- R\$ 7,65 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 3,97 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 2,82 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA).;

- R\$ 2,55 milhões destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 1,96 milhão destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID); e
- R\$ 1,27 milhões destinados à Implantação da infraestrutura da Linha 4 – PRÓ-ML4 (recursos provenientes do BNDES).

**Tabela 54
Cronograma de Liberações**

Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/08/2015

R\$ mil

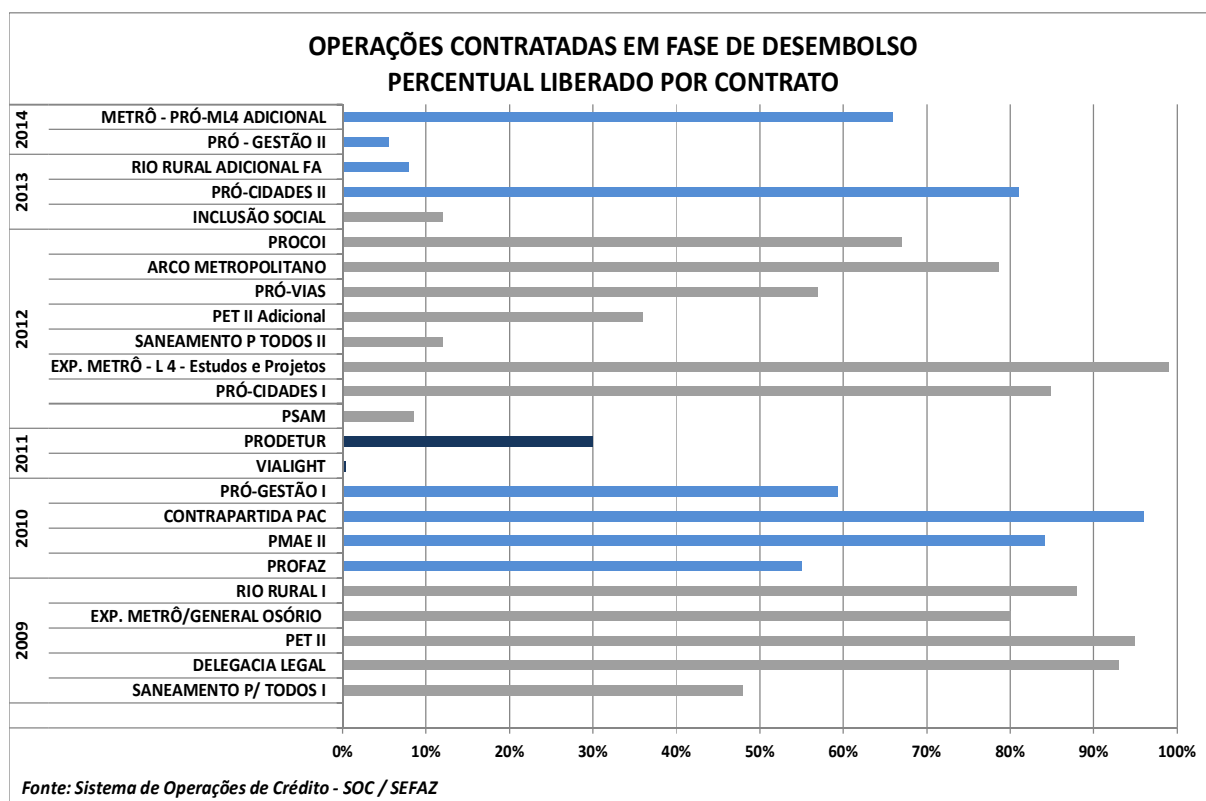
	2015		2016/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	2.055.731	3.428.605	4.511.123
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	1.534.735	2.466.412	805.746
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.776
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	9.761	86.120	204.043
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	6.002	5.082
4. PMAE II - BNDES	-	1.581	-
5. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	4.760	23.234	-
6. VIALIGHT - CAIXA	-	-	258.069
7. PRÓ-CIDADES I - B. BRASIL	-	552.000	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	2.865	1.343	294
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	16.697	95.546	270.525
10. PROCOI - CAIXA	199.924	339.055	60.957
11. PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	-	346.604	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	1.300.730	1.014.926	-
Demais	520.996	962.193	3.705.376
13. PET II - BIRD	3.173	20.872	16.498
14. RIO RURAL I - BIRD	7.826	12.894	4.673
15. PROFAZ - BID	3.832	18.674	12.038
16. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	11.434	2.281	25.388
17. PRODETUR - BID	4.524	74.698	210.481
18. PSAM - BID	-	43.728	1.462.286
19. PET II Adicional - BIRD	268.610	492.706	914.229
20. PROVIAS - CAF	93.795	90.098	415.794
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	156.166	-
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	8.739	-	192.302
23. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	11.000	39.755	296.752
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	10.321	154.935
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.047.892
Total	2.055.731	3.428.605	5.559.014

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2015.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2015

Gráfico 27
OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO - PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁵¹

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2015 com 396 Convênios de Despesa e 261 Convênios de Receita vigentes⁵².

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁵³. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁵⁴ engloba os investimentos de maior relevância.

⁵¹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

⁵² Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁵³ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁵⁴ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

No que tange ao *Programa Somando Forças*, encontram-se vigentes 247 convênios, beneficiando 68 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 139,84 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 149 convênios abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual até os meses de julho e agosto de 2015 foi de aproximadamente R\$ 3,22 bilhões.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União até o 4º bimestre de 2015, o total de 16 Convênios de Receita para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 1,75 bilhão⁵⁵. Dessa importância, R\$ 946,34 milhões consiste no valor previsto de repasse da União e R\$ 805,97 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

No 4º bimestre, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, que disciplina e promove as Parcerias Público-Privadas – PPPs no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, teve seu marco regulatório, a Lei Estadual 5.068 de 10 de julho de 2007, amplamente revisado com a publicação da Lei 7.043, de 15 de julho de 2015.

Essa nova regulação do PROPAR visa alinhar a legislação estadual às práticas mais exitosas de outros entes da Federação e, somando-se a isso, agregar aos projetos maior atratividade sobre os investimentos privados.

Dentro dessa perspectiva, a Secretaria Executiva do Conselho Gestor do PROPAR foi transferida para a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços - SEDEIS, órgão com envergadura para estruturar projeto de interesse público com atração sobre capital privado.

⁵⁵ Valor original desconsiderando os aditivos.

Por sua vez, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro - AgeRio, no exercício da nova Unidade de PPP, passa a ter relevante participação na modelagem e estruturação de projetos de PPP, bem como na gestão do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) e do novo Fundo Fluminense de Parcerias.

Uma importante mudança introduzida no PROPAR é a de que até 40% dos recursos do Fundo de Participação dos Estados devidos ao Rio de Janeiro sejam admitidos como fonte de receitas a serem vinculadas a projetos de PPP como forma de garantia de pagamento da contraprestação pública.

O mesmo se diz da mudança no limite para a assunção de compromissos financeiros de longo prazo oriundos da PPP. Antes, a Administração Pública Estadual somente podia contratar uma PPP se a soma das despesas de caráter continuado e das contraprestações derivadas do conjunto das parcerias já contratadas, incluindo créditos tributários e outras formas de renúncias fiscais, não excedesse, no ano anterior, a 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida – RCL do exercício, e desde que as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes, não excedessem a 3% (três por cento) da RCL projetada para os respectivos anos. Atualmente, com base no artigo 28, da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a Administração Pública do Estado deve atender ao limite de 5% (cinco por cento) do RCL.

É importante destacar que a SEFAZ permanece com a responsabilidade de emissão de parecer acerca da viabilidade da concessão da garantia pública pelo Estado diretamente ou por meio de fundos, da capacidade de pagamento, dos riscos para o Tesouro Estadual, da inclusão do projeto de PPP na estratégia fiscal do Estado, bem como acerca do cumprimento do limite para gastos com PPP.

Para a estruturação de projetos de PPP, o Conselho Gestor do PROPAR definiu como linhas de atuação as seguintes áreas:

SANEAMENTO: Desenvolvimento de projeto(s) com objetivo de universalizar e tratar o esgotamento sanitário para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas, a fim de alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara.



MOBILIDADE URBANA: Desenvolvimento e implementação de projeto(s) de mobilidade urbana dentro de modelos racionais e que melhor se apliquem, com o concurso da iniciativa privada, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km e a viabilização da Linha 3 do metrô entre estações de Arariboia e Guaxindiba (próximo da BR 101), beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas ou 350 mil passageiros/dia.

FRONTEIRA TECNOLÓGICA: Desenvolvimento de projeto de implantação de rede banda larga viável e atraente à iniciativa privada, onde esteja definida a melhor tecnologia e os investimentos necessários para mudar o padrão de serviços públicos prestados à população, a fim de otimizar a tecnologia disponível de acesso a redes e que acelerar a universalização da internet no provimento de serviços públicos e no cotidiano das cidades fluminenses.

Assim, com base nessa linha de ação, em 26 de agosto, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, tornou público o Chamamento Público nº 001/2015 com o objetivo de promover a manifestação de interesse para elaboração de estudos técnicos destinados à implementação de serviços de Saneamento nas Regiões da Baixada Fluminense/Bacia do Guandu e da Região do Leste Metropolitano Fluminense.